

1



1

2

3

4

5

6

GOVERNO FEDERAL  
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

**CONAMA**

Conselho Nacional do Meio Ambiente



7

8

9

10

11

12

13

14 **39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE**  
15 **CONTROLE E QUALIDADE AMBIENTAL**

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

2

Auditório nº. 1 Edifício sede do IBAMA  
Setor de Clubes Esportivos Norte – SCEN Trecho 2  
Brasília/DF, 29 de outubro de 2009.

*(Transcrição ipso verbis)*  
*Empresa ProixL Estenotipia*

3

46

**47O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Bom, queria dar um bom dia a todos, a  
48todas. Estamos com quorum. Então, vamos abrir a nossa 39ª reunião da Câmara  
49Técnica de Controle e Qualidade Ambiental. Queria rapidamente relatar que na  
50última Plenária Extraordinária foi aprovada a resolução que tratava de inspeção e  
51manutenção veicular. Foi um trabalho feito aqui no âmbito da Câmara Técnica com  
52muita competência e, de uma forma geral, nós temos visto que a repercussão tem  
53sido muito favorável à resolução. Então, primeiro é registrar esse esforço. Bom, nós  
54estamos hoje nesse local não muito adequado, mas foi o possível, a informação que  
55eu tenho é que nós temos 4 Grupos de Trabalho reunidos hoje. Houve uma certa  
56sobrecarga, passamos a nossa capacidade de suporte e aí tivemos que tentar fazer  
57a melhor alocação possível. Essa pauta que foi disponibilizada no site do CONAMA,  
58eu queria fazer algumas observações já iniciais no sentido de... Primeiro vamos ver  
59a questão da leitura e aprovação dos resultados. Nós temos um novo representante  
60da ANAMMA. Gostaria que só se apresentasse, porque nós temos aqui já os nossos  
61colegas.

62

63

**64O SR. WELLINGTON HEBERLING DE OLIVEIRA (ANAMMA)** – Vim aqui  
65representando a ANAMMA, na pessoa do Tiago Camargo e a colega Nívea Lopes  
66junto comigo.

67

68

**69O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Estamos com o Dr. Solon da FURPA,  
70representando a sociedade civil, Dr. Wanderley da CNI, Dr. Cláudio Alonso da  
71CETESB, representando o Gov. do Estado de São Paulo; Dra., Patrícia Boson  
72representando CNT e a Dra. Christina, nossa relatora da Câmara Técnica, do  
73Ministério de Minas e Energia. Então, mais para registrar. Vamos passar já direto.  
74Nós devemos passar para leitura e aprovação dos resultados da 38ª reunião.  
75Poderia disponibilizar os resultados, por favor? Foi disponibilizado há algum tempo  
76no site, circulei primeiro entre os Conselheiros, Dra. Patrícia em relação  
77principalmente ao ponto de dragagem, nossa relatora que é Christina, para Cláudio  
78Alonso, algumas pessoas já colaboraram nos resultado, gostaria de saber se todos  
79têm conhecimentos, se tem algum registro aí de alteração nos resultados.

80

81

**82O SR. SOLON MAURO SALES FAGUNDES (FURPA)** – Bom dia. Presidente,  
83realmente essa questão dos resultados, porque há ainda aquele problema da  
84degravação das atas, ou seja, o texto completo do que foi discutido, mas também há  
85anotações feitas que remontam a uma ata sucinta, está sendo feita? É que muitas  
86vezes os encaminhamentos necessários. O caso da dragagem era um que foi bem  
87citado e que queria encaminhar, a questão da dragagem, que é uma coisa que  
88preocupou muito para a gente os encaminhamentos, principalmente o pessoal do  
89grupo que querem um resultado, uma decisão da Câmara Técnica nesse sentido,  
90que ficou para essa reunião. Seria muito importante, a sugestão mais ampla e mais  
91geral é a questão de nós termos uma ata sucinta, já que a degravação está  
92dificultando, a sugestão fica de uma ata sucinta, dos principais tópicos que seja  
93divulgado isso aí no âmbito. Obrigado.

94

95

96 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – O nosso entendimento é que os  
97 resultados são justamente para apresentar essas questões que são as questões que  
98 precisam ficar registradas e que vão organizar os nossos encaminhamentos, por  
99 isso que sempre aprovamos esses resultados e se há alguma sugestão de  
100 modificação dos resultados e de um maior detalhamento, nós sempre vamos estar  
101 abertos a receber essas sugestões e incorporar nessa “relatoria”. Isso é o que nós  
102 podemos fazer. Não temos condições de fazer uma ata da reunião sucinta, porque  
103 entre a ata sucinta e a ata, a gente tem que ver onde fica essa fronteira. Nós  
104 procuramos aqui otimizar. As grandes questões têm que estar registradas nos  
105 resultados e elas que vão embasar os nossos encaminhamentos. Esse que é o  
106 entendimento. Do contrário, tem que ser a ata mesmo. Não sei se Christina  
107 gostaria...

108

109

110 **A SR<sup>a</sup>. CHRISTINA ELIZABETH PAES DE VASCONCELOS (MME)** – O que a  
111 gente está se propondo aqui é a gente fazer tipo uma memória do que aconteceu  
112 sucintamente, porque isso aqui não é assim uma situação que acontece na plenária  
113 do CONAMA, que tem toda uma degravação, tem digitações, são principais tópicos.  
114 Concordo com o Volney quando ele diz, a gente passa para as pessoas e aquilo que  
115 está ausente, dentro da relação que queira acrescentar, está aberto, não é uma  
116 coisa rígida. A gente quer fazer uma síntese, não é uma ata protocolada, assinada  
117 por todos os representantes. É uma memória do que se debateu, bem  
118 resumidamente. Essa é a proposta.

119

120

121 **O SR. SOLON MAURO SALES FAGUNDES (FURPA)** – Estamos falando a mesma  
122 coisa. É que eu não tinha visto a observação que eu tinha feito ali. Está OK.

123

124

125 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Sempre a idéia é assim, se há algum  
126 registro, alguma fala que foi feita por parte, do conselheiro e esse conselheiro  
127 entende que seja importante que fique registrado, a gente solicita que encaminhe  
128 porque a gente vai registrar, tanto é que naquele momento que houve aquela  
129 discussão, naquela questão acerca do posicionamento, própria postura, da posição  
130 que o Conselheiro defendeu ficou registrado aqui, porque realmente aí teria que ser  
131 a ata. OK? Aprovados os resultados da 38ª reunião, vamos passar para a ordem do  
132 dia. Eu queria fazer as seguintes observações em relação à ordem do dia. O  
133 primeiro ponto de pauta sai fora, foi retirado o Regime de Urgência na última reunião  
134 plenária, quando disponibilizamos a pauta, ainda não tinha havido essa decisão; não  
135 houve ainda um encaminhamento por parte do Ministério de uma nova proposta  
136 discutida com os setores. Esse ponto de pauta vai retornar novamente só quando  
137 houver esse acordo. A partir da retirada do pedido de urgência, não fica com aquela  
138 obrigação de toda reunião nós termos que dar um relato. O primeiro ponto sai fora.  
139 Eu queria fazer uma sugestão de passar o ponto 3.5, que é uma avaliação das  
140 atividades da Câmara Técnica e discussão de agenda futura, para o último ponto,  
141 depois de informes, os próprios informes compõem um pouco essa discussão do  
142 nosso planejamento. Se for necessário, a gente toma algumas decisões em relação  
143 à pauta, às prioridades que a gente deve adotar, até porque nós estamos agora  
144 realmente sem nenhuma Resolução em regime de urgência, o que vai nos dar uma  
145 possibilidade e uma necessidade de fazer um melhor planejamento. Então, podemos

146aprovar a ordem do dia, passando para depois dos informes e o ponto 1 caiu fora?  
147Com isso, nós passamos, já entramos em discussão no segundo ponto que é a  
148minuta de resolução solicitando extensão de prazo para revisão da Resolução  
149CONAMA 344 de 2004, conforme o encaminhamento da 30ª reunião da CTCQA. A  
150Conselheira Patrícia Boson e Conselheiro Cláudio Alonso fizeram uma redação, que  
151já foi disponibilizada no site do CONAMA, nós não conseguimos deliberar na última  
152reunião porque ficamos até o último minuto fazendo a revisão da Resolução de  
153inspeção veicular, ela passou para essa reunião, a gente tinha adotado lá o  
154encaminhamento de deliberar sobre ela no final da reunião, mas não foi possível. Eu  
155pediria à Dra. Patrícia que fizesse a apresentação.

156

157

158**A SRª. PATRÍCIA HELENA GAMBONI BOSON (CNT)** – De acordo com a nossa  
159última reunião, presidente, nós ficamos de fazer uma proposta a ser encaminhada  
160no CONAMA para dar concretude aos resultados do GT. O GT nos apresentou a  
161impossibilidade de dar um tempo hábil, que seria até o final desse ano, uma nova  
162tabela em substituição àquela que estava posta de acordo com o artigo 9 da 344 e  
163também nos apresentou uma necessidade de haver revisão mais ampla dessa  
164mesma 344, durante a discussão dessa tabela verificou-se algumas necessidades  
165de atualização. Nesse sentido, a proposta que estamos colocando é a seguinte, é  
166um artigo que dê validade àquele artigo 9º, porque senão nós vamos ficar com um  
167vácuo jurídico em relação àquela tabela, porque ela perde a validade no final desse  
168ano e fica sem nada para ano que vem. A gente está validando ela, validando sem  
169prazo porque já no artigo 2º nós estamos pedindo que autorize, o CONAMA autorize  
170a Câmara Técnica a fazer essa revisão, de forma ampla, porque a Câmara Técnica  
171cabará formar GT ou não formar GT, enfim, fazer os encaminhamentos adequados  
172para esse processo. Como a revisão dessa tabela teve aquele jogo de empurra, de  
173quem não fez o que para poder fazer a questão da tabela, a gente ainda acrescenta  
174mais um artigo que diz respeito ao papel do Ministério do Meio Ambiente em relação  
175a esse apoio, a essa questão. Então, esses são os 3 principais temas que contam  
176da proposta. O Conselheiro Cláudio Alonso aperfeiçoou a primeira proposta  
177apresentada, apresentando um novo artigo 3º, do qual a CNT concorda com essa  
178nova redação do artigo 3º, portanto, pode tirar inclusive esse artigo 3º nosso, porque  
179não ficam duas propostas, fica apenas uma proposta, que a gente submete a todos  
180os membros da Câmara para saber se está de acordo, se a gente conseguiu  
181efetivamente representar o que os membros decidiram na última reunião.

182

183

184**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Obrigado. A palavra está aberta  
185primeiro para esclarecimentos dos membros da Câmara Técnica.

186

187

188**O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Gov. de São Paulo)** – Existe a diferença,  
189basicamente, o problema é a tabela, por isso que eu fiz a redação do artigo 3º e  
190deixando ao encargo do MMA, genérico, a responsabilidade sobre isso porque o  
191IBAMA está vinculado ao MMA, de qualquer forma, se o MMA achar por bem que o  
192IBAMA faça, faz. Como houve também a Secretaria de Portos, que se propunha a  
193fazer a tabela, enfim, alguém tem que ficar encarregado de ver quem faz o diabo da  
194tabela para a gente poder depois começar a trabalhar em cima. Então, basicamente  
195é isso, a gente deixou em aberto porque ficar jogando tudo em cima do IBAMA eu

196acho meio complicado. O MMA pode criar outros critérios, por isso que teve essa  
197alteração no artigo 3º. Agora, quanto ao artigo 2º, aquele prazo de um ano, de  
198repente a tabela não fica pronta, de repente tem não sei o que, não sei se a gente  
199poderia pensar um pouquinho diferente em termos do artigo 2º, talvez um pouco  
200mais aberto.

201

202

203**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – A palavra está aberta.

204

205

206**O SR. SOLON MAURO SALES FAGUNDES (FURPA)** – O que nós discutimos na  
207reunião passada, inclusive eu manifestei a respeito dessa questão da tabela, é de  
208que ela, em função das conclusões que o grupo fez, não poderia ser dispensado,  
209era a questão de que a tabela estava como aceita, acho que essa que é a  
210conclusão, está como aceita e acabar a polêmica de: “Não, a Resolução não está  
211valendo, porque a tabela não foi revisada”. Então, o grupo se reuniu e constatou que  
212não tinha condições técnicas de alterar aqueles parâmetros, então, a tabela fica  
213como aceita. A segunda grande conclusão do grupo foi de que toda a Resolução  
214precisava ser analisada, diante de uma ótica agora mais atual, da técnica, dos  
215estudos que existiam agora. Então, essa foi a proposta de que nós trabalhamos.  
216Acredito que essa proposta vai nesse sentido. O que teria aqui é a questão do  
217período. Bom, hoje eu verifico, recebo cópias do pessoal do grupo, recebo  
218mensagens, há uma grande ansiedade de continuar esse trabalho, que esse  
219trabalho não tenha problema de continuidade. Agora, o calendário para isso aí, vai  
220depende de uma aprovação da plenária, plenária de novembro. Então, seria o ano,  
221com esse prazo, seria o ano de 2010 para trabalhar isso aí. Eu acho que com tudo  
222que já foi feito pelo grupo, é bastante exequível esse prazo.

223

224

225**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Eu gostaria de fazer aqui algumas  
226observações, depois, se não tiver nenhum comentário dos conselheiros, vou passar  
227a palavra ao Dr. Robson, que tem alguns informes a dar, especialmente em relação  
228a esse convênio que foi firmado entre a Secretaria de Portos e universidades para  
229organizar essa base de dados. Eu queria fazer duas observações, uma em relação a  
230essa questão do artigo 2º. O que nós discutimos na Câmara Técnica foi que nós  
231iríamos dar uma prioridade para essa questão do artigo 9º, que tinha sido esse o  
232mandato, o que provocou a discussão da revisão da 344, talvez pudesse ficar mais  
233claro no artigo 1º, que os valores são aqueles que constam na tabela tal, a gente  
234podia, talvez, fechar um pouquinho mais essa definição no artigo 1º, mas a qualquer  
235momento, a partir de ou a Câmara Técnica ou a partir de uma demanda de um  
236Conselheiro, pode se estabelecer uma discussão de revisão da Resolução, não  
237precisamos necessariamente de autorização, isso pode começar, já podia ter  
238começado. Agora, o que aí no caso eu sempre chamei atenção para esse processo  
239é que seria importante para que a gente instalasse essa Câmara Técnica, que  
240tivesse uma proposta e essa proposta tivesse responsáveis que apresentassem  
241essa proposta de revisão, esse seria o segundo momento. Então, para mim, no  
242artigo 2º a Câmara Técnica está autorizada, a qualquer momento, a partir do  
243momento que tiver uma demanda, a abrir uma discussão sobre essa questão da  
244revisão. Então, eu acho que não há uma preocupação, vai um pouco na direção do  
245Dr. Alonso, não é um problema só de prazo, mas é um ambiente de coordenação e

246de capacidade da gente estabelecer essa discussão. Nosso prazo não vai substituir  
247capacidade institucional e formulação, que é o que a gente precisa, para discutir a  
248revisão dessa Resolução. Então, eu queria mudar um pouco o foco, que a discussão  
249não é uma discussão de prazo, essa discussão podia já ter começado hoje, qual é a  
250proposta que se tem, quem está propondo alguma coisa? Eu tenho visto uma série  
251de críticas, várias delas eu entendo que têm mérito, mas precisam, de alguma  
252forma, serem sistematizadas. Se nós vamos fazer essa sistematização do início já  
253na Câmara Técnica é uma discussão. Agora, se elas podem chegar através de uma  
254proposta de um ou outro Conselheiro para ser aperfeiçoada e assim criado um GT  
255que trate da revisão, não precisa de autorização, isso pode ser feito por qualquer  
256Conselheiro a qualquer momento. Eu acho que a gente tem que tomar um pouco de  
257cuidado que as responsabilidades estão postas para todos que querem trabalhar  
258essa questão da revisão e essa proposta pode ser encaminhada e aí sim  
259aperfeiçoada. Não há necessidade de uma autorização. Isso que eu queria chamar a  
260atenção. O segundo aspecto é essa questão aqui do banco de dados. Acho que a  
261questão não é problema de banco de dados, mas o problema é nós termos as  
262informações sistematizadas que subsidiem o processo de revisão e a gente pode ter  
263um banco de dados, mas pode não ter a análise necessária desse banco de dados,  
264o banco de dados é uma condição necessária, mas não é a condição suficiente para  
265a revisão. Então, eu acho que tem um processo aí que vai além do banco de dados,  
266que é o processo de sistematização e de produção de um relatório crítico sobre a  
267implementação da Resolução, porque é essa informação que é a informação  
268necessária para uma revisão, não é banco de dados. Banco de dados é um banco  
269de dados, está lá. Eu acho que talvez a gente tivesse que aperfeiçoar no sentido de  
270elaboração das informações e de uma análise da implementação com esses dados  
271que vão poder, vamos dizer assim, dar um indicativo no sentido de que existem  
272informações mais adequadas e que isso poderá melhorar, vamos dizer assim, os  
273parâmetros que estão na tabela. Mas eu acho que tem que tomar um pouco de  
274cuidado, porque às vezes essa questão de banco de dados não é suficiente, talvez a  
275gente tem um segundo tempo, que é a análise do banco de dados e a produção de  
276um relatório de avaliação crítico com essas informações. É um processo um pouco  
277maior. Estou querendo só chamar um pouco essa problemática.

278

279

280**SR. SOLON MAURO SALES FAGUNDES (FURPA)** – Presidente, eu acho que  
281tive um problema de entendimento, porque na última reunião o que nós  
282conversamos é que os trabalhos do grupo estariam suspensos, em função, o grupo  
283apresentou duas tendências que eu falei anteriormente e a partir uma continuidade  
284dos trabalhos dependeria da aprovação da plenária. Foi isso que eu entendi, não  
285dessa maneira. Então, o que a gente quer é as coisas mais claras. Acho que  
286efetivamente, começar um Grupo de Trabalho agora, já que foi suspenso, não sei  
287como é que seria. Extinto, foi extinto.

288

289

290**SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Ele cumpriu seu mandato, ele foi  
291criado para trabalhar em cima...

292

293

294 **SR. SOLON MAURO SALES FAGUNDES (FURPA)** – E ele apresentou dois  
295 resultados, para retomada de um grupo, dependeria da aprovação em plenária, não  
296 a Câmara Técnica deliberar sobre isso.

297

298

299 **A SR<sup>a</sup>. CHRISTINA ELIZABETH PAES DE VASCONCELOS (MME)** – Eu entendo o  
300 seguinte, quando houve a motivação de criar esse grupo, ela foi demandada pela  
301 própria plenária com uma delegação. E aí o que aconteceu? Eles fizeram o grupo  
302 nesse trabalho começaram a ampliar a discussão porque viram que tinha outras  
303 condições que precisavam ser melhoradas dentro da própria Resolução. Mas isso  
304 não poderia acontecer porque havia um mandato para se fazer aquele trabalho.  
305 Para se haver a extensão desse trabalho que eles já identificaram de ter a  
306 necessidade, aí sim, passa outra vez pela plenária, por isso que a Patrícia está  
307 trazendo essa proposta aqui, para dar legitimidade que o processo seja estendido no  
308 debate do que eles já identificaram, mas aí, Solon, primeiro a gente faz o que foi  
309 aprovado, terminou aquilo, não foi possível? Então, dá um retorno à plenária: “Olha,  
310 não foi possível fazer esse mandato aqui por isso e por aquilo, vamos ter que  
311 estender, entendemos que tem que ter ou uma outra delegação para o trabalho” que  
312 já está levantando aqui, porque senão, olha o que acontece, a gente aprova uma  
313 delegação de um mandato, não sendo esse caso. Amanhã ou depois a gente aprova  
314 alguma coisa, vai para um Grupo de Trabalho, o trabalho era desse tamanho (*fez*  
315 *gesto pequeno com as mãos*), passa a ser desse (*fez gesto grande*). Então, tem um  
316 rito que a gente precisa obedecer e não fugir dele. Então, é só nesse sentido que eu  
317 até coloquei na reunião, faz primeiro o que tem nesse e faça uma proposta de  
318 continuar o trabalho em outro momento, sendo aprovado pela própria plenária do  
319 CONAMA.

320

321

322 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Eu só queria observar que não estou  
323 sendo contrário ao que está dizendo, só estou dizendo que poderia já estar sendo  
324 encaminhado por algum Conselheiro uma proposta para estabelecer essa  
325 discussão. O que nós discutimos na reunião passada foi que o mandato daquele GT  
326 era para aquele aspecto específico, ele cumpriu aquele mandato e que agora essa  
327 outra discussão da revisão precisa de um outro arranjo, é uma outra especificidade  
328 até de atores, não necessariamente aqueles que fariam a revisão...

329

330

331 **SR. SOLON MAURO SALES FAGUNDES (FURPA)** – Aprovado em plenário.

332

333

334 **SR. ROBSON JOSÉ CALIXTO (Secretaria Executiva do MMA)** – Bom dia a  
335 todos e a todas. Eu gostaria de informar o seguinte, que a Secretaria Especial de  
336 Portos, por meio do Ofício 1.258 de 2009, com a data de 13 de outubro de 2009,  
337 assinado pelo Antônio Maurício, que é o Diretor de Revitalização e Modernização  
338 Portuária, esse ofício encaminhou o seguinte, o que quer dizer exatamente? Que a  
339 Secretaria Especial de Portos efetivou o convênio com a Fundação COPPETEC,  
340 “para realização de estudos técnico-científicos, caracterização e composição e  
341 classificação de sedimentos, identificação das fontes de contaminação nas regiões  
342 portuárias brasileiras e banco de dados ambientais”, acrescentando que é  
343 necessário constituir uma Comissão de Acompanhamento, solicitando ao Ministério

344do Meio Ambiente a indicação de titular e suplente para a composição dessa  
345Comissão que vai acompanhar a elaboração e o desenvolvimento dos resultados  
346desse trabalho, desenvolvimento desse banco de dados. Eles convocaram até  
347inicialmente para uma primeira reunião terça-feira passada, só que um dos  
348professores da COPPE teve um problema e eles quiseram adiar, só que  
349esqueceram que segunda-feira passada também era ponto facultativo e na hora que  
350foram cancelar não houve tempo hábil. Mas nós estivemos lá, eu e André, meu outro  
351colega no Ministério do Meio Ambiente. Mas aproveitamos a ocasião para conversar  
352com a Mônica Nunes, que é da Secretaria Especial de Portos e pegamos uma cópia  
353do Termo de Referência desse trabalho, que é um trabalho que foi contratado pela  
354COPPETEC, no valor de 1 milhão 120 mil, sendo previsto um prazo de 12 meses.  
355Como esse contrato já tinha sido estabelecido em dezembro de 2008, mas por  
356motivos internos não foi possível a efetivação, só agora ocorrendo, esse cronograma  
357vai ter que ser revisto, mas inicialmente está previsto para 12 meses, quer dizer, o  
358trabalho acabaria em outubro, dentro do que está aqui, em outubro de 2010. Mas eu  
359gostaria de chamar a atenção também para alguns pontos do Termo de Referência,  
360que aí talvez leve uma reflexão sobre a proposta que foi feita dessa Resolução que  
361foi apresentada pela CETESB e pela CNT. Por exemplo, *“prever a obtenção de*  
362*valores referentes locais, regionais ou nacionais”*, que era a idéia inicial dessa  
363revisão da tabela, inicialmente foi estabelecido um valor de referência, obtido até por  
364referências técnicas internacionais e a revisão proporcionaria a obtenção de valores  
365de referência locais, regionais ou nacionais inicialmente. Então, essa é uma das  
366propostas desse trabalho contratado à COPPETEC. *“Identificação de níveis de*  
367*base, background regionais; definição de um quadro de referência de fontes de*  
368*contaminação dos ambientes aquáticos, a definição de padrões e indicadores*  
369*nacionais de composição de sedimentos comuns às áreas portuárias, nas quais*  
370*servirão de subsídio para revisão do conteúdo da Resolução; a consolidação de*  
371*base de conhecimento de informações georeferenciadas para controle ambiental e*  
372*identificação dos níveis de base geoquímicos”*. Gostaria também de chamar a  
373atenção que está previsto nesse trabalho o seguinte, são 3 relatórios, os produtos na  
374verdade são 3 relatórios, onde também tem, além do diagnóstico, banco de dados,  
375um modelo de questionário a ser encaminhado aos portos para coleta de sugestões  
376de alterações da Resolução CONAMA 344, está previsto isso no relatório 1, um  
377modelo. E finalmente, no relatório 3, *“compilação das contribuições de cada porto*  
378*para alterações na Resolução CONAMA 344”*. Então, ao longo de um ano, além do  
379background, dos valores regionais de referência, do próprio banco de dados, uma  
380das saídas é um levantamento junto aos portos do seu interesse de contribuição  
381para a própria revisão da Resolução 344. Então, nós temos aí posto uma Resolução  
382e também temos posto um trabalho de 1 milhão 120 mil reais que foi contratado pela  
383CEP, à COPPETEC que deve se casar, afinal o Governo não pode gastar dinheiro  
384para um trabalho que vai ser feito por outro grupo, ou se espera esse resultado que  
385já está sendo pago ou se altera, por exemplo, faça algumas pequenas alterações na  
386proposta de Resolução. Obrigado. O que eu estou querendo dizer é o seguinte, que  
387existe a proposta de um trabalho posto por essa Resolução que está sendo  
388apresentada pela CETESB e pela CNT. *“Fica o MMA encarregado de dar todo o*  
389*suporte técnico necessário, especialmente priorizando pela elaboração do banco de*  
390*dados. Mas esse banco de dados, essa contratação já está sendo efetivada em 1*  
391*milhão 120. Então, se choca, porque aqui está como o Ministério do Meio Ambiente*  
392*responsável pela elaboração.*

393

17

394

395 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Gov. de São Paulo)** – Você pode pegar um  
396 cara, você vai sub-contratar...

397

398

399 **O SR. ROBSON JOSÉ CALIXTO (Secretaria Executiva do MMA)** – O que o  
400 Ministério pode fazer, que seria interessante, por isso que a CEP já chamou,  
401 convidando para indicar a composição da Comissão de Acompanhamento e lá  
402 nesse grupo nós podemos estabelecer o que a Resolução solicita, que são os  
403 critérios de sistematização, a gente vai trabalhar junto para que isso seja feito. Isso  
404 que eu estou levantando.

405

406

407 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Gov. de São Paulo)** – Não vejo choque  
408 algum. Vocês têm um convênio em mãos que é feito pela Secretaria de Portos. O  
409 Ministério do Meio Ambiente tem interesse nisso, alguém no Ministério do Meio  
410 Ambiente acompanha, a idéia é essa, porque veja, na minha intervenção anterior eu  
411 falei, não colocamos o IBAMA para deixar o Ministério do Meio Ambiente fazer o  
412 contrato com quem queira. Seria esse caso. Então, não há choque. Agora, não sei,  
413 esse trabalho está... Eu tenho medo de um trabalho desse, que de repente pega um  
414 trabalho desse e fala assim: “É esta a Resolução”, não é esta necessariamente a  
415 Resolução, não é necessariamente a Resolução e não necessariamente as  
416 conclusões que os doutos professores tiraram vão ser aceitas pela área ambiental.

417

418

419 **O SR. ROBSON JOSÉ CALIXTO (Secretaria Executiva do MMA)** – Por isso o  
420 Ministério do Meio Ambiente vai estar junto.

421

422

423 **A SRª. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – Eu entendi o que ele  
424 colocou. Ele colocou o seguinte, existe um investimento de dinheiro público para se  
425 ter, com o mesmo objetivo, não digo que é o mesmo resultado, mas é a mesma  
426 meta, é o mesmo objetivo, investimento de dinheiro público. O que ele está  
427 querendo dizer é que nós teríamos que trabalhar de forma a não chocar, a que isso  
428 se some. O que não pode é daqui um ano, um investimento público, porque juntar  
429 GT para trabalhar é investimento público, não existe almoço de graça, mesmo  
430 quando a empresa vem, alguém está pagando isso e geralmente é a parte mais  
431 fraca da corda que está pagando. Você tem um outro investimento público para ter  
432 dois resultados, um resultado da COPPE e um resultado da Câmara Técnica e isso,  
433 enquanto cidadã é inadmissível. Agora, a Câmara Técnica tem como resultado uma  
434 proposta de revisão parcial ou total da Resolução 344. O estudo da COPPE tem  
435 como muito dos resultados contratados a revisão parcial ou total da 344, está aqui  
436 no Termo de Referência. Uma proposta que pode ser aceita. Então, vou repetir, a  
437 meta é a mesma, os resultados podem não ser e a gente precisa somar força, ou  
438 seja, nada muda na Resolução porque ao autorizar a Câmara Técnica de Controle e  
439 Qualidade a proceder à revisão, ela pode proceder, somando esforços ao que está  
440 aqui. O que ele está chamando a atenção é que quando nós nos debruçarmos sobre  
441 a matéria, devidamente autorizados pelo CONAMA, nós não podemos esquecer que  
442 tem um dinheiro público no valor de 1 milhão e 120 mil reais despendido aqui na  
443 mesma coisa. Nós temos que dar um jeito de casar, dar um jeito de trabalhar junto,

18

444dar um jeito de integrar a esse processo. Podemos até formar o GT e o GT participar  
445desse processo ou qualquer coisa, o que não dá é para a gente ficar de um lado  
446fazendo uma coisa é a COPPE do outro fazendo a mesma coisa, gastando a mesma  
447inteligência, o mesmo tempo, o mesmo espaço. Então, eu acho não muda nada em  
448termos da deliberação, a não ser questões de prazo, aí o prazo começa a chocar,  
449porque vai ficar pronto dentro de um ano, a CTCQA não pode ter um prazo de um  
450ano, tem que ter um além desse, porque ela vai ter que debruçar sobre esse  
451resultado também. Vai ter que ter um prazo além desse. Na hora que formos decidir  
452sobre como vamos trabalhar para fazer a revisão parcial ou total devidamente  
453autorizado, não deixarmos de considerar essa iniciativa pública para a questão, para  
454a matéria. É isso.

455

456

457**O SR. SOLON MAURO SALES FAGUNDES (FURPA)** – Primeiro é a questão do  
458gasto, agora, já se gastou bastante dinheiro público com relação aos debates do GT  
459também, foi um ano aí de reuniões quase, então, a primeira idéia que vem a respeito  
460desse assunto é que esse trabalho contratado venha a somar, contribuir na medida  
461do possível com os trabalhos do Grupo de Trabalho, tem que ter um elemento  
462condutor nesse processo e nós entendemos que o elemento condutor é o GT da  
463Câmara Técnica do CONAMA e a partir daí ser subsidiado. Outra coisa, também  
464não somos favoráveis a uma perda de continuidade do Grupo de Trabalho, acho que  
465o pessoal está todo aí com essa revisão, com os assuntos, vamos dizer assim, com  
466as propostas, demorar isso aí, não sei, tem que ver, já que é um dos resultados que  
467se espera desse serviço contratado, é a revisão do 344, precisa ver se dá para  
468adiantar isso aí, se depende de outros, mas para que ele auxiliasse o máximo  
469possível ao Grupo de Trabalho, mas o trabalho tem outros setores da sociedade que  
470querem contribuir e precisa ter uma continuidade.

471

472

473**O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Gov. de São Paulo)** – Dinheiro público a  
474gente gasta, jogamos muito dinheiro fora, não vou citar um monte de atividades que  
475eu faço aqui que cai no ralo. Só me preocupa uma coisa, para eu poder me  
476manifestar, dependendo do que for proposto, eu gostaria muito de saber como é  
477esse convênio, porque algumas coisas parecem que a gente pode pegar esse  
478convênio e transformar um contrato da Secretaria de Portos no Grupo de Trabalho,  
479que é nosso. É essa a minha precaução. Veja, o Grupo de Trabalho demonstrou  
480necessidade principal de ter um banco de dados; banco de dados sozinho não é  
481informação, só que no Grupo de Trabalho tem gente especializada suficiente para  
482fazer do banco de dados uma análise e extrair o principal, mas não se tinha o dado,  
483por isso que a coisa não foi para frente, então, o banco de dados se tornou  
484fundamental, porque em que pese ter gente que saiba analisar o dado, o dado não  
485estava disponível. Na hora que você falou o preço, eu quase caí de costas porque  
486fazer uma tabela dos dados disponíveis vai um pouco além disso, tudo bem, quanto  
487mais informação ambiental você colocar, melhor é a coisa, mas eu acho que nós,  
488como Câmara, acho que a gente quer só isso, você falou que tem uma proposta de  
489resolução. Veja, se você faz uma proposta de resolução já envolvendo pessoas do  
490meio ambiente, do Ministério do Meio Ambiente ou da própria Câmara, você está  
491fazendo lá o trabalho que é nosso e não vou concordar, se for isso.

492

493

494 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Eu queria fazer só uma observação,  
495 acho que a gente precisa tomar cuidado porque essas duas coisas têm que se  
496 reconhecer, mas são coisas específicas. Esse convênio é um convênio que está sob  
497 a responsabilidade da Secretaria de Portos e todos os convênios vocês sabem que  
498 são processos complexos de gerenciamento. Eu acho que nessa Resolução que nós  
499 estamos tentando fazer tem que ficar o mais enxuta possível, orientar esse processo  
500 não só de revisão, mas de própria discussão da revisão. Por que a gente quer fazer  
501 essa revisão e chegar à conclusão do que precisa ser revisado. A minha idéia seria  
502 depois a gente fazer tipo um procedimento normal, aprovar o texto base da  
503 Resolução, ver quem tem algum destaque porque a gente objetiva essa discussão  
504 que eu acho que meio que tratamos de todos os aspectos.

505

506

507 **SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA HELENA GAMBONI BOSON (CNT)** – Só nessa proposição, eu  
508 acho, como eu falei, não muda em nada o que a gente está, mas não podemos  
509 desprezar a informação, porque tem modelo de questionário a ser encaminhado aos  
510 portos, muito mais amplo do que o Grupo de Trabalho, que é todos os portos, para  
511 coleta de sugestões de alteração da Resolução CONAMA 344. Quer dizer, nós  
512 vamos ter um material de trabalho e que não é desprezível e muito mais amplo, com  
513 muito maior alcance que foi colocado. Uma outra coisa que a gente precisa de  
514 manter firme para poder, até na hora as questões que saem aqui, extra essa porta,  
515 porque isso já deu muita confusão, é essa coisa, o Grupo de Trabalho foi extinto, a  
516 gente pode dizer que não devemos perder a mobilização, o interesse das pessoas,  
517 mas não há continuidade do Grupo de Trabalho. O Grupo de Trabalho foi extinto, ele  
518 cumpriu seu mandato. O mandato dele era revisão do artigo 9, ele não pôde rever,  
519 justificou muito bem e nos alertou para a necessidade de revisão parcial ou total,  
520 mas foi extinto. Não pode se criar expectativa nas pessoas que haverá uma  
521 continuidade. Podemos optar por outro caminho, por outra forma, tendo em vista  
522 inclusive esse Termo de Referência. Quer dizer, devemos manter a chama acesa  
523 daqueles que se envolveram com o assunto, estudaram assunto, acumularam  
524 conhecimento, fizeram levantamento, seminários? Devemos, mas não podemos  
525 confundir as palavras, sabe Solon, porque senão você cria uma expectativa errônea  
526 em todo o processo e decisão nossa. Eu acho que aquele grupo, e a CNT foi uma  
527 que se envolveu muito em relação a isso como coordenadora do processo, cumpriu  
528 seu papel e vamos agora iniciar uma outra etapa, aproveitando todo o conhecimento  
529 acumulado, a mobilização, o interesse daquelas pessoas físicas e jurídicas que  
530 estavam ali no entorno. Então, vamos analisar o artigo 1º a 4º, vamos ver como é  
531 que está essa proposta e não, quando na próxima reunião da Câmara, autorizados  
532 pelo CONAMA, a gente der como vamos continuar o trabalho, como vamos preparar  
533 o trabalho, não esquecer de forma nenhuma, isso não pode ser esquecido, esse  
534 Termo de Referência que está aqui, tem que ser posto na mesa, saber se já foi  
535 contratado mesmo, que cronograma é, quem sabe trazer até o responsável na  
536 COPPE por isso para saber o que ele está fazendo, o que ele vai fazer, o que ele  
537 pretende e daí, Solon, quem sabe a gente construir um caminho de integração entre  
538 o esforço que já foi feito até o momento com esse esforço paralelo que está sendo  
539 construído aqui.

540

541

542 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – A minha idéia agora é a gente aprovar  
543 o texto base e ir artigo por artigo, ver se tem algum destaque. A idéia é se tem

23

544alguém dos Conselheiros contrários a essa proposta de texto base que foi  
545encaminhada pelo Governo de São Paulo e CNT, ninguém é contrário? Então, o  
546texto base aprovado por unanimidade. Artigo 1º, no artigo 1º o Cláudio fez uma  
547consideração sobre a questão do prazo, que não achava... Desculpa...

548

549

550**A SRª. PATRÍCIA HELENA GAMBONI BOSON (CNT)** – Especificar melhor, fazer  
551uma referência, “proposta para classificação, conforme artigo”, ou “conforme tabela”,  
552ele está sem a referência, ficou meio solto, porque está lá, “tem validade até que  
553seja efetuado”, qual valor? Aquele que está lá. Então, fazer uma referência a ela.

554

555

556**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Acho que do jeito que está, está bom,  
557acho que são os valores...

558

559

560**A SRª. PATRÍCIA HELENA GAMBONI BOSON (CNT)** – A pergunta é, o artigo 1º  
561tem isso claro? Consegue manter bem claro que aquela tabela seja... Então está  
562bom.

563

564

565**O SR. LUIZ MOURÃO** – *“Os valores orientadores nacionais propostos para  
566classificação do material a ser dragado, previstos na Resolução 344, de 25 de  
567março de 2004, têm validade até que seja efetuada revisão parcial ou total desta  
568Resolução”.*

569

570

571**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – É isso, Mourão? OK, todos têm  
572acordo? *“Os valores orientadores nacionais propostos para classificação do material  
573a ser dragado, previstos na Resolução 344, de 25 de março de 2004, têm validade  
574até que seja efetuada revisão parcial ou total desta Resolução”.* OK, acho que  
575contempla todas. Mais alguma observação? Tirar o “propostos” e colocar  
576“estabelecidos”. *“Os valores orientadores nacionais para classificação do material a  
577ser dragado, estabelecidos na Resolução 344, de 25 de março de 2004, têm  
578validade até que seja efetuada revisão parcial ou total desta Resolução”.* Artigo 1º  
579aprovado.

580

581

582**O SR. ROBERTO MONTEIRO (SRHU/MMA)** – Para ser artigo 1º, para uma coisa  
583natural, valor pode ser revisto a qualquer momento e a qualquer tempo, botar um  
584artigo 1º dizendo que vale até ser revisto.

585

586

587**A SRª. PATRÍCIA HELENA GAMBONI BOSON (CNT)** – Porque esses valores  
588vencem dia 31 de dezembro de 2009. Se você não colocar nada novo, fica um  
589vácuo jurídico. A Resolução 344 diz que os valores só valem até o dia 31 de  
590dezembro de 2009. É porque a 344 diz que esses valores só valem até dezembro de  
5912009, então, tem uma nova resolução CONAMA dizendo que eles vão continuar  
592valendo, estendendo.

593

25

594

595 **O SR. ROBERTO MONTEIRO (SRHU/MMA)** – Então, a redação mais adequada  
596 para deixar isso bem claro seria o seguinte: “*Os valores orientadores nacionais para*  
597 *classificação (...) ficam prorrogados a sua validade até tanto do tanto*” ou “*até que*  
598 *seja efetuada a sua revisão*”.

599

600

601 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Alguém gostaria? Vamos partir para o  
602 segundo, a questão do prazo. O que a gente acha é que não seria adequado definir  
603 um prazo para proceder à revisão. A partir do momento que está autorizado, têm  
604 que ser adotadas medidas para que seja feita essa discussão para revisão. Eu acho  
605 que fica a CTQA autorizada a proceder, ponto, OK? Até porque se colocar prazo  
606 para depois pedir extensão de prazo, acho que isso aí não chega. Então, essa é a  
607 proposta.

608

609

610 **O SR. SOLON MAURO SALES FAGUNDES (FURPA)** – Só acho que é problema  
611 se essa revisão se prolongar indefinidamente. Nós já colocamos ali primeiro que  
612 somente quando houver revisão e agora não colocar um prazo para essa revisão?  
613 Acho temerário desse trabalho ser parado. Outra coisa, quando eu falei de  
614 continuidade do trabalho, é do trabalho, Conselheira Patrícia, o Grupo de Trabalho  
615 pode ser até outras pessoas, se aproveitar o que foi feito... Inclusive eu acho muito,  
616 particularmente, que a coordenação deve ser melhorada nesse Grupo de Trabalho,  
617 houve problema de coordenação nesse grupo. Nós temos um compromisso com  
618 esses resultados, compromisso público, de dar continuidade a esse trabalho de  
619 revisão. Essa é a coisa que a gente tem que deixar bem claro. Agora, eu seria pela  
620 manutenção do prazo, prazo do artigo 2º, um ano. Bom, o que eu falei  
621 anteriormente, acho que uma coisa é a condução do nosso trabalho aqui, mas nós  
622 vamos trabalhar esperando... Pode ser 2 anos o Grupo de Trabalho? Podemos  
623 colocar 2 anos? Então, coloque-se 2 anos, mas ficar sem prazo eu acho temerário.

624

625

626 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Eu sou contrário a essa questão de  
627 prazo. Eu acho que estamos querendo levar para prazo uma questão de nós  
628 estabelecermos uma articulação e uma série de procedimentos que não estão no  
629 âmbito CTCQA, acho que atribuir à Câmara Técnica essa responsabilidade sem ela  
630 ter governabilidade sobre o processo como um todo, nós estamos politizando o  
631 trabalho da Câmara Técnica. Acho que isso é um equívoco muito perigoso.

632

633

634 **O SR. SOLON MAURO SALES FAGUNDES (FURPA)** – Presidente, esse prazo  
635 aqui já está intrínseco, porque o Grupo de Trabalho só tem um ano, vai pedir outra  
636 autorização? Esse prazo já é de um ano, se tirar ele... Sim, mas a Câmara trabalha  
637 com o Grupo de Trabalho.

638

639

640 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Só acho que estamos atribuindo algo à  
641 Câmara Técnica que a Câmara Técnica não tem governabilidade, ela pode iniciar o  
642 processo, agora, existe uma série...

643

645 **O SR. LUIZ MOURÃO** – Obrigado. Na verdade nós temos dois aspectos aqui. A  
646 primeira coisa que é a revisão da tabela, que era o que estava previsto nesta  
647 Resolução que nós estamos dizendo que aqueles valores ficam fixos. O artigo 2º diz  
648 respeito a outra coisa que nós acordamos nesta Câmara Técnica, de fazer uma  
649 revisão parcial ou total da Resolução 344. Nós temos dois problemas. O primeiro  
650 problema da revisão da tabela é porque os dados não estavam disponíveis, nós  
651 chegamos a essa conclusão, que dependíamos de um prazo para processar esses  
652 dados, fazer a tabela, que a gente não tem governabilidade nenhuma sobre quando  
653 isso vai acontecer. Esse assunto nós não temos. Essa revisão parcial ou total da  
654 revisão, eu tenho dúvida se a gente faz em um ano, eu não posso imaginar, eu vi  
655 que a complexidade da matéria é bastante grande. A gente pode colocar 2 ou 3 ou  
656 deixar em aberto, mas esse é outro problema porque ali fica a CTCQA autorizada a  
657 proceder à essa revisão no prazo fixo, quer dizer, nós temos um prazo fixo para  
658 preceder esta revisão total ou parcial, que pode englobar, não ter dado mesmo, usar  
659 a tabela. Acho que essa questão tem que ser colocada. Talvez deixar em aberto o  
660 prazo possa ser uma solução, mas eu entendo a preocupação que a preocupação  
661 de não deixar também tão em aberto que não se faça nunca, é também realmente  
662 possibilidade.

663

664

665 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Gov. de São Paulo)** – Olha, é o seguinte, se  
666 a gente olhar o artigo 1º dessa Resolução, a gente está prorrogando um prazo, está  
667 certo? Nós temos 300 mil resoluções no CONAMA que algumas a gente tem até  
668 cuidado de prorrogar prazo, outras estão penduradas aí e continuam valendo  
669 simplesmente porque a gente tem uma verdadeira fixação em fixar prazos que não  
670 se cumprem constantemente. Eu acho que a gente muito menos ter essa idéia fixa  
671 de fixar prazo, a gente teria que ter a idéia fixa de responsabilidades. Eu acho que  
672 nós estamos fixando uma responsabilidade para a Câmara para proceder, o mais  
673 rápido possível, é claro, à revisão da Resolução e ela está na dependência de uma  
674 tabela, porque foi a tabela que segurou a coisa. Eu particularmente não gosto de  
675 fixação de prazo porque qualquer coisa no CONAMA pode se fazer a qualquer  
676 momento, independente de prazo fixado em resolução. Está sendo desmoralizante  
677 para a gente fixar prazos que não se cumprem constantemente, porque fica todo  
678 mundo afoito: “Não, vamos fazer, dá tempo, dá tempo”. Não dá tempo, todo mundo  
679 acha que dá tempo, não dá, tem um monte de resolução assim. Eu prefiro não fixar  
680 prazo, mas fixar responsabilidade.

681

682

683 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Bom dia a todos. Eu imagino que  
684 esse trabalho vai ser conduzido através de um GT. Se for conduzido por um GT, tem  
685 mandato, tem prazo de validade, para que o prazo seja renovado, tem que ter  
686 embasamento técnico para que seja feito. Então, a Câmara, a meu ver, jamais vai  
687 perder a governabilidade sobre a questão dos trabalhos. Não vejo nenhum motivo  
688 de colocar prazo porque nós mesmos vamos estar controlando e cobrando  
689 resultados em cima disso. Acho mais prudente, concordo com o Cláudio e com o  
690 presidente de nós não fixarmos prazo para essa revisão.

691

692

693 **A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA HELENA GAMBOSI BOSON (CNT)** – Eu só queria repassar para  
694 Mourão uma informação que acho que você não estava aqui, eu estava de costas,  
695 mas eu acho que você não estava aqui, do Termo de Referência do trabalho da  
696 COPPE que incluiu, inclusive, dentre uma das ações, fazer um questionário amplo,  
697 por todos os portos do Brasil, colhendo subsídios para fazer revisão da 344, que é  
698 muito mais amplo do que o próprio trabalho que o GT havia proposto. Esse Termo  
699 de Referência é para um trabalho de um ano. Então, quer dizer, nós já estaríamos  
700 com um ano e dizer que a Câmara não vai aproveitar esse trabalho seria um  
701 absurdo, nós teríamos esse problema da falta de governança sobre um trabalho que  
702 está sendo feito e que a gente poderia aproveitar muito bem. E só elogiar o discurso  
703 do Cláudio, acho que é por aí mesmo. A CNT, com a questão de portos, ninguém  
704 tem mais interesse que ela. Eu duvido, não precisa ser eu, porque se Deus quiser eu  
705 devo aposentar breve, mas qualquer pessoa da CNT que estiver aqui vai cobrar da  
706 sociedade isso, é questão de responsabilidade. Fica muito melhor do que a gente  
707 ficar com a cara grande e tem inúmeras resoluções, eu já levantei, tem um monte de  
708 resolução cujo artigo já não está valendo, ninguém reclama, porque a resolução não  
709 é cumprida, não é aplicada, porque se fosse estava gente berrando, cumprindo e  
710 não sei o que, que tira a credibilidade do CONAMA e dá vazão o discurso mundial  
711 do Rabelo de querer acabar com o CONAMA. É assim que começa a fama do  
712 CONAMA com essas coisas da gente colocar coisas que a gente realmente não tem  
713 condições de cumprir. O Wanderley cumpriu muito bem, você não perde a  
714 governabilidade pelos próprios prazos indiretos que nos são impostos com a  
715 formulação de GT e tudo mais. Eu fiz a proposta de um ano, mas eu concordo na  
716 retirada desse prazo.

717

718

719 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Acho que estamos em condições de  
720 deliberar.

721

722

723 **O SR. SOLON MAURO SALES FAGUNDES (FURPA)** – Quando se fala em prazo,  
724 por exemplo, composição do CONAMA muda, nesse período vai mudar, serão  
725 outros atores. A responsabilidade sobre a condução dos trabalhos já existe, acho  
726 que não é questionada a responsabilidade, já existe o poder conduzindo esse  
727 trabalho. Não tem o que questionar. Agora, quando a gente fala em manutenção do  
728 prazo é no sentido do planejamento, das atividades da própria Câmara Técnica, que  
729 esteja na sua agenda. Vamos dizer, em 2011 muda Governo: “Não, não é mais  
730 prioridade isso aqui, outras resoluções vão ser revistas agora, vai entrar na frente”.  
731 O trabalho fica abandonado, essa é a nossa preocupação. Então, acho que não  
732 causa problema nenhum se vai esperar aí o levantamento de dados de um contrato  
733 do Poder Público, então, passa para 2 anos, mas o importante é que tenha um  
734 prazo. Nós temos que ter, infelizmente nós temos que trabalhar com prazo. Se os  
735 prazos não estão sendo atendidos, paciências, mas nós temos que conduzir por  
736 prazo, melhor do que deixar a coisa solta. A nossa idéia é prazo de 2 anos.

737

738

739 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Acho que a gente tem que encaminhar  
740 a votação. Nós temos o texto base que propõe um prazo de 1 ano e nós temos uma  
741 proposta que me parece tem uma aceitação maior do Dr. Alonso, de supressão do  
742 prazo. Pelo que eu vi, o Solon está propondo que ao invés de 12, seja 24 meses.

743Quer dizer, não há ninguém que defende a proposta original, pelo que eu  
744identifiquei. Nós temos duas propostas, uma de supressão de prazo e uma de prazo  
745de 24 meses. Então, eu vou consultar quem apóia o estabelecimento de um prazo  
746de 24 meses para revisão total ou parcial da Resolução? 1 voto do Solon. E  
747contrário ao estabelecimento de prazo, conforme o apresentado pelo Dr. Alonso: 4  
748votos. Então, a Câmara deliberou contra o prazo. Eu queria só fazer um registro, vou  
749fazer uma observação que eu acho que a gente tem que tomar um pouco de  
750cuidado, principalmente quando o Conselheiro Solon fala dessa questão de  
751mudança de governo. Nós não podemos aqui definir compromissos políticos de  
752Governo nessa Resolução, o que nós temos que definir são procedimentos e  
753padrões. Muitas das resoluções falham porque elas tentam estabelecer  
754compromissos políticos e que a política não vai se resumir ao espaço de uma  
755resolução. Acho que a gente tem que tomar um pouco de cuidado com esse tipo de  
756abordagem porque nós temos que cuidar mais dos nossos procedimentos e dos  
757nossos padrões e deixar que a política seja feita no lugar político, porque a todo  
758momento pode um Conselheiro ir para dentro de uma plenária e pedir urgência para  
759aquela resolução. Agora, tem que ter capacidade política de fazer essa defesa no  
760plenário e de aprovar isso no plenário. Acho que nós trazermos para dentro da  
761Câmara Técnica, colocamos dentro de resoluções prazos que não precisam estar  
762nessas resoluções, nós podemos, a qualquer momento, definir isso numa plenária  
763do CONAMA ou através da nossa ação. Esse é o cuidado que a gente tem que ter  
764porque a preocupação da Câmara Técnica é que nós não podemos assumir  
765compromissos para os quais a gente não tem governabilidade.

766

767

768**O SR. SOLON MAURO SALES FAGUNDES (FURPA)** – Infelizmente a prática é  
769essa, as coisas mudam, muda o Governo, mudam as prioridades.

770

771

772**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Vamos para o artigo 3º. Aqui nós  
773temos uma proposta original da Dra. Patrícia, só lembrar, um dos problemas que  
774nós tivemos aí foi, primeiro, que não houve uma sistematização dos dados, mas  
775também não houve a sistematização dos dados de uma forma nacional que nós  
776também pecamos em não definir diretrizes para essa sistematização. Então, a Dra.  
777Patrícia, quando faz essa primeira observação, aí nós temos um elemento novo que  
778é essa questão do estudo sendo feito pela Secretaria de Portos, que na época a  
779gente também não tinha conhecimento desse andamento. Então, a proposta original  
780ficava que *“o MMA, com apoio do IBAMA, encarregado de dar todo suporte técnico*  
781*necessário à CTCQA, especialmente no que se refere às atividades de articulação*  
782*com os demais órgãos e entidades responsáveis para estabelecimento de valores*  
783*orientadores nacionais para classificação do material a ser dragado”*. Ela coloca aí  
784uma atribuição de articulação, de fazer com que se integre, se discuta, se chame até  
785o próprio Ministério do Meio Ambiente tem esse papel de coordenação do Sistema  
786Nacional de Meio Ambiente. Agora, nós temos uma proposta que modifica, do Dr.  
787Cláudio Alonso, que ele atribui ao MMA de dar o suporte técnico, entendo que o  
788raciocínio foi que o próprio IBAMA já compõe essa estrutura do Ministério,  
789*“especialmente responsável pela elaboração de banco de dados, contemplando os*  
790*valores gerados pelos órgãos ambientais competentes, para que sejam utilizados*  
791*como suporte para revisão da Resolução CONAMA 344”*. Nós temos aqui uma  
792abordagem um pouco diferente, sai daquela visão de articulação e entra dentro de

793 uma abordagem mais propositiva no sentido de fazer o banco de dados. Na  
794 realidade esse banco de dados não é só um banco de dados, tem aquela parte  
795 anterior que é de fazer, adotar os procedimentos para que se possa sistematizar a  
796 informação que não é produzida só no âmbito federal, mas também produzida no  
797 âmbito dos Estados. Eu vejo que nós temos aí dois papéis. Acho que aquela  
798 primeira proposta que a Dra. Patrícia montou, ela tem um ponto importante, que é  
799 essa questão de proceder à articulação que não me parece que possa ser  
800 suprimida. Eu acho que vai um pouco além da questão do banco de dados. No caso  
801 seria a produção, adotar as medidas necessárias para sistematização e análise dos  
802 resultados de monitoramento das dragagens, porque eu vejo que não é só o banco  
803 de dados, tem que ter uma análise que tem que se somar, tem que adotar outros  
804 procedimentos além do banco de dados, até para implementar o banco de dados,  
805 você vai ter que definir o padrão de como essas informações vão ser organizadas,  
806 vão ser produzidas, que é um pouco o espírito do artigo 10 da Resolução, que acho  
807 que a gente perdeu um pouco ele quando a gente veio para essa discussão. Então,  
808 eu só fiz essas observações. Talvez a gente pudesse juntar essas duas propostas e  
809 falar não só de banco de dados, mas de adotar as medidas necessárias, a  
810 sistematização de informação e produção de banco de dados... Eu estou  
811 preocupado porque amarrar um pouquinho uma visão, porque a gente está  
812 perdendo talvez uma coisa boa do artigo 10 da 344, que é quando ela fala da  
813 necessidade de montar um padrão para que organizem as informações sobre  
814 licenciamento e isso não é banco de dados, isso é um pouco mais, você vai ter ou...  
815 Acho que talvez a gente pudesse fundir pelo menos as duas propostas.

816

817

818 **A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – Bom, talvez tirar o  
819 “IBAMA”, fica o MMA, já seria uma proposta, porque aí fica o Ministério, e talvez  
820 parar no “responsáveis pela matéria” e fazer um parágrafo específico sobre os  
821 valores orientadores, seja no que se refere ao estabelecimento de diretrizes e tudo  
822 mais, com a formação do banco de dados. Uma coisa nessa linha. Tira o “com apoio  
823 do IBAMA”, aí “com demais órgãos e entidades responsáveis pelo cumprimento”,  
824 como é que fala? Porque aí a questão dos valores orientadores já ficaria uma coisa  
825 aparte, específica e faria as coisas das diretrizes, e aí você destacava a atividade de  
826 articulação.

827

828

829 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Gov. de São Paulo)** – Por que não deixa o  
830 artigo do jeito que você escreveu, apenas tirando o apoio do IBAMA, o apoio do  
831 IBAMA é natural. Quando eu fiz essa reflexão, já estava colocado na mesa que a  
832 Secretaria de Portos ia colaborar. Então, deixei o MMA de uma forma geral, porque  
833 através de convênio, contrato, de alguma forma de contato o MMA faria isso, por  
834 exemplo, com a Secretaria de Portos. Por isso que eu suprimi o IBAMA na minha  
835 proposição. Então, talvez a proposta da Patrícia, tirando só aquele “com apoio do  
836 IBAMA”, para não dar um destaque, acho que fica bom. E agora, só na parte dos  
837 “valores orientadores responsáveis pelo”... Eu insisto no banco de dados por uma  
838 razão, na Resolução anterior quem tinha que fazer alguma coisa explicitamente era  
839 o IBAMA que fazia o título da tabela e o resto ninguém ficou responsável, por isso  
840 que eu coloquei a responsabilidade de alguém para fazer isso, porque senão  
841 novamente aparece lá, tabela precisa constar latitude, longitude, não sei o que, teor  
842 de fósforo, cálcio, mas ninguém preenche a tabela. Por isso que eu coloquei a

843responsabilização do Ministério, porque claro, a gente sabe que vai ser através da  
844Secretaria de Portos. Então, o artigo 3 da Patrícia acho que está bom e faria um  
845parágrafo apenas dando responsabilidade ao MMA da elaboração do banco de  
846dados requerido, esse banco de dados de uma forma genérica e o próprio MMA,  
847junto com o IBAMA, estabelece..

848

849

850**O SR. LUIZ MOURÃO** – Eu não sou favor de se colocar o banco de dados aí não,  
851vou explicar porque, porque na verdade nós não devemos mexer na Resolução 344,  
852onde o artigo 10 fala que o IBAMA é responsável pela normatização, articulação  
853entre diversos bancos de dados, estabelecer os parâmetros, não fazer o banco de  
854dados. Tenho muito medo de que se a gente disser que o IBAMA é responsável pelo  
855bando de dados, aí sim meu caro amigo Solon vai se sacudir porque isso não sai tão  
856cedo. Acho que a gente tem que deixar isso na Resolução como está, a gente tem  
857que dizer que Ministério do Meio Ambiente pode ficar encarregado de promover uma  
858melhor articulação para cumprir o artigo 10, mas se a gente disser que o Ministério é  
859responsável pelo banco de dados, acho que aí a situação fica muito complicada e  
860vai engrossar o caldo tecnicamente, a maneira como está escrito, mesmo porque...

861

862

863**O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Gov. de São Paulo)** – O problema da última  
864Resolução é que não tinha ninguém responsável para fazer.

865

866

867**O SR. LUIZ MOURÃO** – Na verdade existia. Eu acho que o Grupo de Trabalho está  
868para fazer exatamente essa revisão. Eu acho que é interesse nosso. Bom, ficar o  
869MMA se responsabilizando pela elaboração do banco de dados, eu tenho muito  
870medo, a não ser que me convençam que o Ministério possa ficar responsável pela  
871elaboração do banco de dados. Eu levanto essa dúvida.

872

873

874**O SR. ROBSON JOSÉ CALIXTO (Secretaria Executiva do MMA)** – Não é bem  
875esclarecimento, é dúvida. Como a gente viu no Termo de Referência, a CEP já  
876contratou um banco de dados. O que eu percebo na intenção é que os dados  
877também coletados, analisados pelos organismos de meio ambiente também sejam  
878levados em consideração, inclusive para poder legitimar os resultados que vão ser  
879encontrados e até para direcionar a revisão da tabela, perfeito. Então, o que aparece  
880é que se já existe um banco de dados que vai ser contratado, existem dados e o  
881banco de dados que está aqui, está claro que a CEP, “banco de dados e respectivos  
882sistemas gerenciador de banco de dados”, isso aqui está claro, é o documento oficial  
883da CEP. Então, o que me parece é que tanto o Ministério quanto o IBAMA, quanto  
884também a ANTAC e outros interessados, ONGs, eles devem participar dessa  
885articulação para que esse banco de dados atenda às necessidades do CONAMA,  
886para revisão, para orientar a revisão mais abrangente da 344. Então, não seria o  
887caso do Ministério promover, fomentar um novo banco de dados, mas sim trabalhar  
888junto, levar ABEMA, levar IBAMA e todos os outros para que esse banco contratado  
889pela CEP seja direcionado a atender nossos pleitos, nossas intenções.

890

891

37

892 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Quería só complementar a proposta,  
893 porque tem a questão de botar um parágrafo...

894

895

896 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Gov. de São Paulo)** – Só um esclarecimento,  
897 acho que não dá para botar numa resolução, então, a gente está camuflando uma  
898 coisa, quem vai fazer, quem vai elaborar todo esse banco de dados, o Ministério  
899 está responsável para. Agora, não vai pegar o Ministro e mandar ele fazer um banco  
900 de dados, não é isso. Ele vai contratar, ele vai conveniar; a responsabilidade que ao  
901 final do processo esteja disposto está aí. Agora, eu não sei se dá para citar já que  
902 existe alguma coisa, senão a gente...

903

904

905 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Acho que não podemos sair fora.

906

907

908 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Bom, para mim a forma com que  
909 o artigo 3º está escrito já é o suficiente para se ter as informações necessárias para  
910 revisão da 344, porque se faz lembrar valores orientadores nacionais.  
911 estabelecimento de valores orientadores remete à Resolução de áreas  
912 contaminadas que você só obtém valores orientadores baseado primeiramente em  
913 banco de dados informações e depois tratamento estatístico das informações para  
914 que você possa ter informações relevantes e possa estabelecer esses valores. Não  
915 vejo motivo de entrar nesse detalhamento na Resolução. Acho que o Ministério já  
916 está encarregado dessa obrigação de dar suporte à Câmara Técnica, apresentando  
917 os dados já sistematizados, por que sem isso você não consegue estabelecer  
918 valores orientadores. Não sei se há necessidade de nós colocarmos mais alguma  
919 informação aí. A princípio eu acho que o artigo 3, como está, já atende o que a  
920 gente quer.

921

922

923 **O SR. SOLON MAURO SALES FAGUNDES (FURPA)** – Acho que deixar dessa  
924 maneira mais genérica possível, atende, dá uma ênfase à questão do apoio, de  
925 quem vai ser feito esse apoio técnico. Agora, acho que nós estamos entrando  
926 demais nessa questão da parte técnica, como vai ser. A minha preocupação  
927 continua sendo os prazos. Eu sou otimista de que se trabalhe com continuidade e há  
928 uma demanda da sociedade civil para que haja essa revisão, assim como há outros  
929 interesses para que não haja, que a coisa fique nessa questão de chove e não  
930 molha. Da maneira que nós estamos aprovando, sem prazo, vai prevalecer mais o  
931 chove e não molha do que qualquer outra coisa. Mas esse artigo 3º deve ser o mais  
932 genérico possível, para citar a importância desse apoio. Obrigado.

933

934

935 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Alonso, de uma forma geral, está  
936 muito próximo da redação original, que você modificou. Tem um aspecto aí que você  
937 levantou que não está contemplado que é essa questão da elaboração do banco de  
938 dados. Você gostaria de colocar como um parágrafo, como é que fica? Estou  
939 tentando convergir para a redação. Do texto que está aqui em vermelho,  
940 praticamente tem a aprovação de todos, praticamente o texto original que a Patrícia  
941 fez. Então, tem um aspecto que eu vi que não está contemplado, que é essa

38

39

942 questão de deixar explícito a responsabilização do Ministério para estruturação do  
943 banco de dados. Talvez acrescentar esse ponto e a gente tenta...

944

945

946 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Gov. de São Paulo)** – Olha, se vocês acham  
947 que não é necessário, gato escaldado é gato escaldado. A outra não saiu porque  
948 não tinha o banco de dados. Aí a gente pede articulação e tal, mas o banco de  
949 dados não responsabilizamos ninguém porque na outra não responsabilizamos  
950 ninguém. Na outra a gente dizia que o IBAMA ia ser responsável pela estruturação  
951 do banco de dados, ou seja, fazer uma tabela e botar...

952

953

954 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Eu tenho uma proposta: *“No que se*  
955 *refere às atividades de articulação e de sistematização das informações para o*  
956 *estabelecimento”*, coloca que é sistematização da informação, vai além de banco de  
957 dados. *“No que se refere às atividades de articulação e de sistematização”*. Você vai  
958 articular, você vai articular porque você precisa do apoio deles e precisa das  
959 informações deles também.

960

961

962 **A SRª. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – *“No que se refere às*  
963 *atividades de articulação e às atividades de sistematização das informações*  
964 *necessárias”*...

965

966

967 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Pronto, ficou muito além, envolve todo  
968 o processo, toda a cadeia. Alguém é contrário a essa nova redação? *“Fica o*  
969 *Ministério do Meio Ambiente encarregado de dar todo o suporte técnico necessário à*  
970 *Câmara Técnica de Controle e Qualidade Ambiental, especialmente no que se*  
971 *refere às atividades de articulação com os demais órgãos e entidades competentes*  
972 *e de sistematização das informações necessárias para o estabelecimento de valores*  
973 *orientadores nacionais de classificação do material a ser dragado”*, OK? Tá. Alguém  
974 contrário? Aprovado. Artigo 4º, não tem nenhum substitutivo. Artigo 5º - Revoga-se o  
975 artigo 9º, porque no artigo primeiro a gente validou. Alguma consideração adicional?  
976 Nenhuma declaração de voto separado? Então, podemos concluir esse ponto de  
977 pauta. Vamos avançar. O próximo ponto de pauta é proposta de resolução que  
978 dispõe sobre licenciamento ambiental, a saúde e a segurança do trabalhador. Foi  
979 disponibilizado no site do Ministério, já tinha sido apresentado na plenária do  
980 CONAMA ordinária do início de setembro uma proposta de resolução que trata  
981 dessa temática. Eu queria convidar a Dra. Marília para fazer a apresentação dessa  
982 proposta que o Ministério encaminhou.

983

984

985 **A SRª. MARÍLIA MARRECO (SECEX/MMA)** – Bom, essa proposta foi apresentada  
986 pelo Ministério do Meio Ambiente, na verdade ela se reporta a uma IN que foi feita  
987 pelo IBAMA, no sentido de que houvesse, nos processos de licenciamentos, uma  
988 análise referente à questão de saúde ocupacional e proteção da saúde do  
989 trabalhador. Como a IN do IBAMA abrangia só os licenciamentos de caráter  
990 federal, então a proposta de ter uma resolução do CONAMA é para que os  
991 licenciamentos como um todo, tanto os estaduais quanto os municipais também

40

992pudessem abranger essa análise referente à questão de saúde do trabalhador. Essa  
993é uma demanda que foi encaminhada ao Ministério do Meio Ambiente por parte dos  
994movimentos sindicais, particularmente de uma negociação com a CUT em que eles  
995tinham uma série de demandas em relação a esse tipo de análise sendo feita no  
996âmbito do procedimento de licenciamento. Então, a Resolução do CONAMA  
997basicamente repete o que consta da IN do IBAMA e ela foi encaminhada aqui para a  
998Câmara Técnica justamente para que possa ser analisada e ser complementada do  
999ponto de vista técnico. Junto com a Resolução, o Ministério encaminhou uma  
1000fundamentação que encontra-se no site do IBAMA, inclusive descreve esse  
1001processo de negociação que foi feito com a CUT, inclusive esse histórico da IN do  
1002IBAMA e está justamente para análise por parte do CONAMA.

1003

1004

1005**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Bom, vou abrir a palavra para  
1006esclarecimentos, pedidos de esclarecimentos. A palavra está aberta. Primeiro  
1007esclarecimentos.

1008

1009

1010**A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – Bom, uma resolução  
1011CONAMA deve ter um propósito de melhoria da gestão ambiental. Esse, para mim, é  
1012o objetivo de uma resolução CONAMA, é o primeiro objetivo. Ela não pode ser  
1013complementar a uma política de segurança pública, não pode ser complementar a  
1014uma política de distribuição de renda, não pode ser complementar a uma política de  
1015transporte. Ela é uma política, é simplesmente para o alcance da melhoria  
1016ambiental. Eu não consegui identificar isso. Então, eu queria esse primeiro  
1017esclarecimento, quer dizer, em que a questão ambiental, meramente ambiental,  
1018estaria em melhoria, diante dessa proposta, o que nós melhoraríamos em termos de  
1019qualidade ambiental, essa era uma pergunta. A segunda é uma avaliação mais  
1020jurídica, quer dizer, a gente, consultando - porque a gente se prepara para as  
1021reuniões - e a gente consultando vários dos juristas a respeito dessa questão da  
1022saúde e segurança do trabalho, a gente verifica que isso é especificamente uma  
1023matéria do Ministério do Trabalho, é de competência do Ministério do Trabalho, é ele  
1024que faz isso. Então, eu primeiramente só ficaria com esses dois questionamentos,  
1025Volney, mas no âmbito da discussão eu gostaria de ter oportunidade de pôr também  
1026o que a gente conseguiu levantar de a favor e de contra para essa Resolução, mas  
1027eu queria primeiro saber da Marília em que realmente melhora em termos de gestão  
1028ambiental essa proposta, especificamente gestão ambiental, em que ela agrega, em  
1029termos de saúde e segurança do trabalhador, também não consegui identificar, o  
1030que ela tem a mais que já tem na Política de Saúde e Segurança do Trabalhador,  
1031nos instrumentos normativos da segurança do trabalhador, em todo esse processo e  
1032se alguém já, o próprio Ministério, se a CONJUR do MMA, se a CONJUR do  
1033Ministério do Trabalho, se alguém já se manifestou juridicamente a respeito desse  
1034assunto, porque de tudo que eu vi, ninguém dá consistência jurídica, ou seja, é uma  
1035proposta que, no meu pobre entender de engenheira, não passaria na CTAJ, por  
1036exemplo, é uma proposta que sequer passaria. Nós perderíamos um tempo danado  
1037em discussões aqui e ela seria barrada na Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos.  
1038Então, se tem já um parecer conclusivo a respeito dessa questão.

1039

1040

1041**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – OK. Solon.

43

1042

1043

1044 **SR. SOLON MAURO SALES FAGUNDES (FURPA)** – Concordo plenamente com  
1045 as palavras da Conselheira Patrícia, ainda não consegui chegar no objetivo em  
1046 função da legislação vigente com relação a proteção ao trabalhador. O que se quer  
1047 com isso? Vai causar um problema sério aí de conflito de legislação com o processo  
1048 de licenciamento. Então, é complicado, eu realmente não tenho condições de  
1049 apreciar essa matéria, não me sinto em condições de apreciar essa matéria.

1050

1051

1052 **SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Gov. de São Paulo)** – Eu vou fazer algumas  
1053 considerações que não são de ordem jurídica, que também eu tenho muita  
1054 insegurança em saber se uma resolução desse tipo tem consistência jurídica, em  
1055 função que existem atribuições até constitucionais ao Ministério da Saúde e  
1056 legislação própria do Ministério do Trabalho que chama a si a responsabilidade e eu  
1057 não vejo nenhuma legislação, pelo menos até onde eu entendo, que chama para  
1058 nós, da área ambiental, digamos, SISNAMA, a responsabilidade de atuar nessa  
1059 área. Eu gostaria de fazer algumas considerações técnicas e eu vou falar alguma  
1060 coisa que é desagradável, mas eu vou falar. É desagradável porque é pessoal. Eu  
1061 tenho mestrado em engenharia industrial. Então, eu vou fazer uma consideração  
1062 mais técnica. As técnicas de higiene industrial, em que pesem, num primeiro  
1063 momento, parecerem iguais às técnicas de controle, de avaliação, etc. e etc. de  
1064 ambiente de trabalho não são iguais. Para os leigos parece que é igual, mas não é.  
1065 Há uma diferença muito grande. Havendo essa diferença muito grande, vamos ver  
1066 qual é o perfil das instituições que trabalham com meio ambiente, elas não têm a  
1067 menor condição de fazer qualquer análise de técnica das áreas de saúde  
1068 ocupacional: conforto térmico, pressão sonora, é tudo diferente e numa análise de  
1069 EIA, o que você vai fazer, que no fundo está incorporando ao EIA? Você não vai  
1070 trabalhar com uma avaliação de algo colocado, você não vai num ambiente de  
1071 trabalho e faz uma avaliação, muito pelo contrário. Você vai fazer, numa análise de  
1072 EIA, o que? Você vai prever pressões sonoras, você vai prever aspectos de conforto  
1073 térmico, você vai prever aspectos de ventilação industrial, que nós não temos  
1074 nenhuma tradição, nenhuma formação, nenhum nada para fazer isso. Então, sobre o  
1075 ponto de vista técnico político, atribuir para os órgãos do SISNAMA, que mal  
1076 conseguem trabalhar com a própria questão ambiental, mais um atributo que a gente  
1077 não tem condições nenhuma técnica de fazer, porque não tem tradição... É claro que  
1078 você pode criar, nós vamos criar, nos órgãos do sistema, departamentos especiais  
1079 de análise de ambiente do trabalho? No fundo se uma resolução passa, é isso que a  
1080 gente precisaria fazer. Sob esse aspecto eu acho que politicamente é uma  
1081 catástrofe, uma catástrofe porque se hoje se reclama que os EIA/RIMA estão  
1082 atrasados, imagina se você incorporar ao EIA/RIMA algo que nós não sabemos  
1083 fazer? Eu falo como órgão ambiental que tem ponta, que é a CETESB. Nós não  
1084 temos tradição e conhecimento para fazer isso. Eu acho que tecnicamente é muito  
1085 diferente, desprezando o aspecto jurídico, e politicamente é uma catástrofe porque  
1086 nós não temos condições de fazer isso, daqui a 5, 6 anos vai começar a sair o  
1087 primeiro EIA/RIMA. Acho que não tem condições da gente pensar nisso, a não ser  
1088 que explicitamente uma lei obrigasse a gente a fazer.

1089

1090

1091 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – As minhas considerações já  
1092 foram colocadas pela Patrícia, quer dizer, o questionamento do qual ganho isso traz  
1093 para melhoria da qualidade ambiental, o que está sendo proposto? É o primeiro  
1094 questionamento que tem que ser feito ao examinar essa Resolução. O segundo, que  
1095 base técnica na qual foi construída que isso pode ser feito. Não há legislação  
1096 federal, nós verificamos, que embase exatamente o que está sendo posto aí. São  
1097 legislações distintas, é a legislação trabalhista e a ambiental. Como não há uma lei,  
1098 como o CONAMA pretende tratar desse assunto? Nós vamos legislar sobre esse  
1099 assunto? Esse é um questionamento que a gente estaria fazendo. Acho complicado  
1100 fazer isso. Outra, o licenciamento ambiental se torna ainda mais burocrático, mais  
1101 complexo e as centrais sindicais, pelo que nós sabemos, não têm corpo técnico  
1102 especializado para poder avaliar e dar sugestões em termos do que está sendo  
1103 colocado aí. Outra questão. Então, nós achamos que isso vai complicar mais ainda a  
1104 questão do licenciamento, isso não ajuda. Se houvesse ganhos, certamente a gente  
1105 estaria discutindo, é uma forma de ganhos porque estariam sendo previstos e a  
1106 legislação trabalhista, os PPRAs, CIPAs, que já tratam dessas questões, têm  
1107 padrões rígidos, muito rígidos. Não vejo motivo, não vejo ganho para que esse  
1108 assunto seja internalizado e a gente crie mais uma sistemática no licenciamento  
1109 ambiental. É a visão geral que nós temos em relação a essa questão.

1110

1111

1112 **O SR. LUIZ MOURÃO** – Eu sou obrigado a discordar, que eu acho que qualidade  
1113 ambiental está falando de meio ambiente num conceito bem amplo que inclui todas  
1114 as pessoas. Se eu não tiver protegendo também o meu trabalhador e as pessoas  
1115 que estão em volta, eu estou falando de qualidade ambiental, mas não é esse o  
1116 assunto em si. Não vejo nenhum problema que a gente pudesse estar falando sobre  
1117 esse assunto aqui no âmbito do CONAMA. Mas acho que o assunto vai um pouco  
1118 além, nós estamos dizendo, e estou procurando aqui, se existe alguma resolução  
1119 que diga o que tem que conter o EIA/RIMA. Eu acho que... A 01 fala genericamente.  
1120 Talvez nós estivéssemos falando... Na 237 fala sobre os outros tipos de  
1121 empreendimentos, a gente pode dar uma olhadinha específica. Talvez nós  
1122 estejamos falando de introduzir alguma coisa na 237, não uma resolução específica  
1123 sobre este assunto, que ficaria perdido no âmbito dessas resoluções como um todo,  
1124 ela está perdida no âmbito, fazer uma resolução específica sobre isso, sem tratar  
1125 especificamente dos outros planos, programa básico ambiental dos outros planos  
1126 que são previstos, as outras características, aí a gente estaria meio perdido nessa  
1127 questão. Talvez, dentro daquele, levar em consideração este tema dentro da outra,  
1128 se é que ela existe ou não, estão me dizendo que existe, talvez pudesse ser  
1129 estudado dentro de algum prazo, não esta resolução em si separada, essa é a  
1130 opinião sobre o assunto.

1131

1132

1133 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Acho que tem algumas questões, não  
1134 sei se Dra. Marília gostaria de fazer algumas observações e depois a gente abre  
1135 discussão aqui.

1136

1137

1138 **A SR<sup>a</sup>. MARÍLIA MARRECO (SECEX/MMA)** – Alguns esclarecimentos. Primeiro a  
1139 questão jurídica. Tanto a IN do IBAMA quanto a proposta do Ministério passou tanto  
1140 pela PROJ do IBAMA quanto pela CONJUR do Ministério. Então, houve uma

1141manifestação jurídica. Se a matéria é pertinente ou não, como todas as matérias  
1142técnicas, depois de uma avaliação técnica e depois que ela seja melhor avaliada do  
1143ponto de vista técnico, ela vai passar, como todas as outras matérias, pela CTAJ e  
1144aí a CTAJ, de acordo com suas competências, vai levantar a questão do mérito  
1145jurídico, competências, etc. e tal. Quanto à questão da saúde do trabalhador,  
1146Mourão, mais ou menos que roubou as minhas palavras. Se eu pego o conceito de  
1147meio ambiente, nós estamos aqui naquele negócio que as pessoas acham que no  
1148conceito de meio ambiente, o ser humano está fora do conceito de ambiente. Não  
1149está, pegue a conceituação da 6.938, o homem está lá e o homem trabalhador  
1150também está lá. Concordo com o Cláudio que a questão ocupacional tem uma outra  
1151metodologia de análise que é diferenciada. Agora, o mérito da Resolução é no  
1152sentido de chamar atenção para a questão da primeira barreira que a gente tem, no  
1153caso de problemas de poluição, etc. e tal, que é o trabalhador, tanto que quando a  
1154gente monta um sistema de alarme, eles são direcionados à população trabalhadora  
1155ali, que é a primeira a ser evacuada e a primeira com a qual você se preocupa. A  
1156questão da Resolução visa justamente tentar conferir uma proteção maior para  
1157aquele trabalhador que está naquele sistema ali, que é o primeiro a ser atingido no  
1158caso de uma poluição, no caso de uma situação de emergência. Então, essa é a  
1159intenção da Resolução. Eu acho que ela tem que ser bem analisada, ela tem que ser  
1160confrontada com a legislação trabalhista que já exista, talvez um trabalho em  
1161parceria com o Ministério do Trabalho, uma parceria com o Ministério da Saúde, que  
1162tenha uma área específica de saúde do trabalhador também, para a gente verificar o  
1163melhor encaminhamento da Resolução, mas falar que a questão de saúde do  
1164trabalhador não está dentro da conceituação de meio ambiente ou que a questão  
1165legal e etc., eu acho que a gente está, na verdade, se escondendo para não dar  
1166prosseguimento a uma matéria.

1167

1168

1169**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Foram os esclarecimentos, agora a  
1170gente abre, a palavra está garantida para todos.

1171

1172

1173**A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – Deixa eu falar uma coisa, a  
1174CNI está fazendo um grande estudo para licenciamento ambiental no País, foi feito  
1175um questionário, foi distribuído para as 27 federações do Estado, foram feitas  
1176entrevistas locais com alguns órgãos, é um diagnóstico sobre licenciamento  
1177ambiental. O licenciamento ambiental no país tem uma característica básica,  
1178primeiro, ninguém é contra ele, todo mundo acha que é um excelente instrumento  
1179para dar continuidade, para complementar a gestão ambiental do país. Ninguém é  
1180capaz de dizer que ele é ruim, que ele tem que ser substituído por outro. O segundo  
1181ponto é: todos são contra a forma como ele está sendo aplicado, todos, desde o  
1182empreendedor até o órgão licenciador. Uma das características maiores desse  
1183resultado é, primeiro, o Brasil não tem planejamento, com isso cabe ao  
1184licenciamento ambiental decidir sobre o modelo de desenvolvimento do País, cabe  
1185ao licenciamento ambiental dizer se quer hidroelétrica ou termoelétrica, cabe ao  
1186licenciamento ambiental dizer se quer distribuição de renda mais justa ou menos  
1187justa e vai por aí fora. Esse é o principal problema do licenciamento ambiental, ele  
1188virou um guarda-chuva de tudo que o País não dá conta de fazer, tudo. E a tradução  
1189mais complicada disso tudo são as condicionantes ambientais. Ao contrário do que a  
1190Marília disse, o homem é a coisa mais importante no licenciamento ambiental, troca-

1191se meio ambiente por estrada asfaltada, troca-se meio ambiente por hospital, troca-  
1192se meio ambiente por uma praça pública, troca-se meio ambiente por uma escola  
1193primária, troca-se meio ambiente por escambal. Então, ao contrário do que se diz,  
1194não tem nada mais antrópico do que o licenciamento ambiental. É o homem em  
1195primeiro lugar em todas essas questões. Aí o licenciamento passa com 150  
1196condicionantes, 200, coisas que ninguém acredita, se fosse fazer um levantamento.  
1197Eu tenho até o propósito de fazer um livro engraçado das condicionantes ambientais  
1198que são postas. Então, quando saiu a Instrução Normativa, e ela está inclusive no  
1199estudo que a CNI está preparando, como um ícone de como cabe tudo ao  
1200licenciamento ambiental, agora até segurança e saúde do trabalhador. Onde não se  
1201resolve o problema, onde a política pública não está presente com as armas  
1202necessárias, toca no coitado do licenciamento e aí ele que é o culpado para  
1203atrasar o desenvolvimento do país, aí são os órgãos ambientais que são o  
1204empecilho, que são os chatos, essa questão toda. Isso não agrega valor algum. Fiz  
1205um levantamento sobre a questão de quais que são os maiores índices de acidente  
1206com saúde do trabalhador. A Cláudia está ali, ela é do IBRAM, ela veio me auxiliar  
1207nessa tarefa porque ela toca um programa sério de saúde e segurança do  
1208trabalhador, porque a mineração inclusive está entre um dos índices grandes. Mas  
1209os maiores são construção civil e estrada, que não tem EIA/RIMA, não tem para  
1210essa questão, não entra nesse mérito, transporte, não é estrada, é o transporte, o  
1211maior está no transporte e está na construção civil, que não tem EIA/RIMA. Então,  
1212não é para resolver a saúde do trabalhador, porque se fosse teria voltado para onde  
1213esse índice é maior, que é em construção civil, predial, onde a maioria não tem  
1214EIA/RIMA, não se faz EIA/RIMA ou então na questão do transporte. Então, esse é  
1215um ponto. Outro ponto muito complicado que a gente precisa de pensar é, se for  
1216pensar numa hidroelétrica, ela tem 15 a 20 empresas diferentes, com 5 categorias  
1217de trabalhadores, calcula o licenciamento disso. Cada uma hidroelétrica tem de 15 a  
121820 empresas dentro, fazendo seu papel, com 5 categorias de trabalhadores. Então,  
1219não vai ajudar nada, vai atrapalhar a questão central, que é salvar a fauna, que é  
1220salvar a flora e que é preservar a questão da natureza. Não vai adiantar nada, não  
1221vai melhorar coisa nenhuma nesse aspecto. Sobre a questão da saúde e segurança  
1222do trabalhador, que é importantíssima, Mourão tem toda a razão, é importantíssima,  
1223ela está bem cuidada e por isso que eu trouxe a Cláudia aqui. Quem quiser  
1224esclarecimento sobre isso, não tem lacuna em relação a isso, é uma coisa que  
1225avança, muito bem negociada, cheio de normas regulamentadoras que está muito  
1226bem preparada. Agora, o mais estranho é a questão da CUT, porque eu tive o  
1227cuidado de questionar vários sindicatos a respeito disso, todos, em joelhos, pediram:  
1228“Pelo amor de Deus, eu não quero isso! Eu não tenho competência para isso, o meu  
1229pessoal já atua nisso via saúde e segurança do trabalhador, via CIPA. Você vai me  
1230jogar para essa questão? Socorro!” Então, eu fico pensando quem é essa CUT, se  
1231não é algum líder político querendo ter bandeira e respaldo para ficar com sua  
1232bandeirinha, porque agora meio ambiente também virou isso, gente, virou bandeira  
1233política para defesa, ninguém está preocupado com peixe, com passarinho, com o  
1234meio ambiente, com nada, está preocupado com a sua plataforma, com o homem  
1235está, tanto que no licenciamento ambiental te digo, o homem é a coisa mais  
1236importante, em 150 condicionantes ambientais, 90 condicionantes ambientais de 100  
1237são para o homem, é escola, é asfalto, é praça pública, é hospital, 90 são para o  
1238homem. Basta pegar uma lista de condicionantes ambientais que você vai ver, mais  
1239de 90% são para o homem. Então, o homem está muito bem aquinhado no  
1240processo de licenciamento, não precisa pôr mais nada, já está muito bem

1241aquinhado. Sob o ponto de vista jurídico, já que a CONJUR avaliou a IN do IBAMA,  
1242eu quero esse parecer. Eu acho que para a gente continuar essa discussão, eu  
1243quero o parecer da CONJUR do MMA que deu respaldo legal para essa IN que foi  
1244para o IBAMA, eu quero ver esse parecer, mas não quero só ele, quero o do  
1245Ministério do Trabalho também, eu gostaria que o Ministério do Trabalho viesse aqui  
1246e me dissesse, como Conselheira, o que o Ministério do Trabalho pensa disso, o que  
1247ele acha disso e como é que ele encara isso, se isso é um apoio à política pública  
1248que é de responsabilidade dele ou se é um entrave à política pública. O que ele  
1249pensa a respeito disso. E aí só daí é que a gente pode continuar discutindo essa  
1250questão. Dependendo do que resultar aqui, Volney, eu volto a essa questão da IN,  
1251porque nós chegamos na questão das termoeletricas num beco sem saída, porque  
1252não avança, no entanto tem uma IN aí que foi questionada inclusive juridicamente. É  
1253uma coisa até muito chata toda hora o meio ambiente estar indo contra a sociedade  
1254para poder depois ser judicializado, questionado juridicamente. Esse é o fórum  
1255adequado para as coisas aparecerem e a gente discutir da maneira e evitar essa  
1256judicialização muito sem graça, mas aquela IN número 7 de termoeletrica acho que  
1257a Câmara Técnica tem que se manifestar em relação a ela. Nós não temos nada a  
1258ver com esse negócio de portaria, mas em termos de conceito a gente tem e  
1259dependendo do resultado também ver o que faz com essa IN que foi. Mas o meu  
1260encaminhamento é esse, o prosseguimento da discussão só pode se dar depois que  
1261a gente tiver o parecer da CONJUR do MMA, que dá respaldo legal a essa condição  
1262e depois de uma apresentação, um depoimento do Ministério do Trabalho a respeito  
1263dessa problemática, senão nós não vamos avançar, vai ficar uns e a maioria, sob o  
1264ponto de vista jurídico, acho que a maioria aqui é engenheiros, não são juristas, uns  
1265dizendo que pode, outros dizendo que não pode, que não tem e a gente não vai  
1266avançar nunca em relação a isso. Então, o pressuposto base. E deixo à disposição  
1267de todos a Cláudia, que veio lá de Belo Horizonte também, para dar segurança, viu  
1268Mourão, de que as coisas, nessa área inclusive, estão muito avançadas, é um tema  
1269que o setor empresarial foi compelido a avançar e avançou muito e as coisas  
1270funcionam. Se tem uma coisa que a coisa funciona é CIPA, o Governo da Bahia  
1271inclusive está copiando esse modelo para a questão ambiental também, formando  
1272essas suas comissões de reivindicações interna para a questão ambiental, tão forte,  
1273tão bom e tão eficiente que é o modelo. Era isso. Obrigada.

1274

1275

1276**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Obrigado Patrícia. Eu queria só acertar  
1277um pouco a dinâmica. A Patrícia já fez alguns encaminhamentos, dentro dessa  
1278perspectiva de que nós não vamos ter condições de deliberar sobre essa questão  
1279hoje, então, a gente vai procurar recolher os esclarecimentos e trazer na próxima  
1280reunião. Eu estou pedindo aqui para Christina dar uma anotada, tem dois pontos que  
1281a Patrícia já registrou, um é a questão do parecer jurídico da CONJUR e o outro de  
1282um convite ao próprio Ministério do Trabalho para estar presente aqui e apresentar o  
1283entendimento dele sobre essa Resolução. São dois pontos. Eu acho que a gente  
1284podia talvez, as intervenções, irem um pouco nessa linha, porque eu vejo que nós  
1285vamos recolher alguns aspectos que deverão ser esclarecidos, trazidos para a  
1286próxima reunião para que a gente tenha condição de deliberar sobre isso, um pouco  
1287na linha do que a Patrícia falou.

1288

1289

1290 **SR. LUIZ MOURÃO** – Eu tenho uma preliminar à proposta da Patrícia, porque na  
1291 verdade eu volto à questão, realmente os licenciamentos ambientais têm feito isso,  
1292 já analisei EIA/RIMA de hidroelétrica, tem plano de meio ambiente e saúde, eles têm  
1293 feito isso e eu defendo a legalidade desse procedimento para lá, que é uma posição  
1294 diferente ou não. Mas daí a transformar numa resolução é uma grande diferença.  
1295 Acho que essa Câmara Técnica, preliminarmente à gente saber se tem  
1296 posicionamento jurídico ou não, porque no procedimento do CONAMA nós vamos  
1297 analisando resoluções e depois tem uma Câmara Técnica Jurídica até para discutir  
1298 isso e a gente pode até questionar essa juridicidade antes. Mas a única resolução  
1299 que fala sobre EIA/RIMA é a Resolução 01, a 237 não fala de como é o  
1300 licenciamento. A Resolução 01 fala que o licenciamento deverá conter, daquela  
1301 maneira bastante ampla e genérica, o EIA/RIMA deverá e depois ele fala que para o  
1302 licenciamento é necessário o EIA/RIMA, mesmo porque, para quem não sabe, o  
1303 Estudo de Impacto Ambiental é um instrumento da Política de Meio Ambiente e o  
1304 licenciamento é outro, são dois instrumentos diferentes, isso é muito importante, são  
1305 instrumentos separados. Mas o que eu estou querendo dizer? Me parece  
1306 preliminarmente que é difícil a gente fazer uma resolução sobre um aspecto do  
1307 Estudo de Impacto Ambiental, sem fazer de todos os outros. Essa é uma questão  
1308 fundamental. Mexer na Resolução número 01 também me parece, sob todos os  
1309 pontos de vista, não sei se é interessante ou não nós mexermos na Resolução  
1310 número 01 de 86, politicamente, não sei, isso é questão de se pensar muito. O que  
1311 se pode debater preliminarmente a essa Resolução seria realmente a pertinência de  
1312 se tratar de uma modificação de processos, mas não abrir uma porta específica  
1313 sobre um aspecto apenas desse Estudo de Impacto Ambiental porque só está  
1314 tratando de um aspecto, aí tem inúmeros outros aspectos que poderiam ser tratados  
1315 que não são só a saúde do trabalhador que claro que é importante. Então, talvez a  
1316 gente possa, preliminarmente, trabalhar sobre uma questão, até com o plenário nós  
1317 temos um espaço que a nossa Secretária Executiva tem, que é diferente da tribuna  
1318 livre, para discutir políticas ambientais, nunca usamos esse espaço, talvez trazer  
1319 pessoas para falar sobre isso, talvez analisar no plenário ou até nessa Câmara  
1320 Técnica, um espaço para discutir esse assunto preliminarmente a avaliar um dos  
1321 aspectos específicos desse processo de avaliação de impacto ambiental. Talvez  
1322 fosse uma proposta preliminar a essa coisa jurídica, porque nesse sentido talvez  
1323 coubesse mais à Câmara Técnica analisar nesse sentido. Será que isso, nesse  
1324 momento, é o mais importante? Também temos que ver, claro que é uma proposta  
1325 que tem que ser analisada, vai naquelas coisas de o que a gente vai tratar primeiro.  
1326 Acho que é uma matéria relevante, é importante, é interessante, tem sido seguida,  
1327 mas acho que o encaminhamento possível fosse a gente trabalhar mais os aspectos  
1328 gerais do licenciamento e depois talvez não analisar ela especificamente logo no  
1329 começo, trabalhar preliminarmente nos aspectos gerais da avaliação de estudos de  
1330 impacto ambiental, esta Resolução incluída dentro dela, para que a gente pudesse  
1331 amadurecer essa questão.

1332

1333

1334 **SR<sup>a</sup>. MARÍLIA MARRECO (SECEX/MMA)** – Só uma proposta de  
1335 encaminhamento. Eu acho que do mesmo jeito que a gente tem que ouvir o  
1336 Ministério do Trabalho, é importante ouvir também a representação dos  
1337 trabalhadores aqui no CONAMA. A gente tem representação dos trabalhadores na  
1338 indústria, na agricultura e no comércio. Então, eu acho que esses 3 segmentos  
1339 deveriam se pronunciar sobre a Resolução. Já que houve uma dúvida quanto à

1340 questão das centrais sindicais, que a própria CUT e a Força Sindical, etc. e tal  
1341 também fossem ouvidas.

1342

1343

1344 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Obrigado. Wanderley.

1345

1346

1347 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Bom, não vou voltar nas  
1348 discussões que eu falei anteriormente, é só para fazer um esclarecimento. Quando  
1349 eu falei qualidade ambiental, evidentemente qualidade ambiental na qual a  
1350 legislação ambiental dá poder, extramuros, extramuros de fábrica. Dentro de muros  
1351 de fábrica você tem uma legislação específica, meio ambiente de trabalho,  
1352 legislação muito mais rigorosa que a legislação ambiental e, nesse aspecto, eu não  
1353 vejo nenhum ganho dessa Resolução, de melhorar a saúde do trabalhador. Ao  
1354 contrário do que a Marília disse, eu não estou excluindo o bicho homem, pelo  
1355 contrário, de forma alguma. Ele é tão importante que tem legislações específicas,  
1356 NRs, padrões muito rigorosos em relação a isso e eu não vejo ganho ambiental  
1357 algum para o trabalhador, muito menos a questão da qualidade, além de conflitos de  
1358 legislação. A Patrícia colocou muito bem aqui. É só para esclarecer essa questão dá  
1359 a entender que a gente vê qualidade ambiental em passarinho, não é isso, é no  
1360 ambiente no qual vivemos. Em termos de encaminhamento, o que se propõe  
1361 exatamente? De nós fazermos uma nova reunião com o tema e chamar todos esses  
1362 atores para nós ouvirmos e depois deliberarmos o assunto?

1363

1364

1365 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Seria isso que eu estou vendo,  
1366 partindo do próprio encaminhamento que a Dra. Patrícia deu, já identifiquei dois  
1367 aspectos que a Dra. Patrícia mencionou, tem essa questão que a Dra. Marília  
1368 levantou também de pegar a representação do CONAMA dos setores sindicais,  
1369 convidá-los também e acho que foi isso.

1370

1371

1372 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Eu gostaria também de convidar  
1373 o pessoal, os especialistas que trabalham em medicina de segurança do trabalho  
1374 nas empresas para estarem presentes e darem um depoimento do que acontece.  
1375 Nós temos aqui até uma especialista que também veio de Minas, a Aline, que é  
1376 advogada, trabalha na área trabalhista, que também poderá contribuir conosco nas  
1377 discussões. Isso pode ser feito na próxima reunião, a gente colocaria isso como  
1378 mais um encaminhamento.

1379

1380

1381 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Estou tentando entrar numa linha de  
1382 encaminhamento. Eu acho que é importante, até se cada instituição tiver já alguma  
1383 análise, que encaminhe essa análise para a gente disponibilizar essa análise, é  
1384 parte do processo. Justamente o que a gente está propondo aqui é fazer essa  
1385 discussão, ouvir os setores, ouvir os interessados e ir no mérito da questão. Então,  
1386 nós estamos registrando aqui os nossos encaminhamentos, o que vai ficar de  
1387 responsabilidade da Câmara Técnica chamar, ela vai provocar essa questão do  
1388 parecer da Consultoria Jurídica, convidar o próprio Ministério do Trabalho, isso nós  
1389 nos comprometemos e, claro, aqueles atores que forem convidados pelos nossos

1390membros da Câmara Técnica, a palavra poderá ser passada a eles e será  
1391disponibilizada para enriquecer a nossa discussão. Gente, encaminhamentos.

1392

1393

1394**O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Gov. de São Paulo)** – Eu só queria lembrar  
1395uma resolução que nós temos aqui, porque se fala muito coisa, o homem está no  
1396meio, não está no meio. Às vezes tem muito esse aspecto do passarinho que é  
1397levado em conta em relação ao meio ambiente. Mas uma resolução que eu me  
1398lembro bastante bem que nós discutimos aqui e que mostra que a área ambiental,  
1399digamos, não trabalhista, não é insensível à saúde do trabalhador e leva em conta,  
1400sempre que possível. Se vocês pegarem a Resolução que trata de aplicação de lodo  
1401de esgoto na agricultura, existe todo um cuidado com a saúde do trabalhador,  
1402porque estava numa zona cinzenta, ele era meio ambiental e meio saúde do  
1403trabalhador. Ou seja, a gente não é insensível a isso. Agora, acho que existe toda  
1404uma estrutura para cuidar da saúde do trabalhador que não é o perfil da estrutura  
1405ambiental hoje. Não é apenas o aspecto jurídico, mas também o aspecto  
1406institucional e o aspecto técnico que têm que ser levados em conta. Se eu puder  
1407expandir alguma coisa que já tenho escrito, posso expandir e colocar, mas não é  
1408apenas o aspecto jurídico que eu queria levantar, tem o aspecto institucional e o  
1409aspecto técnico propriamente dito, que precisa ser levado em conta.

1410

1411

1412**A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA HELENA GAMBONI BOSON (CNT)** – Eu só queria fazer uma  
1413proposta de encaminhamento de ir por etapas. Acho que primeiro nós temos que  
1414verificar a pertinência técnica e jurídica e não interesses. Se tem a CUT interessada,  
1415se tem a Força Sindical não interessada, nós vamos abrir aqui um sistema de  
1416guerra, eu não sei se é por aí não. Eu acho que a gente primeiro tem que ver a  
1417questão efetivamente técnica do processo, a discussão de interesses vai prosseguir  
1418depois dessa primeira decisão. Então, eu ficaria com a proposta de a gente avaliar  
1419qual foi a motivação porque a resposta do que se ganha ambientalmente com isso e  
1420que se agrega valor à saúde e segurança do trabalhador com essa proposta não  
1421foi respondida. Então, um tempo para essa resposta técnica muito clara,  
1422acompanhada do respaldo jurídico dessa proposta e ouvir o Ministério do Trabalho.  
1423São duas políticas públicas, não estou querendo transformar essa Câmara num  
1424cenário de guerra de interesses, colocar CUT de um lado, Força Sindical do outro,  
1425não sei mais quem do outro, nós não vamos colher nenhum bom fruto disso, vamos  
1426colher um desgaste emocional muito grande. Então, eu entendo que a primeira coisa  
1427é dar esse tempo para o que realmente, em termos de resultados, se agrega, além  
1428do que já tem EIA/RIMA, além do que já está posto, além do que a legislação já  
1429trata. Porque nós vamos avaliar uma questão de custo X benefício, isso que nós  
1430estamos dizendo. O que você vai agregar no EIA de uma hidroelétrica envolvendo  
143115, 20 empresas com 5 sindicatos completamente diferentes, o que vai se agregar,  
1432além do que o Ministério do Trabalho já faz? Essa é uma discussão crucial que a  
1433gente precisa fazer em relação a essa proposta. E a segunda é ouvir o Ministério do  
1434Trabalho para ver se ele realmente está aceitando essa parceria, se ele enxerga  
1435isso porque aí nós vamos ter condição, retirando, Mourão, essa questão legal, você  
1436tem toda a razão, a gente pode discutir posteriormente. Mas tecnicamente, enquanto  
1437Câmara de Controle e Qualidade... Tecnicamente, em relação a essa questão de  
1438controle de qualidade, que é o nos cabe, a Câmara Técnica de Controle e de  
1439Qualidade, é essa comprovação do que se agrega em termos de valor. Um tempo

1440 para o Ministério do Meio Ambiente apresentar não interesse da CUT, apresentar o  
1441 que agrega de valor em termos de qualidade ambiental a proposta e o Ministério do  
1442 Trabalho nos convencer de que realmente agrega, de que ele está muito feliz,  
1443 porque realmente “nos agrega valor, nos ajuda, nos apóia”. Acho que esse tempo  
1444 que tem que ter. Depois, daí para frente, se a matéria prosseguir, aí nós vamos  
1445 discutir interesses, aí interesses aqui sentados, representados vão colocar as suas  
1446 questões, os seus interesses, as suas avaliações. Mas nós temos que ter esse  
1447 primeiro tempo antes de abrir uma guerra de interesses.

1448

1449

1450 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Obrigado Patrícia.

1451

1452

1453 **SRª. MARÍLIA MARRECO (SECEX/MMA)** – Eu volto a insistir na questão da  
1454 representação dos trabalhadores.

1455

1456

1457 **SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Gov. de São Paulo)** – Eu ia levantar  
1458 exatamente essa questão, não se fixe tanto à CUT porque existem outras  
1459 confederações que representam os trabalhadores do País. Os trabalhadores têm  
1460 representação no CONAMA, eu acho que eles devem ser convidados a participar  
1461 sim e se houver alguma guerra, minha filha, se houver, que haja, eu não tenho muito  
1462 medo. Veja, eu acho que existem informações e especializações e convicções  
1463 bastante bem estabelecidas. Se houver interesses, interesse sempre há. Também  
1464 dizer que o Ministério do Trabalho é uma maravilha e que o meio ambiente está tudo  
1465 ruim, funciona tudo bem, também essa eu não engulo porque nós temos um  
1466 problema de governança no País que é grande, em todas as áreas. Não vamos falar  
1467 que o Ministério do Trabalho é fantástico e não é por isso que nós vamos ter que  
1468 cobrir buracos. Agora, quanto às representações aqui apresentadas, não como,  
1469 digamos assim, não a CUT e tal, mas como Conselheiros do CONAMA mesmo,  
1470 acho que eles têm que ser avisados que esse embate vai ocorrer em função dessa  
1471 Resolução. Não tenho nada contra, se houver algum embate, que haja.

1472

1473

1474 **SRª. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – Eu acho que nós estamos  
1475 aqui um pouco deturpando as coisas, embate sempre houve, sempre haverá, isso  
1476 aqui está aberto para isso. Acho que não é uma questão de colocar trabalhador  
1477 contra trabalhador, a favor de trabalhador; eu insisto que nós não estamos neste  
1478 momento. Eu pego uma CLT, no seu art. 160, que diz que “nenhum estabelecimento  
1479 poderá iniciar suas atividades sem prévia inspeção e aprovação das respectivas  
1480 instalações pela autoridade regional competente em matéria de segurança e  
1481 medicina do trabalho” e pego uma RN 2 que diz que “todo estabelecimento novo,  
1482 antes de iniciar suas atividades, deverá solicitar aprovação de suas instalações e  
1483 operações”, eu vejo essas coisas, eu volto a perguntar: qual é a finalidade? Porque  
1484 às vezes o Ministério enxergou uma finalidade ambiental que nós não estamos  
1485 conseguindo enxergar, nós eu digo CNT, CNI, nós queremos enxergar. Então, não é  
1486 uma questão de briga com o trabalhador e contra o trabalhador, tem um grupo aqui  
1487 doido para matar trabalhador, não é nada disso. Eu quero é entender os avanços da  
1488 qualidade ambiental advindos dessa proposta e quero ouvir o Ministério do Trabalho  
1489 para saber se realmente isso avança, não é questão de trabalhador, é uma questão

1490ainda no nível técnico. Quando for para discussão dessa proposta ou até pela  
1491decisão da discussão dessa proposta, tudo bem, é guerra, tem que ampliar mesmo,  
1492vamos colocar todos os interesses. Eu estou falando que nós estamos no momento  
1493anterior, não é no momento do conteúdo, não é no momento da pertinência; é o  
1494momento de entendimento, entendimento. A proposta, como foi encaminhada, a fala  
1495da Marília não foi suficientemente para esclarecer esse entendimento. Então, estou  
1496pedindo mais uma reunião para entendimento, no qual o Ministério terá todo o tempo  
1497para contextualizar tecnicamente melhor a intenção, o resultado, o custo X benefício  
1498e o Ministério do Trabalho também nos ajudará em relação a isso, para melhor dar  
1499prosseguimento e encaminhamento ao processo. Câmara Técnica, que eu saiba,  
1500sempre foi aberta. Acho que quando tem um assunto desse de interesse, o setor  
1501competente vem. Quantas vezes eu não era de Câmara Técnica enquanto membro,  
1502mas participava das discussões porque o assunto teria interesse, valeria a questão  
1503de interesse? Então, estou falando, Volney, é no momento anterior, para a gente  
1504não deturpar essa discussão. Nós não estamos discutindo o mérito dessa Resolução  
1505ainda, nós estamos no processo de entendimento do processo, desse  
1506encaminhamento e dessa questão.

1507

1508

1509**O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Gov. de São Paulo)** – Acho que a gente, na  
1510hora que faz essa discussão, me desculpe, a gente está entrando no mérito se a  
1511gente vai levar essa Resolução para frente ou não. Sem dúvida, você está  
1512encaminhando já a coisa. Então, eu acho que se houver essa sessão, que vai ser  
1513um tipo de mini-seminário, provavelmente uma manhã, um tipo de seminário, que  
1514especialmente os Conselheiros representantes dos trabalhadores no CONAMA,  
1515especialmente sejam convidados a participar.

1516

1517

1518**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Gente, eu queria...

1519

1520

1521**A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – Eu queria sobre se  
1522Cláudia, o pessoal queria falar alguma coisa, para contribuir com o  
1523encaminhamento, Volney.

1524

1525

1526**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Eu não estou vendo muita diferença  
1527porque, por exemplo, essa questão da participação, quer dizer, o Conselheiro tem  
1528direito de voz em qualquer Câmara Técnica. Acho que o fundamental é o que a  
1529Patrícia colocou, qual é o foco da discussão. Acho que o foco é essa discussão, qual  
1530é o ganho e essa discussão tem que ser aberta a qualquer Conselheiro do  
1531CONAMA. Não vejo como operacionalizar isso, Conselheira Patrícia, porque a  
1532palavra está aberta. O que a gente pode fazer é já tentar sistematizar isso antes,  
1533saber se tem interesse ou se não tem interesse. Mas me parece que ao pautarmos  
1534essa discussão, se tiver um Conselheiro aqui, qualquer Conselheiro, nós temos que  
1535passar a palavra. Então, eu estou indo nessa linha de encaminhamento que eu vi  
1536duas vertentes, essa vertente mais do ganho e como explicar isso e com isso tem  
1537uma parte mais ambiental e outra mais do Ministério do Trabalho, essa vertente e  
1538uma outra que é uma questão mais jurídica que pediu o parecer do próprio Ministério

1539do Meio Ambiente. Então, são esses dois pontos que eu vi que ficariam para uma  
1540próxima reunião e que teria, nesse ponto de pauta, tratar nesse aspecto.

1541

1542

1543**O SR. SOLON MAURO SALES FAGUNDES (FURPA)** – Presidente, quando se fala  
1544em entendimento eu estou ainda tentando entrar na fase do convencimento, não sou  
1545especialista no assunto, mas quando olho ali, meio ambiente de trabalho, para mim  
1546é norma regulamentadora do Ministério do Trabalho. Ao longo desse tempo eu tive  
1547contato na minha atividade e elas são constantemente estudadas, analisadas com  
1548relação a meio ambiente. Vai se criar uma coisa em paralelo, outra fiscalização com  
1549certeza atribuída ao IBAMA, aos órgãos ambientais para que se faça a fiscalização  
1550paralela ao Ministério do Trabalho. Isso é complicado, já existe bastante disso no  
1551País, estamos gerando novamente. Talvez aí tenha havido uma confusão, eu estava  
1552pensando aqui, uma coisa que o IBAMA já exige no estudo ambiental, de um  
1553programa de educação ambiental contínuo para os trabalhadores, aí sim se  
1554esclareceria toda essa questão, poluição, poluição sonora, faria um link com as  
1555normas regulamentadoras, mas aí o programa de educação ambiental do  
1556trabalhador. Se quer se inserir os trabalhadores no processo de licenciamento  
1557ambiental, a melhor maneira é essa e é a viés que nós, do SISNAMA, podemos  
1558contemplar, é o programa de educação. Aí traz para o conhecimento. Agora, colocar  
1559isso no processo de licenciamento ambiental, e novas tecnologias, virão problemas  
1560sérios no processo de licenciamento ambiental, vai ser uma perda de carga, falando  
1561como engenheiro, perda de carga considerável para o que já é complicado.

1562

1563

1564**O SR. LUIZ MOURÃO** – Eu acho que é interessante a gente tentar, talvez até  
1565alguma outra vertente. Eu estava lembrando, me ocorreu aqui, que o que nós  
1566estamos fazendo agora, é um entendimento um pouquinho superior daquilo que a  
1567gente... Meio ambiente perpassa essa coisa toda, eu vivo dizendo, até os  
1568ambientalistas até me crucificam quando eu digo que meio ambiente vai acabar  
1569porque ele é tão genérico, como a informática acabou, que já foi um ministério  
1570porque na verdade, quando ele permear todas as questões, vai estar introduzido  
1571dentro de todas as questões e vai ter que estar introjetado aí dentro, como a  
1572informática acabou e já foi um Ministério, por incrível que pareça nesse país, claro  
1573que a gente vai ter um avanço nessa questão. O que eu vejo aqui, na verdade essa  
1574legislação que a gente diz que é do trabalho, ela é uma legislação de saúde do  
1575trabalhador, é de saúde ambiental, uma questão que está extremamente em pauta,  
1576é uma questão que, aliás, o setor ambiental já tem se batido muito por essa coisa,  
1577nós temos trabalhado em saúde ambiental o tempo todo, o setor que eu trabalho,  
1578até temos algumas ações contra empresas e a favor dos trabalhadores de poluição  
1579por chumbo, vários tipos de coisas que são problemáticas e que envolvem inclusive  
1580problemas ambientais, como por exemplo a questão que tenho levantado que é a  
1581questão da desativação dos empreendimentos, principalmente de grande porte que  
1582nós não temos uma legislação que proíba as empresas ou que tenha garantia de  
1583que as empresas vão se desfazer de uma maneira ambientalmente correta. Mas se  
1584a gente trabalhar com uma resolução de saúde ambiental, se a gente propuser esse  
1585tema, ele é maior, do deixar isso para uma recomendação da Câmara Técnica no  
1586sentido de incluir isso, tiremos do licenciamento e colocamos isso na questão da  
1587saúde ambiental e podemos tratar isso num âmbito maior e aí sim, regulamentando  
1588esse tipo de coisa, mas tem outros aspectos de saúde ambiental que são muito

1589irrelevantes, que caberiam numa resolução em termos, mas se o plenário assim  
1590decidir. Talvez uma resolução da Câmara Técnica, se reconhecer que aqui tem  
1591aspecto de saúde, tem aspecto de trabalho, que caberia uma resolução sobre saúde  
1592ambiental em termos, que poderia ser feita se o plenário assim o decidisse, poderia  
1593se discutir esses assuntos de uma maneira ampla. Acho que talvez fosse uma saída  
1594para essa Câmara Técnica levar esse assunto, sem ser uma coisa de ficar tentando  
1595cozinhar, a gente está fazendo isso em alguns assuntos que a gente não tem ainda  
1596um discernimento claro sobre o assunto. A gente pode manter internamente  
1597discussões, traz a jurídica, discute, traz o Ministério do Trabalho, discute, traz o  
1598Ministério da Saúde e discute, até para ir levando isso com a barriga. Ou então  
1599dizer, olha, talvez esse assunto esteja prurido em coisas muito maiores e que tenha  
1600que se discutir e que se possa, talvez no plenário, discutir questões sobre saúde  
1601ambiental e, se for o caso, fazer uma resolução.

1602

1603

1604**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – O objetivo é ir para o  
1605encaminhamento.

1606

1607

1608**A SRª. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON (CNT)** – Você esqueceu de um  
1609ponto muito importante que o Mourão colocou primeiro. Mourão, você vai me  
1610desculpar, eu vou te repetir aqui, se eu repetir errado você corrija. O Mourão colocou  
1611se vamos abrir uma discussão sobre conteúdo de EIA com esse viés ou se essa  
1612Câmara ou o assunto teria sido discussão de EIA, foi o que você colocou. Então, ele  
1613já avaliou que talvez a gente não devesse nem avançar nessa discussão porque não  
1614é hora de discutir um único ponto e viés de todo um EIA cujo conteúdo ele falou,  
1615nunca foi definido, não tem uma sistematização, eu acho que tem, porque tem meio  
1616antrópico, meio biótico, tem sim, mas aqui eu sei que tem, só estou dizendo que  
1617esse ponto ele disse e não está aí no encaminhamento, isso precisa ser processado,  
1618essa fala dele, ele colocou muito claramente isso, que talvez não caiba, neste  
1619momento, abrir uma discussão sobre EIA para avaliar um único ponto e um único  
1620parâmetro.

1621

1622

1623**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Nós não devemos deliberar hoje, esse  
1624é o nosso ponto. Vejo que essa questão que o Mourão coloca converge com essa  
1625preocupação do ganho ambiental, até porque a questão do ganho ambiental está  
1626ligado aos instrumentos que nós temos para fazer a gestão. Eu teria muito cuidado  
1627ao fazer essa discussão, porque se a gente entrar nesse ponto sem um estudo  
1628muito detalhado, a gente fica refém até de algumas contradições da própria Lei de  
1629normatização ambiental. Nós temos que tomar cuidado nisso aí, eu acho que a  
1630gente é capaz de entrar nessa discussão e não sair. Tenho um pouco de medo da  
1631gente abrir essa vertente, essa vertente tem que ser uma questão específica. Acho  
1632que temos uma demanda objetiva aqui e o intuito está geralmente no mérito dessa  
1633questão e se a gente encontrar esse mérito, a gente pode voltar e achar os  
1634instrumentos. Prefiro fazer isso porque senão nós vamos ficar num processo meio  
1635de tentativa e erro e vai ser difícil da gente conseguir uma certa eficiência, porque  
1636acho que é uma questão importante, mas vamos ter todo o tempo do mundo para  
1637trabalhar essa questão. Tanto é que um dos pontos que temos aqui é o nosso  
1638planejamento, o que nós vamos priorizar. A gente quer botar algumas metas aí de

1639uma certa eficiência no nosso trabalho da Câmara, que eu acho, deixa eu fazer o  
1640registro, nós estamos tendo já transcrição nessa reunião, isso é importante, todos  
1641comportem-se (*Risos!*) mas eu estava avaliando o relatório, tivemos uma eficiência  
1642muito grande nesse ano, no nosso trabalho, número de reuniões e os produtos que  
1643foram aprovados por plenária do CONAMA, que acho que é o indicador mais efetivo.  
1644Mourão, eu faço esse comentário porque existem vários aspectos que eu acho que  
1645essa sua questão tem mérito, ela chama, mas acho que ela tomaria um tempo  
1646excessivo nós contextualizarmos. Gente, não estou vendo coisa nova acontecendo.  
1647Acho que a idéia é a gente, nós vamos ter a transcrição... Eu acho que a gente tem  
1648que tratar isso numa reunião da Câmara Técnica. Essas oficinas, eu tive a  
1649experiência do Diálogo Técnico agora, fica um pouco desestruturado esse processo.  
1650Eu acho que essa discussão tem que ser uma discussão estruturada e acho que a  
1651Câmara Técnica é onde a gente tem o Regimento. Eu estou preocupado com a  
1652efetividade do nosso tempo. Vocês quase me mataram quando eu marquei essa  
1653reunião no dia de hoje, todos, sem exceção. Eu já pedi desculpas para todos, mas  
1654realmente eu tinha uma questão de tempo hábil até a próxima reunião ordinária.  
1655Então, eu acho que nós temos que tratar, na medida do possível, dentro da Câmara  
1656Técnica e, se for num seminário, é um seminário que é uma reunião da Câmara  
1657Técnica, aí a gente tem todo um Regimento e a gente tem como conduzir e até  
1658registrar melhor os nossos produtos, dar um encaminhamento mais efetivo para as  
1659nossas deliberações.

1660

1661

1662**O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Gov. de São Paulo)** – Em termos de  
1663encaminhamento, eu vejo que existe uma convergência de idéias, tem que ter uma  
1664opinião do Ministério do Meio Ambiente e uma opinião do Ministério do Trabalho. Ou  
1665a gente faria, estou pensando um pouco alto, ou a gente faz, na minha opinião,  
1666numa tarde, um tipo mini-seminário, onde as pessoas... Eu não acho que é pouco,  
1667porque o assunto não é tão longo. De qualquer forma, é uma proposta. Onde você  
1668teria duas exposições e um debate em cima, isto é uma possibilidade. A outra  
1669possibilidade, que eu acho até muito mais ágil, que seria esses dois agentes ou  
1670instituições, Ministério do Meio Ambiente e Ministério do Trabalho, apresentarem por  
1671escrito justificativas e a gente debater em cima da justificativa. Acho que vai por aí.  
1672Ou a gente faz um mini-seminário, ou chama-se como quiser, ou uma reunião aberta  
1673da Câmara específica.

1674

1675

1676**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Eu acho que um turno é suficiente  
1677para essa discussão, nós não vamos fazer discussão ideológica aqui, vai ser técnica  
1678e vai ter aspectos jurídicos. Se nós entrarmos numa vertente, não é esse o nosso  
1679papel. Me parece que um turno nós temos condições de organizar, acho que é  
1680importante que quem tiver seus entendimentos já disponibilize esse seu  
1681entendimento, porque isso favorece o debate e nós organizamos aí um turno, uma  
1682tarde, para 4, 5 horas, deve ser mais do que suficiente para a gente expor e fazer o  
1683debate técnico e até algumas nuances do jurídico, que foi mencionado aqui. Me  
1684parece mais que suficiente. Com isso a gente também não fica chamando todo  
1685mundo toda hora para reunir em Brasília. Gente, é mais ou menos esse o  
1686encaminhamento, nós marcaríamos, na próxima reunião, já delibera sobre isso, um  
1687turno para debater essas questões relativas ao ganho ambiental, vamos dizer assim,  
1688nós teremos o Ministério do Meio Ambiente, claro, o Ministério do Trabalho, que vão

1689ser nossos convidados, a gente pode também convidar o Ministério da Saúde, o  
1690Ministério da Saúde tem comparecido a essa Câmara Técnica, o Erick tem vindo nas  
1691reuniões, a gente convida. O IBAMA é óbvio que vai estar, até porque o IBAMA  
1692implementou uma Instrução Normativa. Então, o que eu estou dizendo são aqueles  
1693atores novos que nós temos que agregar nesse processo. Aí, em cima disso, a  
1694gente monta essa estrutura, primeiro, de apresentação e depois de debate e aí a  
1695Câmara, em função de se sentir instruída, esclarecida, de construir uma convicção,  
1696toma a decisão que julgar adequada. Pode ser assim, gente? Christina, tem algum  
1697comentário, por favor?

1698

1699

1700**A SR<sup>a</sup>. CHRISTINA ELIZABETH PAES DE VASCONCELOS (MME)** – Eu entendo  
1701que todas as colocações dos representantes aqui da Câmara Técnica tiveram  
1702pontos importantes para que a gente colocasse essa proposta de uma reunião  
1703específica para debater esse tema. Nós vamos estruturar ela, a gente vai se  
1704organizar, cada um colocar nossas considerações. Eu entendo também que é  
1705preocupante esse tema, porque você, embora exista ausência de carências de  
1706normativas de alguns segmentos, isso não nos dá a condição de trazermos para um  
1707licenciamento situações de competências de outros segmentos, falo aqui da questão  
1708da segurança do trabalhador. Entendo muito bem a preocupação de cada um, mas  
1709também fico preocupada com todos esses fatos virem para um âmbito de  
1710licenciamento. É importante, quando tanto o Cláudio quando o Mourão fala, que o  
1711meio ambiente perpassa por todos os segmentos, e isso é verdade, mas se isso  
1712acontecer, realmente vamos ter a composição de setores e não mais uma questão  
1713única ambiental, foi o que eu entendi e eu contribuo para isso. Eu sou engenheira de  
1714segurança do trabalho e sei que as normas têm que ser de acordo com suas  
1715competências. O que pode ser é que a gente tenha que, digamos assim, internalizar  
1716as questões ambientais para os nossos trabalhos, o setor trazer para si as normas  
1717ambientais, para que nosso trabalho possa estar em consonância com aquilo que  
1718uma política valoriza para o ser humano, como um todo. Eu entendo que as  
1719preocupações colocadas por cada um, pelo próprio Solon, quando fala da questão  
1720da educação, a educação como um aspecto importante numa política de empresa,  
1721ele é hoje fortalecido, ele é priorizado, as empresa já vêem esse aspecto evoluindo,  
1722a própria norma, as normas que são voltadas especificamente para saúde do  
1723trabalhador são amplas, são com conteúdo técnico muito profundo. Então, a gente  
1724não pode ignorar esses fatos, porque senão o conflito vai acabar existindo. Você vai  
1725chegar a um ponto sem saber a quem obedecer. Isso, se refletindo lá numa  
1726exigência de EIA/RIMA e de licenciamento, isso vai ser um complicador realmente,  
1727de fato. Você tem toda uma lógica da saúde do trabalhador implantada no País e  
1728você vai ter aquilo sendo internalizado dentro do licenciamento. Isso traz  
1729preocupação, queira ou não queira isso traz preocupação. Então, eu acho que esse  
1730encaminhamento vai vir até para nos dar um melhor esclarecimento de como esses  
1731segmentos que estão lidando com essa temática, tanto pela área ambiental como  
1732pela área do trabalho, vê essa complementação. É dessa forma que tem que ser  
1733feito? Acho que essa é a posição, pela parte jurídica também.

1734

1735

1736**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Obrigado Christina. Gente, vamos dar  
1737uma interrompida para fazer um almoço rápido, mas ver se a gente no máximo  
1738retorna às duas horas. Já que vocês estão acostumados, acho que o tempo de 15

1739 minutos será mais do que suficiente, mas aí a gente retorna às duas, porque daí a  
1740 gente retorna com aquele ponto dos agrotóxicos ambientes hídricos que também  
1741 acho que não deve se estender muito, a gente passa para os informes e depois  
1742 passa para o nosso planejamento. Quem já leu o calendário de 2010 está ótimo,  
1743 maioria de feriados (*Risos!*). Então, retornamos às duas.

1744

1745

1746 **(Intervalo para o almoço)**

1747

1748

1749 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Gente, vamos retomar. Já temos  
1750 quorum na parte da tarde. Nosso próximo ponto de pauta agora é sobre a proposta  
1751 de resolução sobre pesquisa, registro, comercialização e utilização de agrotóxico em  
1752 ambientes hídricos. Na última reunião nós tivemos, só para lembrar um pouco todo  
1753 mundo, foi criado um grupo, acho que lá por agosto de 2008, a partir de uma  
1754 proposta do IBAMA que tinha uma preocupação sobre criar procedimentos para  
1755 aplicação de agrotóxico em reservatórios, basicamente a gente pensou em  
1756 reservatórios onde você tem problema de antropização. A partir dessa proposta foi  
1757 criado um Grupo de Trabalho e esse Grupo de Trabalho fez um seminário, teve 4 ou  
1758 5 reuniões. Durante o desenrolar desse Grupo de Trabalho, nós identificamos uma  
1759 grande quantidade de conflitos sobre essa Resolução. Tanto é que na reunião  
1760 anterior o próprio IBAMA entendeu que precisava de alguns aperfeiçoamentos na  
1761 sua própria proposta, recolheu a proposta e, vamos dizer assim, reenviou para nós  
1762 uma proposta com um escopo um pouco mais abrangente. O Ministério do Meio  
1763 Ambiente ficou com uma incumbência de fazer uma análise dessa proposta, acho  
1764 que a área responsável não conseguiu estar presente nesse momento, nós nos  
1765 reunimos essa semana do âmbito do Ministério, Secretaria de Qualidade Ambiental,  
1766 Dra. Ana Paula Pinho, mais a Agência Nacional de Águas, conversei também com o  
1767 Reinaldo e chegamos à conclusão que aquela proposta do IBAMA estava muito  
1768 incipiente ainda, que no próprio âmbito do Ministério, na relação interna do Ministério  
1769 nós achamos que tinha várias questões técnicas, científicas, de oportunidade que  
1770 não foram resolvidas. Então, dentro dessa avaliação, o que o Ministério, eu sou o  
1771 porta-voz dessa proposta, nós entendemos que não caberia estender o mandato do  
1772 grupo a partir até da própria avaliação de que nós não temos um objeto para esse  
1773 grupo trabalhar hoje. Com isso, esse Grupo de Trabalho concluiria seus trabalhos,  
1774 com aquela última reunião, com os relatórios que já foram montados a partir das  
1775 discussões que foram feitas e que o Ministério se proponha, a partir de um  
1776 entendimento interno, e com os atores que achar que sejam necessários,  
1777 reapresentar na Câmara essa discussão para que a própria Câmara faça uma  
1778 avaliação sobre essa proposta de Resolução. A avaliação do Ministério é que nesse  
1779 momento a discussão não é uma discussão de resolução, é uma discussão anterior  
1780 a uma discussão de resolução, sobre o foco, o escopo, a oportunidade, a  
1781 conveniência de desenvolver esse tipo de norma, de procedimento. Dentro dessa  
1782 perspectiva, a sugestão que o Ministério traz, ele traz esse informe no sentido de  
1783 que não houve uma convergência no âmbito de uma proposta a ser encaminhada ao  
1784 Grupo de Trabalho, com isso a gente entende que não se renove o mandato do  
1785 Grupo de Trabalho e que numa oportunidade que a gente pode até definir  
1786 oportunamente, o Ministério pode pautar novamente a partir dessa avaliação dessa  
1787 nova proposta e dos avanços e principalmente eu vejo que um dos grandes clientes  
1788 desse processo são os próprios estados, a participação dos estados nessa

1789 discussão e a mobilização dos estados de dizer que é uma resolução que tem  
1790 importância, a gente sabe que existe mérito nessa questão, o seminário identificou  
1791 não só o setor elétrico, mas o setor de saneamento, grandes problemas que estão  
1792 enfrentando com esse problema de antropização, de macrófitos aquáticos. Seria  
1793 essa questão que eu teria aqui, seria um compromisso que o Ministério tinha de  
1794 fazer essa avaliação e abro para esclarecimentos e qualquer dúvida que houver.

1795

1796

1797 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Gov. de São Paulo)** – Você está, de alguma  
1798 maneira, já encaminhando uma proposta de suspensão do grupo, é isso?

1799

1800

1801 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Na realidade o tempo de 6 meses do  
1802 grupo já expirou, nós deveríamos renovar o mandato do grupo, nossa proposta é  
1803 que como não há objeto até para o grupo se debruçar, que não seja renovado esse  
1804 mandato, é isso.

1805

1806

1807 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Gov. de São Paulo)** – Sem prazo para que  
1808 seja reapresentado pelo IBAMA?

1809

1810

1811 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Pelo que a gente avaliou, é difícil  
1812 retornar essa discussão antes do meio do ano que vem, porque o grau de dissenso  
1813 é tamanho nessa questão que a gente tem que reconhecer que vai ser difícil nós,  
1814 frente a todas, a não ser que se crie uma prioridade, que me parece que não está  
1815 havendo também, porque não existe uma demanda dos demais... Existem alguns  
1816 setores interessados e eles mesmos entendem que essa discussão tem que ser  
1817 muito bem conduzida senão pode ter um efeito contrário ao que a gente está  
1818 querendo. Me parece que até procurando um pouco nessa linha de onde é que a  
1819 gente vai botar dentro da Câmara Técnica. Me parece que essa é uma questão que  
1820 a relação da contribuição que a gente pode dar para resolver essa questão no  
1821 campo da Câmara Técnica é muito pequena em relação ao problema que está  
1822 estabelecido hoje. Me parece que vai um pouco além essa discussão, no momento,  
1823 do que a discussão de qual é a resolução, mas é maior.

1824

1825

1826 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Nós concordamos com a  
1827 proposta do Ministério, o encaminhamento, pela não renovação do GT, aguardar  
1828 que se tenha uma posição clara sobre o assunto.

1829

1830

1831 **O SR. LUIZ MOURÃO** – Existe um grande consenso, que não existe nenhum  
1832 consenso nessa matéria e fazer esse grande consenso nós estamos plenamente  
1833 favoráveis a não renovação desse mandato do grupo.

1834

1835

1836 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Me parece que é unanimidade sobre  
1837 esse aspecto. Não sei se Conselheira Patrícia, Conselheiro Solon também fazem  
1838 sinal aqui que concordam. Então, se delibera pela não continuidade desse grupo e a

1839partir do momento que o Ministério avançar junto com o IBAMA e com a ANA nessa  
1840questão, a gente está aberto aqui a pautar novamente na Câmara Técnica essa  
1841questão. OK, esse ponto está resolvido. Bom, o ponto 5 passou para o último ponto.  
1842Agora vamos passar para alguns informes. A idéia dos informes é ver se a gente  
1843começa a situar um pouco, principalmente o 4.1 e 4.3, nesse nosso planejamento  
1844que a gente pretende fazer para o próximo ano. Eu pediria para a Dra. Cleide, ela  
1845tem acompanhado o Grupo de Trabalho de “Efluentes”, que trata da propostas  
1846complementares da 357, que dê os informes sobre os andamentos, quando esse  
1847grupo pretende concluir suas atividades para que a gente possa aqui avaliar depois  
1848o nosso planejamento.

1849

1850

1851**A SR<sup>a</sup>. CLEIDEMAR BATISTA VALÉRIO (DCONAMA)** – Boa tarde a todos. Vocês  
1852assistiram, na 36<sup>a</sup> ou 37<sup>a</sup> reunião, a exposição da coordenadora, com toda a  
1853dinâmica que foi dada ao grupo, que trabalhou com subgrupos e de uma forma  
1854assim bastante ágil. Nós já estamos na parte de começar, finalizando já a discussão  
1855já da proposta de Resolução, depois que todos os conceitos foram exaustivamente  
1856debatidos com relação a vários processos que estão em pauta e acho que mais uma  
1857ou no máximo 2 reuniões nós encerraremos já os trabalhos do grupo e a próxima  
1858reunião será agora dia 5 e 6 e a idéia era que viesse, este ano ainda, para a Câmara  
1859Técnica. Não sei se nós teremos uma reunião antes do final do ano, mas senão  
1860ficaria para o ano que vem, mas está na fase finalíssima já o trabalho.

1861

1862

1863**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Quer dizer que o grupo deverá  
1864encerrar as atividades agora em novembro, é isso? Com isso nós poderemos dispor,  
1865para a próxima reunião da Câmara Técnica, essa proposta para nossa discussão,  
1866isso entra já no nosso planejamento.

1867

1868

1869**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Nós temos mais reunião esse  
1870ano?

1871

1872

1873**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Eu vi o Cláudio Alonso levantar a mão  
1874pedindo mais uma, tenho quase certeza (*Risos!*) Acho que provavelmente não, esse  
1875vai ser o nosso próximo ponto, mas acho que a próxima reunião deve ser fevereiro  
1876só.

1877

1878

1879**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Então, na próxima reunião o  
1880texto vai estar pronto. Eu tenho acompanhado de perto as discussões dessa  
1881Resolução, para a gente é muito importante e realmente numa fase agora de  
1882construção do texto, antes se debateu conceitos, conflitos que haviam justamente  
1883com outras resoluções, com outros aspectos, acho que o trabalho está ficando um  
1884trabalho bom, mas agora nós estamos definindo como construir o texto, a forma  
1885dele, para que a Câmara Técnica possa deliberar.

1886

1887

1888 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Bom, vamos passar para o próximo  
1889 informe. Dr. Alonso.

1890

1891

1892 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Gov. de São Paulo)** – Queria falar, até  
1893 porque eu conversei bastante com o Nelsinho ontem, eu vou dar primeiro um  
1894 destaque seguinte, esse grupo demorou muito para começar a funcionar e houve  
1895 necessidade de troca de coordenador, como efetivamente...

1896

1897

1898 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Eu estava perguntando se tu queria  
1899 usar a palavra sobre a 357. Já te passo a palavra, mas a gente estava justamente  
1900 encerrando esse informe da 357. OK? Nós temos aqui um relatório da última  
1901 reunião, que está bem claro, está disponível no site, quem quiser algum detalhe  
1902 maior sobre o andamento do grupo, por favor. Monitoramento de fósforo, por favor.

1903

1904

1905 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Gov. de São Paulo)** – Como eu estava  
1906 falando, houve necessidade da alteração do coordenador, por várias razões, agora o  
1907 grupo está andando bastante bem, dia 13 próximo vai haver uma reunião para  
1908 consolidação de todas as informações e já começar a elaborar a proposição deles,  
1909 na realidade no caso deles não é bem uma proposição, mas é um relatório. Então,  
1910 mas está indo bastante bem, estava até olhando se o Breno, o Breno ficou a manhã  
1911 inteira aqui, mas ele está participando também, está indo bem, depois, com a  
1912 alteração do coordenador, está indo bem, dia 13 tem uma reunião aí eu posso  
1913 avaliar melhor. Tenho acompanhado bem de perto, eles vão fechar todas as  
1914 informações para poder fazer o relatório.

1915

1916

1917 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Quer dizer que teremos o primeiro  
1918 relatório em novembro, é isso?

1919

1920

1921 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Gov. de São Paulo)** – Não o relatório fechado  
1922 porque eles trabalharam em subgrupos, eles estão inclusive trocando e-mails, todo  
1923 mundo está informado de tudo, mas eles vão reunir para fechar em 13 de novembro.

1924

1925

1926 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Porque seria muito interessante se a  
1927 gente pudesse dispor desse relatório para a nossa reunião de fevereiro e que a  
1928 gente pudesse validar ele e encaminhar para a própria plenária que deverá ser em  
1929 março. Acho que esse caminho a gente podia...

1930

1931

1932 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Gov. de São Paulo)** – Eu conversei bastante  
1933 com o Nelson ontem, quando faz um relatório, às vezes você cai alguma coisa no  
1934 imponderável, mas dentro de uma programação assim, provavelmente em fevereiro  
1935 a gente vai ter o relatório sim.

1936

1937

1938 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Podemos trabalhar com o cenário de  
1939 disponibilizar ele para o CONAMA a partir de fevereiro. Mais algum comentário  
1940 sobre o grupo de fósforo? Vamos para o último informe, que é sobre o informe sobre  
1941 o grupo de fontes fixas.

1942

1943

1944 **SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Gov. de São Paulo)** – A coordenação não  
1945 estava mais com a Norma, estava com o Vicente, mas esquece porque houve o  
1946 mesmo problema, nós estamos propondo um novo nome, que é o Sérgio, para  
1947 também agilizar o grupo, porque teve, vocês sabem que a CETESB teve uma  
1948 grande mudança, mas ela foi uma mudança muito grande mesmo, institucional, não  
1949 foi só uma mudança de papel. Isso causou um conjunto de problemas para a gente,  
1950 ou soluções, eu mudei de cargo, estou ganhando mais (*Risos!*). Mas de qualquer  
1951 forma, houve uma mudança bastante grande e a gente está fazendo uma  
1952 adequação, já tenho uma reunião marcada com esse Sérgio para amanhã, que eu  
1953 imaginava que essa reunião ia terminar hoje mesmo, então, amanhã já vou fazer  
1954 uma reunião com ele para ver se agilizo. De qualquer forma este grupo não está  
1955 parado, porque trabalha com subgrupos, como foi feito na primeira resolução e os  
1956 subgrupos, apesar de não ter o coordenador, os subgrupos estão trabalhando e  
1957 produzindo.

1958

1959

1960 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Mas podemos ter uma previsão de ter  
1961 um relato mais sistematizado em fevereiro? Porque daí é um relatório do que os  
1962 grupos estão produzindo. Já estamos montando a nossa reunião.

1963

1964

1965 **SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Gov. de São Paulo)** – Eu já comuniquei aqui  
1966 numa reunião passada que um dos subgrupos já fechou a fonte chumbo, uma já  
1967 está fechada.

1968

1969

1970 **SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Só para complementar o  
1971 Cláudio, a indústria de papel já apresentou proposta e também caldeiras. Nós já  
1972 apresentamos proposta para vidro no Rio de Janeiro e já estamos com a proposta  
1973 de caldeiras a gás pronta para mandar para análise. E praticamente finalizada  
1974 caldeiras a óleo. A gente já tem uma análise, uma discussão a respeito disso, é  
1975 interesse nosso. Os outros temas, como cimento está adiantado, siderurgia já  
1976 apresentamos proposta a Minas, acho que não teve ainda uma resposta a respeito,  
1977 Paraná já deu OK e está faltando turbinas, nós não começamos, turbinas a gás. As  
1978 caldeiras é um ponto complicado, mas acho que a gente vai conseguir chegar a um  
1979 denominador comum.

1980

1981

1982 **SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Gov. de São Paulo)** – Dentro desse tema eu  
1983 queria colocar mais um outro que, ou seja, apesar do grupo sem coordenador, os  
1984 subgrupos estão produzindo, estão andando, é claro que o coordenador sempre  
1985 acelera mais, mas de qualquer forma estão andando, o grupo não está parado. Eu  
1986 tenho sido procurado, principalmente por uns engenheiros aí... Não são consultores.  
1987 Nós não temos uma fonte regulamentada aqui que é a fonte de geração elétrica de

1988termoelétricas com motores a diesel, essa fonte não está regulamentada e a  
1989proposição já aprovada em termos de capacidade é simplesmente absurda, são  
1990termoelétricas de 170, 200, 350, 400 megawatts cada uma e nós não temos  
1991regulamentação para isso. Eu acho que deve ser Sindicato dos Engenheiros, Clube  
1992de Engenharia, desculpem, não lembro direito quem mandou. De qualquer forma,  
1993existe preocupação de um setor social com esse número grande de termoelétricas  
1994movidas a diesel e que nós não temos regulamentação nenhuma. A gente, em  
1995seguida, vai ter que ir para o planejamento do ano que vem, acho que dá uma  
1996olhada nisso aí porque não só os grandes geradores, que é o caso aqui, têm um  
1997problema até de você saber como regulamentar para saber como licenciar, mas nós  
1998temos um problema sério também dos pequenos, que são os pequenos geradores  
1999espalhados na cidade que têm feito um certo estrago urbano que não é pequeno. A  
2000gente, na última parte do planejamento, vai ter que levar em conta. Eu falei junto  
2001porque é tudo fonte fixa.

2002

2003

2004**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – OK. Bom, Alonso, só para entender,  
2005quantos sub- grupos são?

2006

2007

2008**O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Gov. de São Paulo)** – São 4, Paraná, São  
2009Paulo, Rio e Minas. Cada subgrupo desse tem, não lembro exatamente, cada  
2010subgrupo tem a incumbência de levantar dados sobre o conjunto de fontes, que é  
2011mais característico do seu próprio local, por exemplo, Paraná está muito com  
2012madeira e etc., São Paulo ficou com petroquímica, alumínio, bagaço de cana, que  
2013está fechando essa semana. Então, esses subgrupos têm várias fontes, siderurgia  
2014ficou em Minas, são 13 fontes, na verdade são 52, são 13 tipologias, mas isso tem  
2015no relatório, se quiser eu te passo, de cabeça é difícil. São os 4 que de acordo mais  
2016com suas práticas, com suas identidades mais fáceis, siderurgia está em Minas, São  
2017Paulo está com cana, Paraná está com madeira, foi esse o critério que a gente fez.

2018

2019

2020**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – OK, concluiu? Bom...

2021

2022

2023**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Só uma dúvida, também existe  
2024uma proposta da Petrobrás específica de algumas fontes importantes que eles têm,  
2025me parece que é produção de ácido sulfúrico, que não têm padrão de fontes fixas  
2026novas que seria importante que estabelecesse, claro que depois de terminado o  
2027trabalho inicial das fontes existentes. Acho que seria isso, não é?

2028

2029

2030**O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Gov. de São Paulo)** – Eu não sei como  
2031solucionar esse negócio de fontes fixas porque nós ficamos 17 anos da primeira  
2032Resolução do CONAMA que dizia para fazer com urgência, para fazer. E agora o  
2033acúmulo é muito grande. Então, nós temos muita fonte que não está regulamentada  
2034e as pessoas não sabem como licencia. Tem o problema do carvão que é sério e o  
2035diabo é o seguinte, você poderia falar: “Cria um novo grupo”, mas não adianta criar  
2036um novo grupo porque nós somos os mesmo, os especialistas em qualidade do ar

2037no País é um grupo muito mais restrito que de água e de floresta etc. e etc. São os  
2038mesmos, não dá para criar um grupo.

2039

2040

2041**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Eu queria, é uma pergunta mesmo,  
2042não daria para a gente definir algumas “bateladas” de padrões? Porque a gente  
2043pode definir: “Nós vamos lançar uma resolução com esses parâmetros para essas  
2044tipologias e essas outras tipologias vão ficar para uma próxima etapa”, porque eu  
2045vejo assim, talvez essa seja... Quando a gente chegar ao fim desse trabalho, ele fica  
2046um trabalho sem fim e tem coisas que já estão praticamente prontas que pode ser,  
2047se não houver nenhuma contradição, poderiam estar sendo, já entrando em  
2048processo de discussão e... Se elas fazem parte, podem ajudar, acho que talvez  
2049fosse uma estratégia.

2050

2051

2052**O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Gov. de São Paulo)** – O que faz com que a  
2053gente pense em regulamentar as antigas é o seguinte, nós temos a Resolução das  
2054fontes novas, isso foi uma estratégia que se usou na época e da fonte nova para a  
2055fonte já instalada, a gente tem uma diretriz geral que é o seguinte, a fonte instalada  
2056deve atingir o valor da nova. Se acordar isso, tudo bem, a resolução sai facilímo,  
2057você fala: “Vale para fonte velha e nova”, para uma tipologia X qualquer, o chumbo  
2058foi possível. Qual é a diferença? A fonte instalada tem prazo. Agora, vai ter fontes  
2059em que não é possível. Então, além do prazo você tem que botar um valor diferente,  
2060essas são um pouquinho mais complicadas, mas a estrutura da resolução é  
2061basicamente discutir se a tabela vale e em que época vale, não é tão difícil. Foi a  
2062falta de coordenação que não acelerou mais o trabalho dos grupos. Eu não sei se...  
2063Realmente eu fico em dúvida se vale a pena a gente parar isso.

2064

2065

2066**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Só uma questão, Cláudio, você  
2067colocou que o coordenador é Sérgio. E a relatoria, como é que ficaria, vocês  
2068também ficariam com a relatoria?

2069

2070

2071**O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Gov. de São Paulo)** – Relatoria não funciona,  
2072porque você tem uma estrutura absolutamente pronta que são as fontes novas e  
2073você simplesmente vai, na fonte já instalada, você vai pegar aquela estrutura e fazer  
2074uma pequena adaptação, é basicamente o que se faz aqui, você muda direto na tela  
2075o que foi acordado, não precisa ter uma relatoria. Então, não tem... É praticamente  
2076você faz pequenas modificações no texto já pronto.

2077

2078

2079**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Outra questão importante é o  
2080Ministério que está trabalhando numa proposta do Programa Nacional de Qualidade  
2081do Ar, que envolve todas as fontes, talvez fosse interessante nós termos  
2082conhecimento sobre essa proposta porque certamente isso pode envolver a questão  
2083de bacias aéreas, bacias saturadas e de fato isso pode influenciar inclusive na nossa  
2084proposta porque uma coisa é você propor padrões para São Paulo, para Cubatão,  
2085outro é você propor padrões, estamos falando de padrões nacionais, para Goiânia

2086ou para Manaus. Sem dúvida, mas a questão é, nós devemos levar em  
2087consideração a questão de saturação de bacias nessa proposta?

2088

2089

2090**O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Gov. de São Paulo)** – Foi a briga que a gente  
2091teve com a Zuleica na época de que são coisas distintas, uma coisa é você trabalhar  
2092na fonte em si e a fonte em si você pega, ela tem que ser um reflexo de uma  
2093tecnologia que você conhece que minimamente pode ser aplicada, este é o mínimo,  
2094agora, se for em Cubatão, leva em conta outras coisas. Então, estamos trabalhando  
2095com um padrão nacional adequado.

2096

2097

2098**O SR. LUIZ MOURÃO** – Exatamente essa questão que eu não sei se é uma dúvida  
2099e é uma, vi que está acontecendo aqui. Não adianta a gente regulamentar, não  
2100adianta entre aspas, estou falando aqui... Fonte fixa, padrão por fontes se a gente  
2101não estiver trabalhando no sentido da resolução da lei de São Paulo, de um  
2102zoneamento de qualidade de ar, que com isso a gente vai realmente possibilitar  
2103tratar daqui para frente, posso até não ter uma regulamentação específica sobre  
2104uma determinada fonte nova, mas eu tenho um padrão de emissão naquela região  
2105que eu tenho que manter. Eu acho que talvez, apesar de existir em São Paulo um  
2106padrão para isso, mas talvez fosse o momento, como ele está colocando aqui, da  
2107gente realmente trabalhar nesse padrão numa resolução que fosse mais ampla, que  
2108pudesse incluir esse tipo de solução em conjunto, porque acho que a fonte fixa por si  
2109só é um trabalho enorme e não representa, na maior parte dos casos, uma solução  
2110para o problema. Em alguns casos sim, outros não.

2111

2112

2113**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Nós fizemos um levantamento,  
2114não sei se a Resolução 08 ou 09 CONAMA, que trata de monitoramento por parte  
2115dos estados. O único estado no Brasil que de fato fez o dever de casa foi o Estado  
2116de São Paulo. Para você implantar qualquer coisa de saturação de bacia, você tem  
2117que ter dados de monitoramento e na verdade isso é fundamental, para se propor  
2118realmente uma avanço nessa questão da qualidade do ar, por isso que nós  
2119queríamos conhecer a proposta do Ministério, em termos do Programa Nacional de  
2120Qualidade do Ar, o que se pensa em relação à essa questão, porque certamente  
2121isso vai ter rebatimento, porque padrão nacional tem outra questão também, você  
2122não pode propor um padrão muito restritivo porque não há sentido técnico para tal,  
2123tem que ser um padrão que tecnologicamente é alcançável, que todo mundo possa  
2124cumprir e que serve como referência para que os estados sejam mais rigorosos  
2125onde couber. Essa questão que ele colocou, pelo menos para a gente tomar  
2126conhecimento, para que a nossa proposta esteja pelo menos um pouco alinhada  
2127com que o próprio Governo está pensando em relação a esse Plano Nacional de  
2128Qualidade do Ar.

2129

2130

2131**O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Gov. de São Paulo)** – A discussão é longa. É  
2132o seguinte, a coisa é meio científica e meio... Se você não consegue saber qual é a  
2133tecnologia mínima de referência no teu País, é muito difícil fazer um plano de  
2134gerenciamento. No extremo, na minha visão, você não trabalha mais com padrão de  
2135emissão, isso no extremo. Mas são duas coisas distintas, uma coisa você fala: “Para

2136o meu país eu quero essa tecnologia mínima que me dá esse mínimo de emissões”.  
2137Em outras situações eu tenho um conjunto de instrumentos para usar que são  
2138basicamente os instrumentos capacidade de suporte, para eu fazer mais rígido ou  
2139então impedir, em Cubatão praticamente tem que impedir de você colocar fontes  
2140novas não interessa se ela cumpre padrão ou não, porque é uma área saturada.  
2141Então...

2142

2143

2144**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Essa questão do Plano Nacional de  
2145Qualidade do Ar, se houver o entendimento, a gente pode pautar e pedir para a  
2146Secretaria de Qualidade do Ar vir dar um informe sobre como esse plano está  
2147avançando. Vê qual é a abordagem que está se dando nesse plano, até que ponto  
2148ele já avançou, qual é a previsão de conclusão desse plano, porque realmente é a  
2149única maneira de sair dessa discussão só de padrão, padrão, padrão, padrão e  
2150conseguir um pouco mais de eficiência, gestão, gestão, gestão.

2151

2152

2153**O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Gov. de São Paulo)** – Só para você ver que  
2154estratégia a gente está usando em São Paulo. Houve uma alteração do padrão de  
2155qualidade do ar, uma proposição pela OMS. Algumas pessoas ficaram super  
2156excitadas, como se aquilo fosse uma tabela. Em São Paulo nós fizemos um  
2157seminário internacional e já está na mão do Secretário, está em fase de burocracia  
2158final, nós vamos criar um Grupo de Trabalho em São Paulo para rever os padrões  
2159de qualidade do ar, mas por insistência própria, esses padrões vão ser revistos em  
2160função de uma política de melhoria da qualidade do ar e não um número numa  
2161tabela. Esse negócio de ficar fazendo tabela com numerinho já foi, já era. Hoje você  
2162precisa fazer a tabela, mas com uma política agregada e é essa a estratégia que nós  
2163vamos usar lá. Por isso seria interessante saber como o Ministério está fazendo aqui  
2164para saber se dá língua ou não.

2165

2166

2167**O SR. LUIZ MOURÃO** – Acho que é esse exatamente o problema, a gente evoluir  
2168da fixação de um padrão baixo, para uma política de gestão da coisa, porque assim  
2169a gente consegue fazer. Claro que tem dificuldades, mas acho que aí que a gente  
2170tem que evoluir ou pelo menos saber o estado da arte, saber até que ponto a gente  
2171pode chegar nesse momento.

2172

2173

2174**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Justamente o objetivo é informar, a  
2175gente está aproveitando esse momento. OK?

2176

2177

2178**O SR. LUIZ MOURÃO** – Eu só queria voltar ao 4.1 porque eu passei batido lá, que é  
2179aquele dos padrões de lançamento de efluentes, porque parece que existia, o  
2180IBAMA tinha que fazer um relatório sobre a aplicação dessas resoluções, que era  
2181uma condição para que o grupo pudesse avançar. Eu queria saber se tem alguma  
2182coisa sobre isso.

2183

2184

89

2185 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Não, que eu saiba não. É o negócio da  
2186 393, é a questão aquela da proposta que primeiro tinha aquele negócio do art. 5º,  
2187 que era níveis de emissão, isso é plataformas, 393.

2188

2189

2190 **O SR. SOLON MAURO SALES FAGUNDES (FURPA)** – Que nós até elaboramos  
2191 uma proposta, foi aprovada pela plenária, prorrogação até 31 de dezembro, que não  
2192 daria.

2193

2194

2195 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Essa é uma das questões que não  
2196avançou, está discutindo no IBAMA, no Ministério, não pautei para essa reunião  
2197porque achei que não ia ser produtivo, mas não tem nenhum problema da gente  
2198pautar para a próxima, eu queria que fosse feita uma apresentação e como eu  
2199estava trabalhando com esse cenário, baixo quorum, entre uma reunião do  
2200CONAMA, eu não carreguei demais essa pauta, deixei essas questões mais gerais e  
2201botei num ponto mais de planejamento, para a gente poder até discutir essas  
2202questões, mas aí é a 393. Bom, então aí, com isso a gente conclui os informes e a  
2203idéia seria discutir um pouquinho o planejamento para os nossos próximos passos,  
2204pela primeira vez a gente está sem uma resolução com urgência na pauta desde o  
2205início do ano. Então, isso abre para nós a possibilidade, não só a possibilidade, mas  
2206também a responsabilidade de a gente apresentar algumas discussões. A idéia era  
2207a gente fazer um rápido relato do que nós fizemos esse ano e olhar um pouquinho o  
2208que tem na pauta da Câmara Técnica. Eu vou pedir desculpas porque a Cleide  
2209preparou um relatório, eu dei uma aprimorada nele, mas não tem em tela, porque eu  
2210achei que tinha copiado para o meu pendrive, não consegui entrar aqui no site para  
2211copiar, mas eu tenho aqui uma versão e depois eu vou disponibilizar para vocês,  
2212acho que ficou um relatório, mostrei aqui para Wanderley, depois posso circular aí.  
2213Onde tem um pouco o que nós fizemos, o que já foi publicado. Nós tivemos 4  
2214resoluções que foram aprovadas, 5 agora com a inspeção veicular esse ano. Fiz um  
2215levantamento, um número de 2007 para cá, nós tivemos 18 reuniões, praticamente  
2216em 2 anos fizemos o que se tinha feito de reunião nos 4 anos passados, 2003-2007,  
2217a intensidade de trabalho nosso foi muito grande e nós produzimos aí a Resolução  
2218415 do PROCONVE L6; a 414, que altera a Resolução 18, aquela da CAP; também  
2219tivemos a Resolução 412, que é os empreendimentos destinados à questão das  
2220habitações, do Minha Casa; a Resolução 410, que prorrogou aí no caso essa  
2221discussão dos prazos da 357 e da 397; e nós também tivemos a aprovação agora,  
2222na última reunião, da inspeção veicular, que foi mais essa Resolução que está  
2223pronta para ser publicada no Diário Oficial. Nós temos ainda trabalho que nós  
2224fizemos aqui que está em tramitação, que entra na extraordinária, é a questão de  
2225áreas contaminadas. Então, essa Resolução, uma resolução que nós concluímos  
2226aqui acho que o trabalho na 35ª reunião e ela já está, foi apresentada na reunião  
2227ordinária, na última reunião ordinária, houve um pedido de vistas de vários atores,  
2228Eco Juréia, ADEMA, CNI, IBAMA e está havendo agora uma compilação desses  
2229pedidos de vista, retorna agora no final do mês de novembro na última ordinária. Aí  
2230que eu acho que tem um ponto importante, que acho interessante a gente abrir aqui  
2231uma rápida discussão, nós temos processos em tramitação na CTCQA, que acho  
2232que a gente tem que dar uma certa olhada sobre o que a gente quer priorizar, o que  
2233a gente acha que está mais amadurecido, porque eu quero evitar aquela situação da  
2234gente pautar 4, 5, 6, 7, 8 pontos na mesma reunião, que isso causa uma dificuldade  
2235muito grande para quem tem que representar, porque a gente acaba, a todo  
2236momento, tendo que mobilizar diferentes atores que têm interferências, as mais  
2237dísparas, às vezes, dependendo do tipo de resolução, e fica uma coisa muito  
2238carregada para os representantes na Câmara Técnica. Então, a idéia é ver se a  
2239gente foca, talvez, uns 2 ou 3 pontos, já é bastante, e a gente coloque um pouco,  
2240nas Câmaras Técnicas, a gente está criando um espaço agora para os informes, a  
2241gente está sempre tendo um acompanhamento dos Grupos de Trabalho e talvez  
2242alguma coisa mais dos aspectos políticos, como essa discussão do Plano Nacional  
2243de Qualidade do Ar, que a gente pode começar a criar um espaço mais de  
2244discussão nessa Câmara, até para poder alimentar a própria plenária. Acho que a

93

2245plenária está muito pobre, sobre o aspecto de discussão mais política, mais  
2246estratégica a gente tem levado mais essa discussão de normas mesmo e talvez a  
2247gente pudesse... Se nós, na Câmara Técnica, não fizermos essa discussão, vai ser  
2248mais difícil que apareça na plenária. Então, o que nós temos em tramitação aí? Nós  
2249temos essa questão das térmicas, mitigação de CO<sup>2</sup>, a da 357... O que eu estou  
2250dizendo é o que temos em tramitação.

2251

2252

2253**O SR. SOLON MAURO SALES FAGUNDES (FURPA)** – Presidente, entrando em  
2254sintonia com o que você falou anteriormente, realmente essa questão de assuntos  
2255que estão voltando. É melhor não incluir na pauta, porque se eles não estão...

2256

2257

2258 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Deixa eu só concluir porque o que eu  
2259 estou apresentando o que tem e eu queria depois que fizessem uma observação  
2260 sobre o que vocês entendem que é prioridade, não estou propondo pauta, estou  
2261 dizendo que existe tramitando hoje. Até porque tem questões que são importantes  
2262 que não estamos dando atenção nenhuma. Esse levantamento mais sistemático é  
2263 para isso e nós não precisamos fechar nenhuma posição hoje aqui, eu gostaria de  
2264 sair daqui com a data da próxima reunião, o material pode ser disponibilizado. O que  
2265 eu fico às vezes um pouco sem referência é quando a gente tem que definir a pauta,  
2266 se fizer um acordo antes, é mais fácil, porque senão a presidência acaba tendo que  
2267 pautar tudo. Se a gente tiver uma certa avaliação sobre o que está mais maduro,  
2268 melhor. Então, regulamentação da mitigação de impactos ambientais, é uma que  
2269 está em pauta e agora, por não estar em urgência não precisa retornar, se não  
2270 estiver amadurecida. A questão da 357, que a gente vê que deverá ser concluído o  
2271 Grupo de Trabalho agora, então, ela com certeza vai exigir um trabalho grande da  
2272 Câmara Técnica, existem vários aspectos que estão sendo desenvolvidos nessa  
2273 Resolução, a gente sabe que tem alguns que não têm acordo, a Câmara vai ter um  
2274 trabalho de ou recortar aqueles pedaços que ela acha que são importantes, que têm  
2275 celeridade e outros que talvez precisam de estudos complementares e a própria  
2276 relação com o setor de saneamento, acho que nós temos aqueles pontos dos  
2277 efluentes, que a gente tem que discutir até um pouco essa questão, para não  
2278 retornar na reunião da plenária com o que a gente teve na última plenária que  
2279 aprovou a revisão da 357, que é a 397, aquela que reviu alguns parâmetros e que a  
2280 gente fez aquela alteração da temperatura, discutiu que não devia se aplicar o  
2281 nitrogênio amoniacal para saneamento e definiu que a gente devia complementar  
2282 alguns parâmetros. Que a gente reduz a uma discussão de padrão uma coisa que  
2283 tem muito a ver às vezes com a própria estratégia da relação meio  
2284 ambiente/saneamento e aí eu acho que eu não gostaria de ser acusado dizendo que  
2285 a Câmara reduziu, vamos ter que trabalhar nisso, agora, acho que tem que haver  
2286 uma discussão um pouco maior para contextualizar que nós estamos fazendo uma  
2287 parte do trabalho, mas não todo o trabalho. Então, a questão da 357. Aqui nós  
2288 temos, depois, a definição de padrões de emissões de poluentes atmosféricas e  
2289 fontes fixas, que já foi falado. A gente deve ter um avanço, prevejo até o meio do  
2290 ano, julgando que deve estar pronto para a gente encaminhar, porque a gente já  
2291 começa vendo com o que a gente vai alimentar as plenárias. Essa discussão da  
2292 pesquisa registro e comercialização de agrotóxicos caiu fora, hoje a gente entendeu  
2293 que não deveria haver a continuidade do Grupo de Trabalho. Nós temos a questão  
2294 da 344, que também foi encerrada agora, vai tramitar só a proposta de resolução e  
2295 aí nós temos que ver como a gente reabre essa discussão. Nós temos daí aquelas  
2296 que foram objeto do diálogo técnico, a revisão da 09/87, que é de audiências  
2297 públicas. Nós temos a discussão das informações mínimas, essa proposta de  
2298 resolução. Também nós temos a proposta sobre segurança do trabalho e  
2299 licenciamento, que apareceu. Temos também alguns temas que estão pendentes,  
2300 que é a revisão da Resolução 03/90 PRONAR, isso está aqui, tem pareceres do  
2301 IBAMA que recomendam que o assunto seja tratado em Grupo de Trabalho que  
2302 discute a política da qualidade do ar, que acho que talvez isso venha em  
2303 convergência com a nossa discussão de chamar essa convergência com a  
2304 discussão do Plano de Qualidade do Ar, aí acho que é importante a gente já retomar  
2305 na reunião... “Olha, existe esse ponto pendente”, e a gente retoma essa discussão.  
2306 Eu vou depois passar para todo mundo esse material, até tem que ver se não está  
2307 incompleto. Temos também a regulamentação da prática de reuso direto não potável

2308de água na modalidade para fins de uso agrícola, isso aí também estava pendente,  
2309estava condicionado também a essa discussão das áreas contaminadas. Isso foram  
2310questões que o próprio CNRH trouxe para nós como preocupação, o pessoal da  
2311Câmara Técnica. Deixa eu só complementar. Nós temos também aqui a questão da  
2312vazão ecológica, que é um assunto que está pendente, eu acho que aqui tem uma  
2313discussão que é essa discussão em relação ao Sistema de Recursos Hídricos, sei  
2314que a Patrícia adora essa temática. Eu tenho uma posição que nós não vamos fazer  
2315política de baixo para cima, a Câmara Técnica não vai definir a política. Acho que a  
2316gente tem que ter um certo acordo, essas questões têm que ser trabalhadas no nível  
2317político, para que eles criem a demanda, não é a demanda de um técnico na  
2318Câmara Técnica que vai pautar a discussão de articulação de sistemas. Eu queria  
2319que a gente tivesse um pouco de cuidado porque eu vejo às vezes umas cobranças  
2320para o CONAMA, no sentido: “Bom, vocês não priorizam isso”. A gente pode  
2321priorizar, agora, a gente tem que ter um comando também para haver essa  
2322priorização, não é uma questão da Câmara Técnica, a gente tem uma limitação aqui  
2323dentro. Tem a questão da vazão ecológica e temos também a discussão da 393, que  
2324é aquela questão do art. 14, que trata dos parâmetros, tem uma proposta de criação  
2325de um GT para revisão dos parâmetros da questão de emissão de plataformas, que  
2326essa eu acho que é a questão que o Mourão tinha falado, além do TOG, que é a  
2327questão dos óleos e graxas. Está lá o Dr. Carlos Henrique, do IBP, essa é uma das  
2328questões, eu decidi não priorizar para essa reunião, até porque eu tinha consultado  
2329o IBAMA e o próprio IBP, que estão discutindo, consultei também a Secretaria de  
2330Qualidade e entendi que não seria produtivo pautar nesse momento aqui, mas a  
2331gente agora pode retomar isso logo adiante. Então, eu dei um panorama geral, que  
2332a gente nunca teve esse tempo para fazer essa avaliação. Assim, da reunião de  
2333hoje, o que a gente viu já? Nós tínhamos deixado aqui mais ou menos um indicativo  
2334de trabalhar a questão da saúde do trabalhador, um turno para a próxima reunião,  
2335só estava dizendo questões que a gente já tinha... A questão da plano da qualidade  
2336do ar, que a gente tinha a intenção de pautar um informe de uns 30 minutos. Eu só  
2337estou encerrando, porque daí, se for uma questão de ordem ou esclarecimento,  
2338porque daí a gente organiza. Esclarecimento, por favor.

2339

2340

2341**O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Gov. de São Paulo)** – É só um  
2342esclarecimento desse item. Escutei várias vezes por aí que esse Plano de Qualidade  
2343do Ar sairia até o fim do ano, é isso?

2344

2345

2346**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Acho que não, vou me informar. Não  
2347sou eu que gerencio, mas se tivesse eu já estava sabendo. Por isso que eu acho  
2348que é importante a gente perguntar, até porque isso é um elemento, é um subsídio  
2349para as discussões que estamos fazendo aqui.

2350

2351

2352**O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Me parece, Cláudio, que o Plano  
2353vai ser apresentado agora na Conferência Nacional de Saúde Ambiental, para  
2354respaldar o Plano e ter contribuições.

2355

2356

2357**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Realmente eu não sabia, se está  
2358nesse ponto, ótimo, mas de qualquer jeito isso não invalida a necessidade que nós  
2359temos de fazer uma discussão no âmbito da Câmara Técnica. Para a próxima, estou  
2360pensando assim, que se fizesse uma avaliação no sentido mais geral, o que a gente  
2361pudesse priorizar, não que a gente vá definir a pauta já da próxima reunião, mas  
2362essas questões que estão priorizadas e a gente tentar organizar um pouco o tempo.  
2363Gostaria de ouvir de vocês um pouco qual é a estratégia que acham melhor, porque  
2364a gente está tentando equilibrar um pouco esse processo. Vocês se lembram que a  
2365gente não tinha praticamente esse acompanhamento dos Grupos de Trabalho mais  
2366fino que a gente está tentando instituir. A idéia agora é que a gente comece a pautar  
2367algumas questão mais estratégicas, a 357 é uma que vai chamar essa necessidade,  
2368pelo menos da gente ser esclarecido sobre o que está se pensando no âmbito de  
2369gestão de recursos hídricos e daí por diante, próprio setor de saneamento também  
2370vai ter que ser consultado para a gente ter alguma idéia de como trabalhar melhor  
2371isso. Esse era o panorama geral e depois eu passo para vocês isso aqui, pode  
2372circular quem quiser dar uma olhada já.

2373

2374

2375**A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA HELENA GAMBONI BOSON (CNT)** – Primeiro eu fiquei  
2376assustada com essa pauta, isso é mais do que um ano, tem muita coisa pendente.  
2377Segundo, que eu gostei da sua fala no sentido da gente não ficar só em resolução.  
2378Sempre isso me incomodou o fato, e acho que o Mourão e eu já discutimos um  
2379pouco, o fato, se pensar bem o CONAMA reúne a Confederação Nacional do  
2380Comércio, do Transporte, da Indústria, da Agricultura, Sociedade Civil,  
2381Trabalhadores, Governo e nunca se sentam para montar um grande acordo para o  
2382meio ambiente do Brasil, nunca; é sempre uma resolução, é na base de padrões, é  
2383comando e controle, nunca tem uma pauta construtiva, uma pauta pró-ativa do tipo  
2384assim: “Gente, vamos sentar e vamos resolver esse problema, em comum acordo,  
2385montando um grande programa, uma grande política, uma coisa desse tipo, uma  
2386mobilização social”. Acho que talvez a Câmara Técnica, principalmente essa que é  
2387de controle e qualidade ambiental, podia, quem sabe, não sei como, mas a gente  
2388podia talvez deixar um espaço para esse tipo de construção, para a construção de  
2389uma agenda positiva. Chega de agenda negativa ou agenda punitiva ou agenda de  
2390comando e controle, tentar construir uma agenda de exemplo, uma agenda do que é  
2391possível fazer com um colegiado que reúne tanta...

2392

2393

2394**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Deixa eu só fazer uma provocação,  
2395quer dizer, essa questão da relação Recurso Hídricos e Meio Ambiente, como é que  
2396tu vê? Qual é a contribuição que a gente podia dar?

2397

2398

2399**A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA HELENA GAMBONI BOSON (CNT)** – Essa é uma que o  
2400Governo já tentou de várias formas, já montou uma Comissão Interministerial, não  
2401deu certo; uma vez fizeram aqui um grande evento, não deu certo. Esse está  
2402sempre um grande desafio que precisa de ser tratado, esse também era um tema.  
2403Um outro ponto que a gente precisava achar espaço é de ou fomentar ou apoiar  
2404novidades tecnológicas que a gente precisaria estar tomando conhecimento para  
2405poder avançar em relação às questões. Eu fico achando que a gente tinha que  
2406aproveitar melhor a academia nesse processo nosso. Às vezes a academia é

2407convocada a vir dar um palpite sobre aquela questão do quartil, por exemplo, aí um  
2408fala que é 70, é 90, aí a academia é convocada. Mas e a academia no que ela está  
2409fazendo além, que ela já está lá na frente e que talvez uma resolução que desse  
2410garantia para aquela tecnologia, ou que desse fomento, produção para aquela  
2411tecnologia seria uma resposta para a qualidade ambiental? Porque quando eu vejo  
2412essa pauta que está escrita aqui, nós vamos continuar, o dia-a-dia vai nos engolir,  
2413aquele dia diário vai nos engolir, esse mundo de resolução. Talvez, Volney, sempre  
2414ter uma agenda de separar, no mínimo, 3 reuniões do ano ou 4 reuniões do ano  
2415para pautas assim, pautas mais de estudo, pautas mais de avanços, de políticas, de  
2416construção antes que venha uma pauta de resolução, de não sei o que,  
2417entenderam? Uma coisa nessa linha, na hora que for montar um cronograma, uma  
2418agenda de trabalho para a gente não deixar o que dia-a-dia das demandas nos  
2419engula e nos deixe menos criativos. Essa que é a minha preocupação. Aí passa  
2420talvez até por priorizar essa sua pauta que você colocou aí. Quem sabe isso quer  
2421dizer postergar esse ou aquele assunto, uma coisa desse tipo. Outro ponto que a  
2422gente precisa prestar atenção e que ainda não funciona direito, mas a gente precisa  
2423pensar, é a tal da agenda ambiental, Cláudio, a agenda nacional precisa sair, porque  
2424ela é que deveria nos dizer que ponto que a gente deve tratar nessa condição. Só  
2425para a gente ter o cuidado para que essa agenda que você leu ali não nos atropela e  
2426mais uma vez a gente passe o ano sem nada nessa linha construtiva de fazer uma  
2427coisa para o bem de, todos os segmentos apresentando, favoravelmente, em favor,  
2428um acordo de sociedade, uma espécie de TAC coletivo, em razão de algum tema,  
2429algum problema específico e também essa questão de inovação tecnológica.

2430

2431

2432**O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Gov. de São Paulo)** – Eu só vou falar uma  
2433coisinha, porque ela tocou num tema que me incomoda muito, me incomoda porque  
2434tem muitos setores que trabalham na área ambiental e têm uma visão muito restrita  
2435do que é a área ambiental. O próprio conflito eventual que a gente viu hoje pela  
2436manhã do que é a saúde do trabalhador, o que é meio ambiente, porque existe todo  
2437um palavrório que envolve, mas na hora que você for no objetivo, a coisa é diferente,  
2438a técnica da higiene de trabalho não é a mesma técnica, em que pese você falar:  
2439“Não, o homem tem que ser protegido”, naquela visão macro e meio quase que  
2440poética você concorda, mas na hora da prática, fica confuso. Sobre esse aspecto, eu  
2441tenho tentado ler alternativas ou contraposições a posturas de comando e controle.  
2442Hoje a visão das pessoas, principalmente das menos envolvidas, inclusive das mais  
2443envolvidas, na questão ambiental de forma institucional, elas não conseguem  
2444perceber a diferença entre uma coisa e outra. Acho que uma discussão profunda  
2445das questões de comando e controle e alternativas gerenciais para esse tipo de  
2446forma eu acho que era muito importante, porque se você pegar texto sobre isso,  
2447primeiro, tem muito pouco, segundo, eles não são consistentes, você fala: “Bom, e  
2448aí? Faço o que agora?” “Não, porque comando e controle precisa parar, temos  
2449questões gerenciais”. Questão gerencial virou um palavrório meio místico porque eu  
2450gerencio como? Vamos fazer um estudo de caso? Vamos pegar uma resolução e  
2451falar: “Esta resolução vai se dedicar mais a questões de”... O comando e controle eu  
2452acho que vai sempre existir, acho que é uma função do Estado o comando e  
2453controle, agora, não pode ficar só nela e só que nunca se discute quais são as  
2454alternativas ou os complementos que ela tem. Isso eu acho que é muito importante,  
2455senão a gente não muda de ficar fazendo tabelinha na resolução e ir para plenária

103

2456fazer tabelinha também. Se a gente não mudar um pouco esse conceito. Acho que  
2457questões deste porte têm que ser colocadas.

2458

2459

2460 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Estou vendo que temos 3 grandes  
2461 blocos, nós dificilmente vamos fazer mais do que 7, 8 reuniões por ano, 6 é um  
2462 número bom. Esse ano a gente fez 6 ou 7. Isso é praticamente um limite superior,  
2463 mas acho que não foi mais do que 7, foram 7 ou 8. Então, nós não vamos conseguir  
2464 fazer mais do que 7, 8 reuniões por ano, a cada 45 dias nós faríamos uma reunião,  
2465 tirando o que existe em períodos, principalmente julho, janeiro e dezembro que nós  
2466 temos um recesso, mas nós temos 3 grandes blocos, tem aquele bloco que é o  
2467 bloco da resolução, vai existir sempre, é a nossa função básica. Tem um outro  
2468 bloco, que é esse bloco que não é bem, mas é o processo de coordenação, de  
2469 acompanhamento dos GTs, de supervisão e tem um bloco que acho que é uma  
2470 agenda temática, que é o que tanto a Patrícia quando o Cláudio trouxe. Temática,  
2471 conceitual e aí eu acho que nós temos que talvez elencar alguns pontos que a gente  
2472 acha que seja importante desenvolver durante o ano. Um deles foi essa discussão  
2473 do Plano Nacional de Qualidade do Ar, a gente passou o ano todo discutindo  
2474 PROCONVE e não discutimos Plano de Qualidade do Ar, isso urge. Agora, me  
2475 parece que existem mais duas ou três temáticas relevantes que a gente podia  
2476 chamar. Talvez fosse interessante elaborar cada uma e fazer alguma sugestão, por  
2477 exemplo, essa questão, o que seria importante na relação meio ambiente e recursos  
2478 hídricos? Até para chamar a CTPOA, sei lá qual Câmara nós chamamos lá da CTIL,  
2479 trazer o presidente, até para eles conhecerem um pouco o nosso trabalho e a gente  
2480 ver um pouco das angústias deles, e ver o que dá para encaminhar, porque eu tenho  
2481 visto de uma forma recorrente, até vou falar aqui, mas dizendo que o Conselho  
2482 Nacional de Recursos Hídricos é um Conselho que não tem a consideração que tem  
2483 o CONAMA, mas eu não vejo sob esse aspecto, de ser um conselho, haver uma  
2484 diferença de tratamento. Eles têm histórias diferenciadas, eles têm objetivos  
2485 diferenciados e acho que aí a idéia é ver como a gente talvez faça uma  
2486 aproximação. Tem uma agenda temática, fiz um esforço aqui para chamar alguns  
2487 aspectos dessa agenda temática, pode ter outros, questões aqui de ciência e  
2488 tecnologia, pode ter participação popular, sei lá, mas fazer essa discussão sobre o  
2489 aspecto mais conceitual e temático. Se tiver que pontuar dois, três, talvez quatro  
2490 pontos durante o ano. Estou só levantando algumas alternativas para a gente ver  
2491 como que organiza esse processo. Não estou necessariamente querendo deliberar  
2492 sobre isso.

2493

2494

2495 **SR. LUIZ MOURÃO** – Essa é a minha proposta, de repente eu acho que nós  
2496 temos o comando e controle que a gente vai ter que trabalhar com ele, infelizmente,  
2497 uma parte da reunião, uma parte da nossa agenda tem que estar para isso; eu acho  
2498 que essa segunda parte, que eu acho que é fundamental, dos temas, temáticas e da  
2499 temática diz respeito diretamente à questão do comando e controle e às outras  
2500 questões todas porque se a gente não trabalhar, aí eu vou sugerir, com os  
2501 instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente, que eu acho que esse é o  
2502 grande tema, ou seja, se eu não falar em processos de licenciamento, de Estudo de  
2503 Impacto Ambiental relativos, não sei quem é que trata disso especificamente, mas  
2504 nós lidamos com isso quando nós tratamos de normas de licenciamento ou de  
2505 controle ambiental relativo a qualidade do ar, nós tratamos disso. Agora, qual é a  
2506 política para isso? Se a gente não começar a debater os instrumentos por si só ou  
2507 pedir um pronunciamento desses instrumentos a quem de direito no CONAMA, fica  
2508 difícil a gente estar pautando, como por exemplo, eu vou levantar as questões mais  
2509 simples. Como é que a gente vai trabalhar, aquilo que eu levantei, na qualidade do  
2510 ar, fixação de padrões de fonte fixa ou vamos trabalhar com gestão de processos  
2511 por área. Isso é importantíssimo, eu vou trabalhar na área do mar, quando eu falo  
2512 em dragagem, eu estou trabalhando com contaminação de todo o sistema aquático  
2513 marinho, estou falando em transportes, eu estou falando numa fixação de  
2514 determinado padrão de poluição dentro da água do mar e tenho fixação de padrão  
2515 de efluentes, dentro de todos os recursos hídricos, que é outra resolução. Mas de  
2516 que forma a gente vai gerenciar isso? Fixando a fonte? “Você não pode poluir mais  
2517 do que isso” ou vou vamos tratar de processos de gestão? Essa discussão é a  
2518 discussão que vai redundar em grandes diretrizes de políticas que alguém tem que  
2519 dizer para a gente, para não sair uma política mais vazia que às vezes: “Vamos  
2520 fazer um Plano Nacional de Combate ao Cerrado”, que não diz nada absolutamente,  
2521 nenhuma orientação e a gente fica aqui na mesma ou que política de qualidade de  
2522 ar que tem? Eu não conheço, pode ser até que esteja maravilhosa, mas  
2523 normalmente o que eu tenho visto são grandes intenções, mas nada de prático que  
2524 oriente o trabalho que a gente tem que fazer. Então, a gente continua fazendo o de  
2525 sempre e não discutindo a coisa. Então, temos que discutir instrumentos de Política  
2526 Nacional de Meio Ambiente, que instrumentos são esses? Tem vários, mas o  
2527 zoneamento é um deles? É usado para nosso tipo de controle e qualidade? É  
2528 possível usar o zoneamento? Zonear por bioma, zonear por área, por mar, por terra,  
2529 para cada caso vai ter um tipo de coisa, como aplicar um instrumento adequado  
2530 para que aquilo possa ser conseguido. O processo de licenciamento em si, deve se  
2531 discutir ou não, mas é válido para o uso do solo? De que forma a gente tem que  
2532 trabalhar isso? Acho que discussões sobre isso são orientadoras na forma com que  
2533 a Câmara Técnica vai ter que, e todas as Câmaras Técnicas, têm que se balizar. Dá  
2534 para trabalhar simplesmente a saúde do trabalhador? É conveniente: “Vamos  
2535 trabalhar agora a saúde do trabalhador. Amanhã a saúde das formigas e depois  
2536 disso nós vamos trabalhar uma outra coisa, toda muito relevantes”. Se a gente não  
2537 entender o que é esse processo, acho que isso é fundamental, é trabalhar nos  
2538 processos, isso é um instrumento, o licenciamento é um instrumento, trabalharmos  
2539 casos dos estudos de impacto ambiental, se isso é uma política ou não, como a  
2540 gente vai trabalhar. Nas políticas que existem de controle social, ou de, que são as  
2541 políticas de controle pela sociedade como um todo das políticas que estão em vigor,  
2542 estamos falando da audiência pública, que nós começamos, não sei nem porque  
2543 nós estamos falando sobre isso, isso fica na nossa Câmara Técnica ou em outra  
2544 qualquer, não tem um espaço adequado, devido, audiência pública, tem vários

2545outros aspectos. Tem outra Câmara Técnica junto também? Então, são essas coisas  
2546que a gente pode suscitar, não quero dizer que a gente vá dar solução para isso,  
2547mas são problemas que eu acho críticos de como a gente conduz uma política,  
2548porque a gente fica fazendo varejo e a gente vai ter que trabalhar no varejo? Vai ter  
2549que trabalhar no varejo, infelizmente a gente vai ter que trabalhar, mas também  
2550vamos começar a pensar no grande. Nessa gestão dos processos, na gestão dos  
2551processos. Quando a gente fala em gestão de processos, estou voltando de novo,  
2552se a gente vai trabalhar nos recursos hídricos, os recursos hídricos são trabalhados  
2553diferentes dos recursos do mar, por exemplo. A coisa no mar não é recursos  
2554hídricos. Então, dragagem é com a gente aqui, mas se for jogar efluentes dentro das  
2555águas interiores também é com a gente, mas o uso do recurso não é com a gente,  
2556mas Área de Preservação Permanente na margem do recurso é com a gente, mas a  
2557gente vai ter que trabalhar da forma do processo, o que os sábios dizem sobre  
2558esses assuntos para que a gente possa realmente não dar solução, mas pelo menos  
2559afiorar esse problema, acho que a Patrícia tem grandes soluções, que o problema  
2560venha à tona, que as pessoas sintam que existe um problema nessas relações,  
2561inclusive pode surgir vários balizamentos para o funcionamento das Câmaras  
2562Técnicas, especificamente da nossa. E separar as nossas reuniões em 3 partes,  
2563mesmo que a gente dedique uma pequena parte a cada uma é fundamental e que  
2564tenha, que a gente possa evoluir nesse sentido.

2565

2566

2567**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Bom gente, a idéia é mais provocar um  
2568pouco até para a gente dar uma qualificada no nosso... Não ficar sempre rodando o  
2569mesmo disco - para quem tinha disco que rodava (*Risos!*). Então, a gente tentar  
2570colocar alguns pontos dessa agenda...

2571

2572

2573**O SR. LUIZ MOURÃO** – A gente pode trabalhar por tema ou por processo, ou às  
2574vezes por tema e processo. Ou seja, eu tenho um tema, água, a gente vai trabalhar  
2575no tema água, vamos trabalhar o processo: “Como trabalhar os processos dentro da  
2576água, da terra e tal?” Aí são processos separados, são duas formas de ver o mesmo  
2577problema, que pode a gente estar trabalhando também.

2578

2579

2580**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – A minha idéia inicial era mais fazer um  
2581levantamento...

2582

2583

2584**O SR. SOLON MAURO SALES FAGUNDES (FURPA)** – Concordo plenamente com  
2585essa questão de achar uma maneira, uma divisão temática para trabalhar, mas que  
2586se tenha uma visão sistêmica e não pontual. Também acho complicado também a  
2587gente de repente veio a falar anteriormente, era essa questão da pauta ser repetida  
2588e não ter condições. Dá uma idéia de “tem muito trabalho”, mas na realidade não  
2589ocorre isso e as coisas vão ficando assim... Teria que ter um controle melhor desses  
2590assuntos antes de chegar à Câmara Técnica, antes de se programar. Por exemplo,  
2591acho muito boa, ia até sugerir um tabela, linha e coluna, na coluna as reuniões e na  
2592linha o processo, e é basicamente, estou vendo que o texto é para explicar é grande,  
2593mas é basicamente se resume, que não está disponível. Então, um resumo desse  
2594tipo dá para a gente ter uma idéia melhor. Se esse resumo depois estiver

2595classificado numa área temática, melhor ainda, mas esse resumo é o ideal, esse que  
2596circulou aqui, eu acho que é bom circular porque esse é o ideal para a gente ter a  
2597visualização. Eu sei que tem toda a informação sobre processo e coisa, mas a  
2598pessoa tem que ter aquele negócio mais resumido, ter o resumo mais para se  
2599inteirar logo do assunto, esse é importante para avançar os trabalhos e para ser  
2600crítico, saber: “Não, isso aqui não está dando certo, isso aqui de novo?” Para ter  
2601uma visão melhor.

2602

2603

2604**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Gente, a minha preocupação aqui é  
2605realmente a gente trocar umas idéias, porque a gente nunca teve tempo, durante  
2606esse ano, para fazer esse tipo de discussão, quem é de fora da Câmara Técnica  
2607acha que a gente é meio maluco, mas é que é a primeira vez que a gente tem um  
2608tempo para dar uma respirada numa reunião durante um ano inteiro. Então a idéia  
2609foi justamente dar um certo elemento, não sei se nós vamos, a cada reunião, ter um  
2610ponto temático, mas talvez uma reunião sim, uma reunião não, isso nós vamos ver  
2611em função da própria agenda que nós formos estruturando. Eu queria ver assim...

2612

2613

2614**O SR. LUIZ MOURÃO** – Talvez até por questão de área de interesse, a gente pautar  
2615por reunião, por exemplo, Patrícia tem um assunto, adora recursos hídricos, falar:  
2616“Patrícia, prepara para você fazer 15 minutos uma exposição sobre o que você  
2617pensa sobre o assunto recursos hídricos: possíveis soluções”. Seria uma maneira de  
2618levantar em cada reunião esses assuntos, a gente estar debatendo, trocando e  
2619sugerindo outras coisas para fora. O que o Cláudio gostaria de falar? De repente  
2620quer falar sobre um tema, então, separando alguns assuntos a gente poderia ir  
2621avançando em alguns aspectos que cada um acha que é mais importante e trazendo  
2622esses assuntos, não precisa de resolução, mas debatendo o assunto.

2623

2624

2625**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Eu vou tentar dar um  
2626encaminhamento, porque eu queria mais ou menos prever ano que vem, quando a  
2627gente faz a primeira reunião. Não sei se não seria possível a gente fazer uma  
2628reunião mais no início de fevereiro, a minha idéia era fazer uma reunião... Acho que  
2629nós mantemos as nossas quartas e quintas-feiras, que a gente tem tentado fazer, aí  
2630tinha 4 e 5 e 11 e 12 que é anterior ao carnaval. Acho que 4 e 5 de fevereiro, a gente  
2631faz uma reunião no início de fevereiro, deixar esse indicativo, se tiver algum  
2632cataclisma, mas a gente deixa o indicativo de 4 e 5 de fevereiro, já no início de  
2633fevereiro, para ter uma reunião que dê para a gente fazer uma avaliação, e aí, nessa  
2634primeira reunião, estava propondo que a gente já pautasse o Plano Nacional de  
2635Qualidade do Ar, pautasse essa resolução do saúde do trabalhador e meio  
2636ambiente; eu acho que seria importante se nós tivéssemos prontos, pautar a 357. Aí  
2637depende, e aí pautar uma daquelas duas do licenciamento, ou audiências públicas  
2638ou aquela do portal, as duas juntas fica muita coisa. Então, Plano Nacional, 357, se  
2639der saúde do trabalhador e uma de licenciamento. Se a 357 der problema, a gente  
2640reavalia. Essa questão de botando um ponto sobre agendas temáticas. Eu fiquei  
2641muito chocado quando eu fiquei sabendo dessa questão do Conselho de segunda  
2642classe, sinceramente eu fiquei, quando se vê dessa forma eu achei que tem um  
2643problema. Eu achei que isso não é, nós temos que tentar melhorar essa relação e  
2644acho que tem essas discussões da vazão ecológica, do reuso de água, existem

2645várias oportunidades que é muito mais do que a resolução em si, uma possibilidade  
2646da gente estruturar um diálogo técnico entre os setores, a gente precisa se conhecer  
2647um pouco mais, eu acho. Eu fiquei chocado com o desconhecimento dos atores  
2648quando eu tive uma reunião agora de recursos hídricos há umas duas semanas  
2649atrás, nós temos que aproximar isso aí. Acho que talvez a gente possa ajudar  
2650priorizando alguns desses aspectos, uma incompreensão em relação à própria  
2651resolução de águas subterrâneas, a 396, eu tive que fazer uma defesa da 396 na  
2652reunião. Acho que isso é muito ruim, acho que a gente tem que, para mim a 396 é  
2653uma das resoluções que eu digo que são estruturantes, como a 01, a 237, a 396 é  
2654um exemplo. Então, nós temos que facilitar a compreensão, acho que é um trabalho  
2655nosso também da Câmara, mas nós, como atores do sistema de meio ambiente. Eu  
2656fiquei um pouco chocado quando fui nessa reunião, o Roberto estava junto e acho  
2657que ele percebeu meu espanto e quando eu tive que fazer uma defesa da 396, com  
2658uma total incompreensão que não era competência do CONAMA fazer aquela  
2659resolução, que era uma atribuição. Bom, eu tive que dizer que foi uma das poucas  
2660resoluções que foi aprovada por unanimidade no Conselho Nacional, que é uma  
2661raridade. Eu acho que essa seja uma das questões temáticas.

2662

2663

2664**A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA HELENA GAMBONI BOSON (CNT)** – Porque houve sangue suor  
2665e lágrima por conta de problema de competência sim.

2666

2667

2668**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Apesar do sangue, suor e lágrimas,  
2669ela é uma boa resolução, acho que esse é o ponto... Gente, a gente sabe disso, o  
2670fato é que embora tenha tido uma discussão difícil, o resultado... Mas não o  
2671resultado. Então, Plano Nacional, 357, saúde do trabalhador e uma de  
2672licenciamento, acho que isso já é mais do que suficiente para a nossa primeira  
2673reunião, pelo menos para nos dar uma referência porque nós temos que preparar  
2674essa reunião ainda, tem questões que têm que ser operacionalizadas, deixar isso  
2675mais ou menos como uma referência.

2676

2677

2678**O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Gov. de São Paulo)** – No caso de audiências  
2679públicas, você pretende já colocar para decidir?

2680

2681

2682**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Vou colocar para discussão, o próprio  
2683IBAMA, que foi um dos grandes motivadores dessa resolução, hoje tem uma posição  
2684diferente.

2685

2686

2687**O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Gov. de São Paulo)** – Olha, então suspende  
2688a reunião e fala quando o IBAMA... Porque é o seguinte, essa resolução apareceu  
2689quando estava na outra Câmara.

2690

2691

2692**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Mas existem setores que têm interesse  
2693que ela seja discutida.

2694

113

2695

2696 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Gov. de São Paulo)** – Tem, mas acontece o  
2697 seguinte, ela foi, há 6 anos atrás que ela começou a ser discutida.

2698

2699

2700 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Mas nós precisamos deliberar. Esse  
2701 negócio não tem sentido, ele vai ser discutido e vai ser arquivado.

2702

2703

2704 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Gov. de São Paulo)** – Eu acho que tem que  
2705 dar um fim, ou suspende e joga fora, eu bota para a plenária e o que sair, saiu.

2706

2707

2708 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Vocês acham, querem pautar  
2709 audiências públicas primeiro?

2710

2711

2712 **A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA HELENA GAMBOSI BOSON (CNT)** – Eu quero pautar uma coisa  
2713 para você, esse levantamento de licenciamento ambiental que a CNI está fazendo,  
2714 acho que inclusive deve constar na pauta da CTCQA a apresentação desse  
2715 resultado, 26 entes federados têm resolução sobre audiência pública própria. Por  
2716 que o CONAMA vai fazer uma?

2717

2718

2719 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Já tem uma feita, para que ele vai  
2720 revisar, o que tem de errado com essa?

2721

2722

2723 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Gov. de São Paulo)** – Nas primeiras  
2724 proposições que nós fizemos para revisão, o que a gente tomou muito cuidado era o  
2725 seguinte, não ferir o que os estados estavam fazendo e está dando certo, acontece  
2726 que eu acho que foi na época da transposição do São Francisco, havia muita  
2727 pressão da própria audiência pública, porque audiência pública é uma coisa  
2728 extremamente democrática que no geral quem pede e exige audiência pública é o  
2729 que mais judicializa para ela que não ocorra. É uma coisa extremamente estranha.  
2730 Então, o que a gente estava tentando colocar nesta resolução é resolver um  
2731 pouquinho essa questão, porque quem tanto exige audiência pública é o que mais  
2732 judicializa para que ela não ocorra, é uma coisa de louco. Entra com mandado de  
2733 segurança porque faltam 3 cadeiras, porque a lâmpada é azul, não é vermelha,  
2734 umas coisas desse tipo. Então, em que pese às vezes tem razão, mas o que a gente  
2735 tentou é melhorar isso.

2736

2737

2738 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Eu acho que essa é uma questão que  
2739 está tramitando e vai ter que ser pautada e vamos ter que deliberar sobre ela. O  
2740 Governo Federal não tem interesse mais, porque o próprio CONAMA já tem um  
2741 Regimento que trata disso aí. Sabe qual é a origem disso aí? A origem disso são as  
2742 audiências públicas do São Francisco, isso vai lá em 2001. Todo mundo aqui eu  
2743 acho que tem um certo grau de parentesco com essa resolução, porque ela já  
2744 apareceu na vida de alguém aqui, em algum momento.

114

2747 **O SR. LUIZ MOURÃO** – O problema não é a resolução, porque a resolução tem  
2748 todos esses aspectos. Mais uma vez eu volto à coisa estruturante. Nós temos uma  
2749 coisa chamada governança que inclui um aspecto dele que é o controle social, que é  
2750 usado por todas as empresas, por todos os processos e um dos instrumentos que se  
2751 tem é audiência pública. Mas como não tem isso escrito em vários locais, se  
2752 apegam a isso para se contrapor ao processo, para não deixar o processo iniciar,  
2753 para não deixar o processo terminar, quando você não tem uma sistemática de  
2754 controle social que diga assim: “Olha, é feito assim dessa forma, você pode  
2755 participar do Conselho, você pode votar, você tem direito a fazer dessa maneira, a  
2756 população tem que ser informada, uma coisa é ser informada, outra coisa é decidir  
2757 sobre o processo”. Entender essa mecânica que é o que acontece com todas as  
2758 resoluções que estamos debatendo, se a gente não começar, vamos debater o  
2759 licenciamento da saúde do trabalhador sem a gente saber o que a gente quer com o  
2760 licenciamento, a gente vai ficar discutindo uma norma, mas qual é o efeito global que  
2761 a gente tem dentro da política? É isso que temos que saber, se o instrumento é  
2762 adequado.

2765 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Pensem com seu travesseiro se a  
2766 gente pauta ou não isso na primeira, porque eu estou só, são questões que nós  
2767 vamos ter que trabalhar e isso eu gostaria que todos estivessem preparados para  
2768 quando a gente pautasse realmente ter um entendimento do que os estados  
2769 pensam, acho que é desnecessário, se não é isso, as ONGs também tenham sua  
2770 avaliação, se é essa resolução, se não é, não estou abrindo aqui a discussão, só  
2771 estou dizendo que nós vamos pautar e vamos pautar para decidir. A gente vai ter  
2772 que pensar em alternativas, esse tipo de coisa.

2775 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Só para contribuir nesse painel  
2776 de discussão sobre propostas, duas coisas interessantes, uma nós falamos aqui,  
2777 sobre a questão do Plano Nacional de Qualidade do Ar, uma coisa que foi levantada  
2778 dentro dos sub-GTs que estão tratando de fontes fixas existentes. Outro, dentro do  
2779 GT que está tratando de padrões de lançamento de efluentes também tem a parte  
2780 final de discussão que é justamente discutir gestão, de avançar em termos de  
2781 gestão sobre a 357. Acho que talvez a palavra gestão seja uma coisa interessante  
2782 para a gente pensar em trabalhar, principalmente quando envolve a questão do  
2783 licenciamento. Por exemplo, a gente sabe que o Ministério do Meio Ambiente está  
2784 fazendo um bom trabalho em cima dos ZEEs no Brasil todo. O que na verdade está  
2785 sendo feito em relação a avaliação ambiental estratégica? Como esse instrumento  
2786 interliga com o instrumento do licenciamento, facilita e torna ele muito mais robusto?  
2787 Acho que essa é uma questão importante que talvez a gente deveria passar pela  
2788 Câmara Técnica. Exemplos claros de usinas eólicas, até recentemente a gente foi  
2789 surpreendido com o embargo de projetos de eólicas no Nordeste, afinal de contas,  
2790 foi embargado porque causa impacto ambiental? Que tipo de impacto ambiental? E  
2791 você vai licenciar uma usina ou vai licenciar o bloco de usinas? Talvez mais  
2792 interessante é justamente pensar nesse instrumento para que o licenciamento seja  
2793 feito em bloco, se conhecendo que os impactos, basicamente são os mesmos, muda  
2794 a região, muda um pouco a fisionomia, mas poderia simplificar o licenciamento,

117

2795simplificar não é abrandar o licenciamento, é torná-lo ágil e mais efetivo. Acho que  
2796talvez seja um ponto central que a gente poderia trabalhar no próximo ano.

2797

2798

2799**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – OK.**

2800

2801

2802**O SR. CARLOS HENRIQUE –** Só talvez uma contribuição. Existem alguns serviços  
2803que estão sendo prestados por várias iniciativas privadas que organizam  
2804tematicamente iniciativas e normas ambientais no âmbito Federal e em cada um dos  
2805Estados e criam cardápios temáticos que facilitam pesquisas, ou seja, se nós  
2806quisermos entrar num conceito de simplificação, sob o ponto de vista de  
2807procedimentos, esses ambientes que você tem organizados para oferecer esse  
2808serviço, você clica em “simplificação de licenciamento ambiental”, aparecem todos  
2809os atos referentes àquilo que pode ser examinado sob o ponto de vista disso  
2810virar uma recomendação nacional ou não. Claro que estou falando um tema, mas é  
2811agregado de várias formas, por água, poluição do solo, contaminações etc., etc. e  
2812etc. Talvez um tipo de organização nesse sentido pudesse evidentemente não talvez  
2813no ambiente da Câmara Técnica, mas normalmente o que vem para a Câmara  
2814Técnica opinar em forma de resolução é no formato de comando e controle. Fazer o  
2815caminho inverso e chegar ao CONAMA é algo que tem que ser construído, porque o  
2816caminho não está sendo feito dessa forma. Evidentemente que tem instâncias e  
2817instâncias, a Câmara Técnica é vista, no seu formato, como operacional, ela não é  
2818estratégica. O CONAMA tem a possibilidade, no Colegiado, de montar agendas  
2819plurianuais de estratégias de interesse para o País e que a Câmara Técnica  
2820pudesse se debruçar não somente nesse operacional do comando e controle, mas  
2821também encomendada pelo Colegiado Maior, pudesse pensar melhor que  
2822contribuições poderiam ser dadas ao País. No setor de óleo e gás, nós estamos  
2823discutindo isso e é possível que tenhamos que nos debruçar com o Ministério de  
2824Meio Ambiente e com o Ministério de Minas e Energia para buscar um outro formato  
2825da obtenção da licença, que não é por poço. Claro que na nossa atividade de óleo e  
2826gás está se mostrando absolutamente inócua a licença poço por poço. Não tem  
2827cabimento e como nós temos essa certeza, outros setores também têm certeza que  
2828a licença por atividade pode ser vista por outro formato, mais regional. Como se  
2829organiza isso? Combinando, tendo exemplos, evidentemente, que podem  
2830representar o avanço do conceito e como isso poderia ser repensado em termos de  
2831processo e não somente de licenciamento por atividade. São duas coisas que eu  
2832queria pontuar aqui. Hoje existem sistemas que permitem essa agregação de  
2833iniciativas no Brasil inteiro, no que diz normas ambientais que nos ajudarão a ver se  
2834alguma das resoluções já passadas ou resoluções que vão ser discutidas estão, no  
2835âmbito Federal, obsoletas ou não e a outra é buscar exemplos setoriais que saiam  
2836especificamente da atividade e possam passar para situações mais regionais que  
2837podem dar um fortalecimento à gestão muito mais que o licenciamento por atividade.

2838

2839

2840**SR. ROBERTO MONTEIRO (SRHU/MMA) –** Só para complementar,  
2841visionariamente a 237 já prevê isso, desde a época que foi elaborada, 1997, ela já  
2842previa que no caso de empreendimentos parecidos, similares, poderia ser feito no  
2843conjunto. Só queria fazer...

2844

118

119

2845

2846 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Nas questões temáticas tem alguns  
2847 avanços que está se fazendo hoje na área de petróleo e gás, talvez fosse  
2848 interessante pautar isso. Talvez seja um dos elementos que a gente elenque.

2849

2850

2851 **O SR. ROBERTO MONTEIRO (SRHU/MMA)** – Só queria fazer mais um comentário,  
2852 mas é de ordem mais filosófica que é a questão, primeiro, aquela preocupação que  
2853 nós passamos no seminário, de certo complexo de inferioridade que o CNRH estaria  
2854 num estágio inferior no processo. Eu não vejo dessa forma, eu vejo que ambos os  
2855 conselhos têm o mesmo poder de fogo e de avaliação de políticas para esse país.  
2856 Agora, a questão fica sempre, cai num foco meio simplista da competência e eu  
2857 tenho, desde o início da minha carreira, sempre balizado muito o seguinte, eu não  
2858 estou muito preocupado, a gente tem que respeitar as competências, mas acima de  
2859 tudo uma coisa que nós falamos hoje no almoço, uma carta compromisso entre os  
2860 parceiros. Se você é competente para A, fulano é competente para B, fulano é  
2861 competente para C e envolve todos, a política que é feita, a decisão que é feita é  
2862 uma carta compromisso onde A fará A, B fará B e assim sucessivamente, no sentido  
2863 de dar um contorno melhor. Isso é o que eu penso das duas políticas, elas são  
2864 complementares, as duas instituições têm mesmo nível hierárquico, têm áreas de  
2865 competências específica, complementares e na verdade não tem que ficar  
2866 discutindo competência, tem que ficar respeitando competência, fazendo um  
2867 trabalho articulado e aí um tema como a vazão ecológica nos unirá bastante, já que  
2868 eu trabalho exatamente nos dois, nos unirá bastante e talvez daí a gente consiga  
2869 chegar a esse pacto de compromissos entre parceiros, não só dentro do Ministério,  
2870 como outras instituições também, com o Ministério das Cidades na área de  
2871 saneamento.

2872

2873

2874 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Nós estamos concluindo a nossa  
2875 reunião, que queria abrir um espaço para informes, considerações gerais.

2876

2877

2878 **A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA HELENA GAMBONI BOSON (CNT)** – Bom, eu queria deixar um  
2879 recado para a Diretoria do CONAMA. Eu, como Conselheira, não sei se acontece  
2880 com todos os Conselheiros, me sinto muito esquecida quando a gente manda uma  
2881 mensagem e não tem nenhuma resposta, nem resposta assim: “Recebi a sua  
2882 mensagem”. Então, eu acho isso muito ruim. Eu sei que o CONAMA deve receber  
2883 milhões de mensagens por dia, mas eu acho que ele deveria ter uma deferência com  
2884 o seu Conselheiro, nem que seja para dizer: “Recebi a sua mensagem, não estou  
2885 podendo responder”, qualquer coisa. Você fica sem saber se a mensagem chegou,  
2886 se não chegou, ou se você é que é ridícula e o assunto era ridículo. Enfim, fica uma  
2887 coisa muito chata. Eu acho que numa reunião interna com a Diretoria do CONAMA  
2888 isso tinha que ser resolvido de alguma forma, nem que seja nomeando um estagiário  
2889 para poder fazer os encaminhamentos, as distribuições certas, alguma coisa tem  
2890 que ser feita, não pode ficar do jeito que está, que responde quando quer, na hora  
2891 que quer, do jeito que quer, na hora que tem tempo, na hora que a caixa esvazia,  
2892 enfim, não pode ficar dessa forma. Eu lembro que quando eu pedi para fazer o  
2893 convite para o dia 13, que nós fizemos o lançamento do Caderno Transporte, por  
2894 exemplo, foi preciso eu enviar 3 mensagens pedindo para fazer esse convite. Aí o  
2895 convite veio na sexta-feira para um evento que era na segunda. Quer dizer, a gente  
2896 se sente muito desprestigiada, não faz bem, não é uma coisa boa. Outro ponto, que  
2897 aí é um das mensagens que eu enviei, quando o gabinete do Ministro soltou a  
2898 portaria 367, que é uma portaria que diz respeito à instituição de um grupo que  
2899 objetiva aprimorar, padronizar metodologias de divulgação pública de dados  
2900 referentes a emissões veiculares no País, permitindo seu amplo entendimento pelo  
2901 consumidor, pelos órgãos de controle e pela imprensa. Constitui esse Grupo de  
2902 Trabalho o Ministério do Meio Ambiente, o IBAMA, ANFAVEA e a Única. Olha, você  
2903 não consegue nem entender porque a Única está aqui, você pode até entender os  
2904 outros. Agora, o consumidor, que é a CNT, por exemplo, não está aqui, a Única, que  
2905 não tem assento no CONAMA, está aqui, a ANFAVEA, que não tem assento no  
2906 CONAMA, está aqui. Ou seja, faz as coisas de uma maneira, eu não diria  
2907 irresponsável, mas no mínimo muito intuitiva, sem parar para pensar nas coisas.  
2908 Mande um e-mail para tudo, Isabela, gabinete, CONAMA falando sobre essa coisa,  
2909 não tem nem resposta, você não é ninguém, “você não é nada, fica aí caladinha, fica  
2910 aí ladrando que a carruagem tem que passar”. É a sensação que você tem, é a  
2911 sensação que você fica. Devia dar no mínimo uma satisfação sobre isso, nem que  
2912 seja: “Errei mesmo, você tem toda a razão, mas não dá para incluir mais ninguém”,  
2913 ponto. Não, não dá nem resposta. Não estão nem aí, não querem nem saber. Eu  
2914 fico imaginando quanto que isso pode se repetir para outros setores. Monta um GT  
2915 para poder medir qualquer coisa na área de eletricidade e não chama o usuário de  
2916 eletricidade, não chama a Associação. Quer dizer, é voltada para o consumidor e o  
2917 consumidor não está aqui dentro, não está dizendo o que ele quer ouvir, a forma que  
2918 ele quer ouvir, o jeito que ele quer ouvir, o que interessa a ele. Nós temos o  
2919 Programa Despoluir que depende dessa informação, da forma que ela é posta para  
2920 ele ser eficiente e eficaz e a gente não faz parte disso, vai sair uma tabela lá que eu  
2921 nem sei se vai dar certo para o Despoluir. Eu não estou defendendo em caso  
2922 próprio, estou pegando o exemplo de um caso próprio para dizer que essas coisas  
2923 não podem acontecer, não podem acontecer, isso é muito desgastante, isso é muito  
2924 chato. Gostaria de terminar, nos informes gerais, Volney, agradecendo a você pela  
2925 condução desse ano da Câmara Técnica. Acho que a produtividade nossa deveu  
2926 muito ao modo sereno, objetivo e sério com que você conduziu esses temas e numa  
2927 posição que eu acredito espinhosa, sua cadeira é cheia de espinhos porque em

123

2928vários momentos, recebendo pressões claras e objetivas e você ficando imparcial,  
2929deixando a Câmara democraticamente se manifestar o tempo todo. Então, eu  
2930gostaria de fazer, acho que em nome de todos nós, esse agradecimento pessoal  
2931pela sua competência e pela sua dedicação e ajudado pelo MME, que tem sido um  
2932parceiro muito grande aí na condução dessa Câmara. Obrigada.

2933

2934

2935**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) –** Obrigada Patrícia.

2936

2937

2938**O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Gov. de São Paulo) –** Eu não ia comentar,  
2939mas eu vou comentar por uma razão de uma coisa que falou Patrícia. Eu concordo  
2940em parte com o que você falou, Patrícia. Deu para ver inclusive na reunião da  
2941plenária última. O que falta no CONAMA, além de uma revisão do seu próprio  
2942Regimento que está pronto e não sai, o que eu não vejo no CONAMA é exatamente  
2943a representação do usuário e o usuário de veículo não é apenas a CNT, usuário de  
2944veículos muito mais é o consumidor do veículo individual, este não é representado  
2945nunca. Eu vi na resolução do CONAMA uma coisa triste, se considerou uma  
2946proposição da CNT, mas jamais se levou em conta qualquer questão do cidadão  
2947usuário. Falta defesa do cidadão usuário, o Estado não defende, a indústria não  
2948defende, as ONGs não defendem, ninguém defende. Não existe, está faltando um  
2949Procon aqui dentro para pegar um pouco o usuário e colocar. A questão, por  
2950exemplo, a questão que vocês sugeriram que não fosse feita mais inspeção por ano,  
2951porque você, como usuário quis, foi respeitada. No entanto, a questão dos 3 anos  
2952que era perfeitamente possível para o usuário não se submeter a esta caixinha  
2953registradora que é o I/M, isso simplesmente foi passado por cima, porque o Estado  
2954estava querendo e alguns Estados, eu digo Estado como ente governamental, não  
2955necessariamente o federal, defendia o máximo de cobrança. Está faltando, no  
2956CONAMA, sem dúvida alguém que defenda o consumidor. Isso não tem. Fala-se na  
2957saúde de uma forma geral, mas o consumidor em específico não é considerado.  
2958Então, o usuário é sim a CNT, mas muito mais que a CNT é esses milhares de  
2959carros que estão na rua, que hoje não se pode falar que é mais minoria da  
2960população. Você vai para São Paulo, cada dois habitantes têm um carro, se falar  
2961que isso é minoria, para mim é de dar risada, isso não quer dizer que não se  
2962trabalhe com resoluções e posturas que minimizem o uso excessivo do carro, etc. e  
2963etc. Ninguém está defendendo transporte individual como prioridade, mas não tem  
2964no CONAMA nunca, não me lembro, estou 8 anos aqui dentro, nunca vi ninguém  
2965levantar uma voz em defesa do consumidor, fala-se na população no geral... O  
2966Estado ganha milhares de votos para representar a população, mas não representa,  
2967representa interesses próprios, assim como as ONGs defendem os interesses de  
2968visão ambiental daquele grupo. Não existe a defesa da cidadania aqui dentro, de  
2969uma forma geral. Então, eu não ia falar nada, mas já que você tocou no assunto de  
2970que o consumidor é a CNT, é sim, mas muito mais que a CNT, são os outros, os  
2971outros todos somos jogados para as cucuias. Essa portaria também fiquei irritado  
2972com ela. Não sei o que faz a Única, não sei o que faz a Única nessa resolução, que  
2973é produtora de álcool, não tem nada a ver com informação do motor e, no entanto,  
2974os estados não foram colocados, etc. Muito esquisito.

2975

2976

2977**O SR. LUIZ MOURÃO** – Em primeiro lugar eu queria reforçar as palavras da  
2978Conselheira Patrícia a respeito da sua atuação que é o pensamento nosso unânime  
2979e a sua atuação nessa Câmara é de se notar. Mas fiquei muito contente de ver o  
2980Conselheiro Cláudio Alonso falando sobre controle social e defendendo a política de  
2981controle social (*Risos!*). Realmente esse processo, por acaso, dessa questão eu fui  
2982o único que no plenário falei que realmente era contra porque o consumidor ia ser  
2983prejudicado, que eu, como consumidor, não achava dinheiro para pagar 3 anos  
2984seguidos, porque podia acontecer, mas tudo bem. A questão fundamental nesses  
2985programas todos é exatamente essa possibilidade da representação que também  
2986faz parte do controle social. Quem representa o que? Essa é uma questão  
2987fundamental. Eu costumo dizer quando falo com esse tema com meus alunos, a  
2988gente mal se representa diante do espelho de manhã quando olha para fazer barba,  
2989os homens, quem representa quem e como é, isso é fundamental que a gente possa  
2990estar discutindo.

2991

2992

2993**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Obrigado Mourão. Bom, acho que eu  
2994queria, acho que a gente está encerrando a nossa reunião. Eu queria agradecer,  
2995acho que nós tivemos um ano onde produzimos bastante, produzimos consenso  
2996também nessa Câmara, acho que é uma Câmara onde todos têm um grande  
2997respeito pelas posições de todos os membros, é uma Câmara onde todos ouvem,  
2998acho que isso é uma coisa importante. A gente fala, a gente tem sempre ouvido e  
2999tem respeitado a posição dos setores. Graças a isso a gente tem conseguido criar  
3000um clima de trabalho, a gente entra em situações às vezes bem difíceis, esse ano foi  
3001um ano marcado pelo regime de urgência, olho para o Cláudio Alonso aqui e apesar  
3002de toda essa pressão, a Câmara conseguiu resolver, com um grau muito bom de  
3003competência, acho que os Grupos de Trabalho que foram estruturados também  
3004trabalharam muito bem, nós temos aí o apoio que a gente teve aqui de toda a  
3005Diretoria, da equipe do CONAMA nesse processo que eu acho que o apoio da  
3006Cleide tem sido fundamental. Tivemos uma mudança de equipe muito relevante  
3007durante todo esse processo, perdemos muita memória e esse é um processo que a  
3008gente tem no Serviço Público, todos aqui já estamos há algumas décadas no serviço  
3009público, a gente sabe que a gente tem que estar sempre, é o trabalho de Sísifo, um  
3010dia a pedra está lá em cima, outro dia ela cai e a gente tem que levá-la de novo para  
3011cima. Mas eu acho que a gente termina o ano com uma grande quantidade de  
3012trabalho, trabalho de boa qualidade feito, reconhecido, temos ainda mais uma  
3013reunião da plenária, onde uma discussão extremamente importante, que é da  
3014Resolução dos padrões do solo, de áreas contaminadas. A gente tem o jargão,  
3015quem não está na Câmara Técnica às vezes não entende. Então, a nossa tarefa  
3016como membros da Câmara, continua na plenária de final de novembro e ano que  
3017vem, a gente já está aí com uma agenda minimamente estruturada, a gente tem que  
3018refletir um pouco, a Câmara nunca vai ser, ela não é um ente político, mas ela tem  
3019que ser um ente de reflexão, porque nós não fazemos um trabalho simplesmente de  
3020repetição, nós fazemos um trabalho também de formulação e a gente tem que se  
3021situar muito bem nesse contexto nacional que a gente está agindo. Eu era queria  
3022agradecer muito aí as palavras da Patrícia, do Mourão e dizer que foi um grande  
3023prazer trabalhar com todos esse ano e ano que vem a gente espera ser tão  
3024produtivo como este ou talvez mais. Obrigado, desejo a todos um bom final de ano e  
3025a gente se encontra ano que vem. Encerrada a sessão. (*Palmas!*)